



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO AMBIENTAL

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VIEIRA

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA
SUSTENTABILIDADE BASEADA NOS ODS DA AGENDA 2030 PARA A GESTÃO
PÚBLICA: UMA APLICAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

Recife, 2022

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VIEIRA

**METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA
SUSTENTABILIDADE BASEADA NOS ODS DA AGENDA 2030 PARA A GESTÃO
PÚBLICA: UMA APLICAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Profa. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra
Orientadora

Prof. Dr. José Antônio Aleixo da Silva
Coorientador

Recife, 2022

V658m Vieira, Maria da Conceição Alves
Metodologia de avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a gestão pública: uma aplicação no Poder Judiciário. / Maria da Conceição Alves Vieira. – Recife, PE: A autora, 2022
140 f.: color.; il.; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Marília Regina Costa Castro Lyra.
Coorientador: Prof. Dr. José Antônio Aleixo da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Recife, Coordenação de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Gestão Ambiental, 2022.

Inclui referências e Apêndices.

1. Educação Ambiental. 2. Agenda 2030. 3. Sustentabilidade. 4. Gestão Pública. 5. Gestão Ambiental. I. Lyra, Marília Regina Costa Castro. (Orientadora). II. Silva, José Antônio Aleixo da. (Coorientador). III. Título.

363.7 CDD (22 Ed.)

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VIEIRA

**METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA
SUSTENTABILIDADE BASEADA NOS ODS DA AGENDA 2030 PARA A GESTÃO
PÚBLICA: UMA APLICAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco como parte integrante dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental.

Data da aprovação: 19 / 09 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra
Orientadora - IFPE

Prof. Dr. José Antônio Aleixo da Silva
Coorientador – MPGA/UFRPE

Prof. Dr. José de Lima Albuquerque
Examinador Externo – PROFIAP/UFRPE

Profa. Dra. Tereza Maria Duarte Dutra
Examinadora Interna - MPGA/IFPE

APRESENTAÇÃO

A autora possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (1997) e bacharelado/licenciatura em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO). Pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Maurício de Nassau e Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE).

É servidora pública do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desde 1995. Atualmente é assessora técnico-jurídica – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco tendo como principal atividade nos últimos 8 anos a elaboração de pareceres técnico-jurídicos.

Na área ambiental atua como membro do grupo de pesquisa em Tecnologia Ambiental e Bioprocessos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE.

A preocupação com as causas ambientais e sociais foi a motivação maior para o ingresso no Mestrado Profissional em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Pernambuco somado à vontade de contribuir através do conhecimento na melhoria do Planeta.

*Dedico este trabalho aos **meus pais** que me
fizeram acreditar na importância da
educação, bem como a todos os **professores**
que tive ao longo da caminhada escolar.*

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco pela oportunidade de realização deste mestrado.

À Profa. Dra Marília Regina Costa Castro Lyra pela orientação, desvelo, paciência, encorajamento e confiança.

Ao Prof. Dr. José Antônio Aleixo da Silva pela oportunidade de aprendizado.

A banca avaliadora, Profa. Dra Maria Tereza Duarte e Prof. Dr. José de Lima Albuquerque, pelas valorosas contribuições e pela gentileza diante das dificuldades quanto ao tempo.

Aos meus professores pelo incentivo e compreensão nos muitos momentos em que pensei desistir e também por nem sempre poder estar presente quando solicitada em razão das demandas que um mestrado requer.

Aos meus colegas de turma pelo compartilhamento de questionamentos e dificuldades atinentes aos estudos.

RESUMO

O mundo vivencia um período que exige rápidas transformações socioeconômicas, ambientais, tecnológicas e culturais, e de valores para o enfrentamento aos inúmeros desafios rumo a sustentabilidade. Neste sentido a ONU (Organização das Nações Unidas) mobilizou seus estados-membros a se comprometerem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS (Agenda 2030), contendo 17 objetivos globais e 169 metas para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a governança democrática em todo o mundo entre 2016 e 2030. Para o acompanhamento do alcance destas metas foram elencados um conjunto de indicadores para que governos, sociedade civil e empresas revejam suas ações e prioridades em favor de um novo modelo de desenvolvimento. Neste contexto, os órgãos públicos têm o protagonismo central para disseminação das políticas públicas e o aperfeiçoamento da gestão pública e devem estar sintonizados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O Poder Judiciário brasileiro foi pioneiro no mundo na proposta de integração das suas metas com as metas e os indicadores dos ODS. Sendo assim, os ODS geram demanda por monitoramento e avaliação que são primordiais nos processos decisórios e de prestação de contas à sociedade. Diante disto, este trabalho desenvolveu e validou metodologia para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da agenda 2030 para a gestão pública. Para tal, foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa que permitiu a definição do nível de desempenho da sustentabilidade por meio da aplicação do Índice de Sustentabilidade baseado na Agenda 2030 (IS-Agenda2030) considerando os seus 17 ODS. A metodologia desenvolvida foi validada por meio da aplicação do IS-Agenda2030 no Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE com base em pesquisa-ação utilizando o procedimento de auditoria. O resultado da avaliação indicou que o TJPE se enquadrava no nível satisfatório de internalização da Agenda 2030 apresentando o IS-Agenda2030 de 0,77. Dentre os 6 fatores analisados, o fator Dimensão Geral obteve o menor índice de implementação com pontuação de 0,69. O IS-Agenda 2030 utilizado permite também mensurar o nível de priorização e o nível de engajamento institucional em cada ODS analisado. A validação da metodologia demonstrou o potencial da ferramenta para auxiliar no progresso da Agenda 2030 do ponto de vista dos ambientes internos das organizações de um modo geral (sejam elas públicas ou privadas, empresas ou indústrias). Como produtos técnicos deste trabalho foram gerados a metodologia para avaliação da sustentabilidade baseada nos ODS para órgãos públicos e um Dossiê Temático sobre a Agenda 2030 no Poder Judiciário.

Palavras-chave: Índice de sustentabilidade. Plano de Logística Sustentável (PLS). Tribunal de Justiça de Pernambuco. Estratégias ESG nas organizações

ABSTRACT

The world is experiencing a period that requires rapid socio-economic, environmental, technological and cultural transformations, and values to face the numerous challenges towards sustainability. In this sense, the UN (United Nations) mobilized its member states to commit to the Sustainable Development Goals-SDGs (2030 Agenda), containing 17 global goals and 169 goals to promote social inclusion, sustainable development and governance. democracy around the world between 2016 and 2030. To monitor the achievement of these goals, a set of indicators were listed for governments, civil society and companies to review their actions and priorities in favor of a new development model. In this context, public bodies play a central role in the dissemination of public policies and the improvement of public management and must be in tune with the United Nations Sustainable Development Goals. The Brazilian Judiciary was a pioneer in the world in the proposal to integrate its goals with the goals and indicators of the SDGs. Therefore, the SDGs generate demand for monitoring and evaluation, which are essential in decision-making and accountability processes to society. In view of this, this work developed and validated a methodology for evaluating sustainability performance based on the SDGs of the 2030 agenda for public management. To this end, a qualitative-quantitative research was carried out that allowed the definition of the level of sustainability performance through the application of the Sustainability Index based on Agenda 2030 (IS-Agenda2030) considering its 17 SDGs. The methodology developed was validated through the application of IS-Agenda2030 at the Court of Justice of Pernambuco - TJPE based on action research using the audit procedure. The result of the evaluation indicated that the TJPE met the satisfactory level of internalization of the 2030 Agenda, presenting the IS-Agenda2030 of 0.77. Among the 6 factors analyzed, the General Dimension factor had the lowest implementation index with a score of 0.69. The IS-Agenda 2030 used also allows measuring the level of prioritization and the level of institutional engagement in each analyzed SDG. The validation of the methodology demonstrated the tool's potential to assist in the progress of the 2030 Agenda from the point of view of the internal environments of organizations in general (whether public or private, companies or industries). As technical products of this work, the methodology for sustainability assessment based on the SDGs for public bodies and a Thematic Dossier on the 2030 Agenda in the Judiciary were generated.

Keywords: Sustainability Index. Sustainable Logistics Plan (PLS). Pernambuco Court of Justice. ESG strategies in organizations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Principais indicadores internacionais de desenvolvimento sustentável levantados por estudo conduzido por Van Bellen (2004).....	26
Figura 2	Principais justificativas para o desempenho insatisfatório das Instituições federais na implementação de ações de sustentabilidade segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2017.....	28
Figura 3	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	31
Figura 4	Perspectivas para o futuro da vida no planeta segundo a Agenda 2030.....	32
Figura 5	Distribuição dos 8 ODM e ODS nas perspectivas para o futuro da vida no planeta segundo a Agenda 2030.....	34
Figura 6	Descrição dos 17 ODS da Agenda 2030.....	41
Quadro 1	Critérios utilizados para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a Gestão Pública.....	38
Quadro 2	Elementos indicados como boas práticas para implementação dos ODS da Agenda 2030 para diversos atores sociais segundo guia SESI-PR (2017) e Consumo sustentável: Manual de educação. (MMA/ MEC/IDEC, 2005)	46
Quadro 3	Elementos relacionados as metas e objetivos dos 17 ODS da Agenda 2030 identificados nas ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco no período de 2013 a 2022.....	54
Quadro 4	Resultados da avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para o Tribunal de Justiça de Pernambuco no período de 2013 a 2022.....	64
Figura 7	Evidências coletadas das ações desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco relacionadas aos ODS da Agenda 2030.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Valores do nível de implementação por elemento (ni) e qualificação correspondente para os níveis de implementação dos fatores considerados no cálculo do IS- Agenda2030.....	40
Tabela 2	Níveis de desempenho da sustentabilidade baseados nos ODS da Agenda 2030 para a gestão pública.....	40
Tabela 3	Síntese dos resultados do IS-Agenda2030 para o Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	68

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
CDS	Commission on Sustainable Development
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
IASA	Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJCPM	Instituto João Carlos Paes Mendonça
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PLS	Plano de Logística Sustentável
SDG ^{Compass}	Guia de Integração dos ODS na Estratégia Empresarial
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCU	Tribunal de Contas da União
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	OBJETIVOS.....	20
1.1.1	Objetivo geral.....	20
1.1.2	Objetivos específicos.....	20
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	21
3.1	GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE.....	21
3.2	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO AMBIENTAL.....	26
3.3	O CONTEXTO DA AGENDA 2030 NO BRASIL.....	30
3.4	INTERNALIZAÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	33
4	METODOLOGIA.....	37
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	37
4.2	DEFINIÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE BASEADO NOS ODS DA AGENDA 2030 PARA A GESTÃO PÚBLICA.....	38
4.3	VALIDAÇÃO DA METODOLOGIA.....	50
4.3.1	Caracterização do objeto de estudo	50
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
5.1	LEVANTAMENTO DOS REQUISITOS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA AGENDA 2030.....	54
5.2	APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SUSTENTABILIDADE IS-Agenda2030 NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.....	63
6	CONCLUSÃO.....	78
	REFERÊNCIAS.....	79
	APÊNDICE A – Roteiro para aplicação de metodologia de avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 nas Organizações.....	85
	APÊNDICE B – Dossiê temático Agenda 2030 no Poder Judiciário.....	112

1 INTRODUÇÃO

O mundo vivencia um período que exige rápidas transformações socioeconômicas, ambientais, tecnológicas e culturais, e de valores para o enfrentamento aos inúmeros desafios rumo a sustentabilidade.

Neste contexto, se faz mister equilibrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, e para tal, dada a complexidade da questão, as soluções devem se dar de forma sistêmica, dentro dos limites naturais que o próprio planeta impõe, revertendo tendências de mudanças climáticas extremas e de esgotamento dos recursos naturais, além de superar a desigualdade social.

Cabe destacar ainda que há um consenso mundial quanto ao nosso modelo de desenvolvimento que destrói os recursos do planeta pondo em risco a continuidade da própria espécie humana. Também há consenso sobre a capacidade de governança e que o enfrentamento da crise socioambiental planetária precisa ser aperfeiçoado e acelerado.

Neste sentido a ONU (Organização das Nações Unidas) vem atuando para mobilizar seus quase 200 estados-membros a assumirem a gravidade do diagnóstico e a se comprometerem com acordos e metas que deem respostas globais e concretas para a humanidade e a crise planetária. Em setembro de 2015, aprovou um conjunto de metas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS (Agenda 2030), contendo 17 objetivos globais e 169 metas para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a governança democrática em todo o mundo entre 2016 e 2030.

Para o acompanhamento do alcance destas metas foram elencados um conjunto de indicadores para que governos, sociedade civil e empresas revejam suas ações e prioridades em favor de um novo modelo de desenvolvimento.

Os órgãos públicos têm o protagonismo central para disseminação das políticas públicas e o aperfeiçoamento da gestão pública e devem estar sintonizados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Algumas medidas de cunho ambiental já foram adotadas pelo poder público como forma de tornar a gestão mais eficiente, a exemplo da criação, em 1999, da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) que se trata de um programa federal criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), de adesão voluntária, e destinado às três esferas de governo (municipal, estadual e federal) bem como aos três poderes (executivo, legislativo e judiciário).

O programa A3P visa reduzir os gastos institucionais a partir do uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos contribuindo para a mudança do comportamento dos seus servidores como também de toda a população.

No âmbito do Poder Judiciário, também foram adotadas algumas iniciativas de preservação ambiental seguindo o que preconiza a nossa Constituição Federal de 1988 em seus artigos 170, VI e 225 caput que expressam a importância da defesa do meio ambiente para as gerações atuais e futuras. A Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), se consagrou um marco na temática ambiental para todos os órgãos integrantes deste Poder, pois ela trouxe a obrigação do compromisso destes com a responsabilidade socioambiental através de preceitos que orientam a criação de unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário com suas devidas competências, bem como a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

Apesar dos avanços nas publicações de normas, recomendações, resoluções, decretos e leis de cunho ambiental, entre outros, percebe-se avanços práticos ainda incipientes pela Administração Pública.

Nesse sentido, sistemas de indicadores de sustentabilidade são relevantes para o processo de gestão, na medida em que estão aptos a retratar a realidade de uma maneira científica, destinada a orientar na formulação de políticas.

Os indicadores são ferramentas de avaliação necessárias para orientar os diferentes atores sociais interessados na gestão ambiental. Além disso, a inserção dos valores da sustentabilidade na Administração fomenta a transparência nos gastos públicos e ganho de eficiência, tendo em vista a vinculação dessa abordagem com a responsabilidade social.

Para isso devem ser intensificadas as ações de capacitação dos gestores envolvidos com a temática, em conjunto com as campanhas de conscientização do grupo de colaboradores que compõe a administração pública, além da divulgação das boas práticas existentes.

Mudando a cultura das pessoas que, incentivadas pelas próprias organizações, trabalharam de forma isolada, sem compartilhar informações, fracassos, sucessos, saberes com a finalidade de construir uma instituição pública mais efetiva e transparente.

É necessária uma mudança que valorize a capacidade de empreender, de inovar, de compartilhar riscos e resultados, mas principalmente de focar as pessoas como a sua maior riqueza.

Cada vez mais se impõe a busca do autoconhecimento e a atualização com relação ao contexto em que se atua. Qualidades básicas como pensamento sistêmico –capacidade de considerar as várias partes e as suas relações entre si; e competência intercultural – capacidade de respeitar a diversidade cultural existente e o aperfeiçoamento contínuo, são fundamentais.

Nesse cenário, torna-se clara a necessidade de pensar em diferentes estratégias de relacionamento, imaginar e criar o novo a partir de um modelo de trabalho que potencialize, em primeiro lugar, a criatividade e a capacidade de inovar de cada um.

As organizações que apostam no conhecimento como riqueza, e têm as pessoas como um diferencial estratégico, começam a compartilhar uma visão de futuro com os seus stakeholders, ou seja, as partes interessadas: funcionários, usuários, técnicos de outras instituições e a sociedade em geral, como forma de gestão integrada visando melhores condições de desenvolvimento econômico, humano e social.

O que se discute é uma mudança que redefine completamente a organização. O comprometimento de todos, e não mais só de alguns, passa a ser fundamental para que se obtenham melhores resultados, ainda mais quando não está em jogo a obtenção de lucros, mas a excelência da gestão pública.

Nesse sentido a presente pesquisa debruçou-se sobre os mecanismos de monitoramento da implementação dos ODS na administração pública visto a seguinte questão norteadora: Como garantir o atingimento das metas de implementação dos ODS na administração pública?

Considerando a contextualização exposta, as ações públicas sustentáveis devem estar cada vez mais atreladas à obtenção de resultados efetivos e à oferta de bens e serviços que possibilitem a melhoria da qualidade de vida e também subsidie o entendimento de como funciona a adoção de uma gestão politicamente e ecologicamente correta na gestão pública.

Portanto, este trabalho desenvolveu uma metodologia capaz de aperfeiçoar o monitoramento efetivo das ações ambientais praticadas pelos órgãos baseada nos melhores indicadores como instrumento imprescindível para aperfeiçoar o monitoramento do nível de desempenho ambiental dos órgãos da administração pública indicando se o modelo de gestão do órgão está priorizando, tanto quanto possível, a sustentabilidade preconizada pelo pacto global da Agenda 2030, desta forma, cumprindo com seus papéis de agentes públicos em serem exemplo para o restante da sociedade.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Desenvolver metodologia para avaliação do desempenho dos órgãos da Administração Pública na implementação dos indicadores de sustentabilidade relacionados aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

2.2 Objetivos específicos

- Levantar indicadores relacionados aos elementos que evidenciam as ações tomadas pela instituição para internalização da Agenda 2030;
- Aplicar critérios para obtenção do índice de desempenho da sustentabilidade IS-Agenda2030 no Tribunal de Justiça de Pernambuco;
- Validar a metodologia proposta com sua aplicação no judiciário brasileiro por meio das ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco.
- Elaborar Dossiê Temático sobre a Agenda 2030 no Poder Judiciário e Roteiro de aplicação da metodologia do IS-Agenda2030

3 REVISÃO DA LITERATURA

O corrente tópico abordará, para o embasamento teórico da pesquisa, uma revisão sobre os temas fundamentais para o alcance de seus objetivos, tais como gestão pública, sustentabilidade, o poder judiciário brasileiro e a Agenda 2030.

3.1 GESTÃO PÚBLICA E A SUSTENTABILIDADE

O enfrentamento aos grandes desafios ligados a sustentabilidade global exigem a modernização da gestão pública. Estas questões demandam a mudança de olhar pelo gestor público ante a escassez dos recursos naturais, o que traz a premência de legislações que disciplinem o uso destes recursos e incentivem as mudanças de hábitos e a consciência da sociedade.

Tomando por base a mudança de paradigma decorrente de uma nova visão do gerenciamento público e as legislações vigentes no âmbito da sustentabilidade se faz urgente verificar quais mudanças efetivas decorreram da aplicação destas medidas legais.

Obviamente a questão não é tão simplista e não pode ser reduzida, tão somente, a normas e fiscalização como soluções. Para além disso, é necessário que exista um compromisso com ações dos governos nos âmbitos federais, estaduais e municipais e da sociedade com mudanças comportamentais para o enfrentamento do uso dos recursos e dos impactos ambientais causados.

A gestão sustentável tornou-se causa de frequente discussão nos últimos anos. Com o acelerado crescimento industrial e o das populações urbanas, os impactos negativos na natureza se tornaram cada vez mais constantes. A degradação do meio ambiente diminui a capacidade de ecossistemas em sustentar a vida. Esse processo está ligado a alterações biofísicas que afetam o equilíbrio ambiental, modificando a fauna e flora natural, eventualmente causando perdas da biodiversidade (ALEGRE, 2017).

Neste sentido, as organizações públicas e privadas precisam adotar atitudes que inspirem a responsabilidade socioambiental, de modo, que o gerenciamento dos recursos naturais se torne ferramenta aplicável em diferentes tipos de atividades. A esfera pública é grande responsável pelo consumo de bens, sejam eles duráveis ou não duráveis cabendo a ela fomentar ações preventivas, visando à sensibilização social e a redução no consumo de recursos naturais, para diminuir os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável (COELHO; SILVA; NEVES, 2018).

Segundo Izar (2015), com o conceito de sustentabilidade elaborado em 1713, por Hans Carl von Carlowitz, e com as diretrizes da Agenda 21, da Declaração do Rio de 1992, as políticas públicas de gestão ambiental devem ter como objetivo não só a gestão de recursos, mas a proteção de futuras gerações e a resolução de conflitos sociais. No tocante à legislação ambiental, seu atendimento é um desafio para todas as organizações, tendo em vista que, diversas metodologias devem ser estudadas, com estratégias que contribuam para ampliar a capacidade do planeta. Vale ressaltar, que o objetivo final das empresas não deveria se restringir apenas ao atendimento às exigências legais, essa deve ser a etapa inicial do processo sustentável para promover a responsabilidade social e vincular esses conceitos a um estilo de vida sustentável.

Assim, em todas as esferas do Poder Público os seus representantes não podem se eximir na promoção das boas práticas sustentáveis. Numa gestão pública as medidas adotadas precisam sempre visar a preservação de recursos naturais. Faz-se necessário um regimento legal que discipline as metas sustentáveis e que, por conseguinte, para o cumprimento dessas normas exista fiscalização.

Importante ressaltar que o Poder Público além da preocupação com as boas práticas sustentáveis no âmbito macro, adote também em seus órgãos o compromisso com estas práticas, quais sejam: economia de energia, diminuição do uso de material de expediente a exemplo de plástico e papel e outros tantos insumos (TCU, 2017).

No tocante à fiscalização no âmbito brasileiro, temos o Tribunal de Contas da União como Órgão fiscalizador nas diversas áreas, dentre elas, o meio ambiente. Em sua atuação relacionada a questão da sustentabilidade, já realizou pesquisa com mais de 100 instituições da Administração Pública Federal, objetivando aferir as ações desenvolvidas quanto ao gerenciamento de resíduos e a produção de bens e serviços que visam a redução do uso da água, energia e demais recursos naturais utilizados nas organizações.

No procedimento desta análise realizada pelo TCU (2017), foram utilizados 11 eixos temáticos, sendo avaliados cada um através de um indicador de pontuação de 0 a 3. A média de pontuação extraída dos indicadores foi o que viabilizou alcançar o Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA). Os critérios utilizados para aferição foram:

- A racionalização no uso de energia elétrica e de água
- Atendimento a requisitos de acessibilidade
- Certificação de prédios públicos

- Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico
- Gestão de resíduos e coleta seletiva
- Contratações públicas sustentáveis
- Mobilidade e gases de efeito estufa
- Conscientização, capacitação e adesão a programas de sustentabilidade

Importante destacar também, a existência de um guia para a gestão pública voltado para as ações sustentáveis, cuja elaboração foi do Programa Cidades Sustentáveis. Esse guia é composto por 260 indicadores básicos e diretrizes para os gestores do poder público, nele estão os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela ONU. É dirigido não somente ao Brasil mais a outros 192 países contemplando metas até 2030 (GUIA GPS, 2016).

Donde se extrai a premente necessidade de planejamento governamental destinado à sustentabilidade. Após décadas de estudos foi observado que para sedimentação das práticas sustentáveis, é imperioso que elas sejam inseridas em grupos menores visando gradativamente os grupos maiores para assim consolidarem mudanças no plano internacional.

No âmbito do poder público, a dificuldade é criar práticas de gestão voltadas ao meio ambiente (MUNCK, SOUZA, 2009).

De acordo com Dowbor (2011), o ser humano vem de longa trajetória e tradição cultural de que a natureza é de certa maneira infinita, e o objetivo era dela conseguir extrair o máximo possível. A empresa que conseguisse tirar mais petróleo, derrubar mais matas, pescar mais peixe ou extrair mais água, tirando maior vantagem, mostrava os resultados como prova de sucesso, de competência.

O que se constata é que hoje a visão a respeito é outra, quanto menor for o impacto ambiental gerado mais bem avaliada é a empresa.

No entanto, para chegarmos a um nível de impacto ambiental mínimo e, portanto, satisfatório, precisamos também, dentre outros elementos, termos a compreensão que a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não são sinônimos, mas se interligam em dependência. A sustentabilidade está calcada nos pilares econômicos, sociais e ambientais. O desenvolvimento sustentável tem o condão de encontrar soluções para o Planeta não perecer de recursos em favor das próximas gerações (CUNHA e AUGUSTIN, 2014).

Dentro dessa perspectiva em busca de soluções, importante perceber que no âmbito social, há a necessidade de diagnóstico partindo do micro, ou seja, parte-se do estudo das peculiaridades das cidades/municípios em meio as suas dificuldades e, assim, busca-se criar projetos e ações que atendam àquelas localidades (GUIA GPS, 2016).

Face a estas necessidades de aferição das ações voltadas à implantação da sustentabilidade, em seu sentido mais amplo no seio da sociedade, os indicadores têm demonstrado ser uma poderosa ferramenta de gestão.

O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como por exemplo o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno, que não seja imediatamente detectável (Van BELLEN, 2006).

Um indicador resume informações relevantes de um fenômeno particular ou um substituto dessa medida. É uma medida do comportamento do sistema, em termos de atributos expressivos e perceptíveis. Deve ser entendido como um parâmetro - ou valor derivado de parâmetros - que aponta e fornece informações sobre o estado de um fenômeno com uma extensão significativa (Van BELLEN, 2004).

Algumas definições colocam um indicador como uma variável relacionada hipoteticamente a uma outra variável estudada, que não pode ser diretamente observada (MELO, SALLES, Van BELLEN, 2012).

Uma variável é uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema. A variável não é o próprio atributo ou atributo real, mas uma representação, imagem ou abstração deste. O quão próximo essa variável se aproxima do atributo próprio ou reflete o atributo ou a realidade, e qual o seu significado ou qual a sua significância e relevância para a tomada de decisão, é consequência da habilidade do investigador e das limitações e propósitos da investigação. Nesse contexto, qualquer variável, e consequentemente qualquer indicador (descritivo ou normativo), tem uma significância própria (Van BELLEN, 2006).

A mais importante característica do indicador, quando comparado com os outros tipos ou formas de informação, é a sua relevância para a política e para o processo de tomada de decisão. Assim, para ser representativo, o indicador tem que ser considerado importante tanto por quem toma decisões quanto pelo público (Van BELLEN, 2010).

Segundo Gallopin (1996), os indicadores mais desejados são aqueles que resumam ou simplifiquem as informações relevantes, façam com que certos fenômenos que

ocorrem na realidade se tornem mais aparentes; aspecto esse que é particularmente importante na gestão ambiental. Nessa área, especificamente, é necessário que sejam quantificadas, mensuradas e comunicadas as ações relevantes.

Como foi anteriormente observado, a emergência da temática ambiental está fortemente relacionada à falta de percepção da ligação existente entre ação humana e suas principais consequências.

O objetivo principal dos indicadores é o de agregar e quantificar informações de uma maneira que sua significância fique mais aparente. Os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando, com isso, melhorar o processo de comunicação (RIBEIRO, 2010).

A Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 2012, adotou a Agenda 21 para transformar o desenvolvimento sustentável numa meta global aceitável. Para colocar os princípios da sustentabilidade em prática e adotar os princípios da Agenda 21, essa conferência criou a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD – Commission on Sustainable Development), cuja principal responsabilidade é a de monitorar o progresso alcançado (CUNHA e AUGUSTIN, 2014).

A necessidade de se consolidar indicadores de desenvolvimento sustentável está expressa na própria Agenda 21, nos capítulos 8 e 40. A partir da conferência no Rio de Janeiro, a CSD adotou um programa de cinco anos para o desenvolvimento de instrumentos que sejam adequados aos que tomam decisões a nível nacional.

Um dos principais aspectos levantados nos primeiros encontros da CSD foi o da necessidade de se criar padrões que sirvam de referência para medir o progresso da sociedade em direção ao que se convencionou chamar de futuro sustentável (MOLDAN e BILHARZ, 1997). É necessário trabalhar com uma unidade que possibilite medir a proximidade em relação a esse objetivo. E essa unidade deve ser suficientemente ampla para englobar uma gama de fatores relacionados com a sustentabilidade, tais como fatores ecológicos, econômicos, sociais, culturais, institucionais, entre outros.

Para Costa (2018), disto tudo o que se depreende é que a gestão pública atua em várias frentes, tais como: os órgãos administrativos, os municípios, estados, a esfera legislativa com a criação de leis, a esfera judiciária com a fiscalização e cumprimento de sanções, dentre outros. E, necessita de ferramentas para aferir e monitorar o alcance de suas metas do ponto de vista também dos ambientes internos de seus órgãos e Instituições.

3.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO AMBIENTAL

Segundo Van Bellen (2004) sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável podem constituir uma importante ferramenta de gestão ambiental, pública ou privada, à medida que consigam orientar e mensurar o desenvolvimento. Entretanto, para alcançar esse objetivo, é necessário conhecer melhor as metodologias existentes. Nesse sentido, o primeiro passo para conhecer melhor as ferramentas de avaliação do desenvolvimento é determinar quais as mais importantes em termos de reconhecimento internacional (Figura 1).

Figura 1. Principais indicadores internacionais de desenvolvimento sustentável levantados por estudo conduzido por Van Bellen (2004).

<i>Principais projetos em indicadores de desenvolvimento sustentável</i>	
PSR (Pressure/State/Response)	OECD – Organization for Economic Cooperation and Development
DSR (Driving-Force/State/Response)	UN/CSD – United Nations Commission on Sustainable Development
GPI (Genuine Progress Indicator)	Cobb
HDI (Human Development Index)	UNDP – United Nations Development Programme
MIPS (Material Input per Service)	Wuppertal Institut – Alemanha
DS (Dashboard of Sustainability)	International Institut for Sustainable Development – Canadá
EFM (Ecological Footprint Model)	Wackernagel and Rees
BS (Barometer of Sustainability)	IUCN – Prescottt-Allen
SBO (System Basic Orientors)	Bossel – Kassel University
Wealth of Nations	(World Bank)
SEEA (System of Integrating Environment and Economic)	United Nations Statistical Division
NRTEE (National Round Table on the Environment and Economy)	Human/Ecosystem Approach – Canadá
PPI (Policy Performance Indicator)	Holanda
IWGSD (Interagency Working Group on Sustainable Development Indicators)	US President Council on Sustainable Development Indicator Set
EE – Eco Efficiency	WBCSD (World Business Council on Sustainable Development)
SPI (Sustainable Process Index)	Institute of Chemical Engineering - Graz University
EIP (European Indices Project)	Eurostat
ESI (Environmental Sustainability Index)	World Economic Forum

Fonte: Van Bellen (2004)

Neste estudo foram elencadas 18 ferramentas e duas delas não foram relacionadas pelos entrevistados: EE - Eco Efficiency, do World Business Council on Sustainable Development, e o SPI -Sustainable Process Index, do Institute of Chemical Engineering, da Graz University. Contudo, foram lembradas oito metodologias que não constavam da lista original, que são:

- Global Reporting Initiative - uma iniciativa organizacional, fortemente associada ao conceito de ecoeficiência, desenvolvido pelo WBCSD, e que provavelmente deve substituí-lo;
- Four Capitals Model - iniciativa ligada à área de contabilidade ambiental;
- Compass of Sustainability - relacionada à ferramenta desenvolvida pelo IISD, o Dashboard of Sustainability;
- Environmental Space - desenvolvida pelo Friends of the Earth, juntamente com o Instituto Wuppertal, na Alemanha;
- DPSIR - Driven, Pressure, State, Impact, Response, que é derivado do DSR;
- HEI – Human Environment Index, SW – Swedish Model e o ECCO - Evaluation of Capital Creation Options, que são modelos pouco conhecidos.

O atual cenário de finitude de recursos e a evolução da consciência socioambiental nas instituições têm feito com que práticas de sustentabilidade recebam especial atenção. Em busca do aperfeiçoamento da gestão e em prol da racionalização do uso de insumos e da redução de desperdícios (TCU, 2017).

No âmbito internacional, a temática da sustentabilidade está inserida na agenda global denominada Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), composto por 17 objetivos e 169 metas sobre diversos temas. A nova agenda de desenvolvimento passou a vigorar nos países signatários do acto - inclusive o Brasil - desde 1 de janeiro de 2016, momento a partir do qual passariam a orientar as decisões governamentais até o ano de 2030 (ONU, 2015).

Tendo em vista a ausência de avaliação, por parte da Administração, das ações de sustentabilidade a serem implementadas pelas instituições públicas, o TCU criou o Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA), com vistas a aferir a evolução dessas medidas.

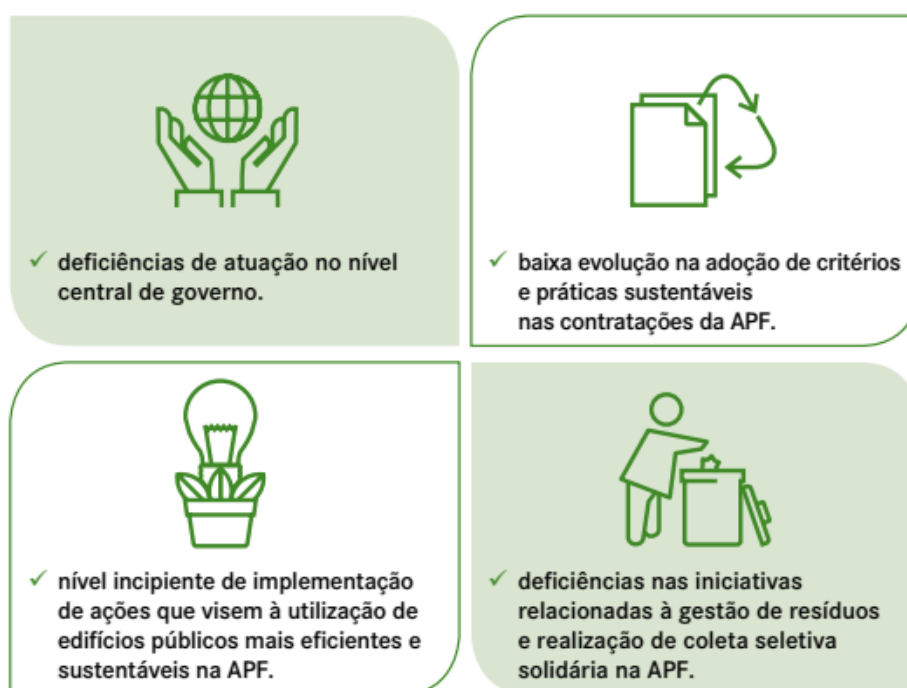
Como consequência, no ano de 2017, o TCU realizou uma auditoria com o intuito de verificar a inserção da sustentabilidade na administração pública, tema inserido no ODS 12 – Promoção de Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo, com enfoque especial na meta 12.7, destinada à promoção das compras públicas sustentáveis. Destaca-se também a interface com o Acordo de Paris, que visa a limitar o aquecimento global médio,

considerando o impacto positivo que a racionalização do uso de insumos tais como energia elétrica, água e produtos descartáveis tem na geração de energia elétrica e consequente emissão de gases de efeito estufa.

Como resultado, considerando que o IASA possui uma escala de avaliação que varia de 0 a 3, e que a administração pública federal obteve uma pontuação média de 1,64, verifica-se a necessidade de uma maior adesão das instituições às ações de sustentabilidade, representando ainda grandes oportunidades de melhoria da Administração para que se possa alcançar a desejável faixa superior de pontuação. Dessa forma, a partir de uma tendência global, a auditoria trouxe um panorama das ações de sustentabilidade na administração pública federal (TCU, 2017).

Nesse contexto, as principais justificativas para o desempenho insatisfatório das instituições federais na implementação de ações de sustentabilidade, encontradas pelo TCU, são apresentados na Figura 2:

Figura 2. Principais justificativas para o desempenho insatisfatório das instituições federais na implementação de ações de sustentabilidade segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2017.



Fonte: TCU, 2017

Rabelo e Lima (2007) destacam que a inserção de indicadores, índices e grau de

sustentabilidade, nos diversos modelos existentes de avaliação, permitem agregar todas as ferramentas possíveis que possibilitam a visualização para os gestores, do nível de sustentabilidade mais próxima do real, para um contínuo monitoramento (COSTA, 2018).

Devido à concepção de um órgão público, com seu modelo burocrático, com todas suas funções e disfunções, bem como tecnocrático, se faz mister incorporar as mudanças socioeconômicas e, principalmente, tecnológicas ocorridas nas últimas décadas e para isso terão que modificar o estilo de gestão dessas organizações e suas culturas.

A burocracia deve dar lugar à flexibilidade, à gestão por diretrizes, ao compartilhamento da informação, à distribuição das atividades de acordo com as habilidades, à ênfase no trabalho coletivo e ao uso de intuição, criatividade e inovação, somados à razão e à lógica (COSTA, 2018).

A cada dia que passa, o setor público se defronta com novos desafios. O paradigma gerencial contemporâneo requer formas flexíveis de gestão, descentralização de funções, redesenho de estruturas e criatividade de seus recursos humanos (TCU, 2017).

Para Batista (2012), nesse novo modelo, torna-se imprescindível que as administrações públicas federal, estadual e municipal estejam preparadas para enfrentarem esta fase de mudanças contínuas, com vistas à maior qualidade e à melhor produtividade de suas ações, mediante a adoção de modelos gerenciais capazes de gerar resultados num mercado altamente competitivo.

Frente a esses novos desafios, preconiza Bento Gomes (2000) que as técnicas praticadas pelos governos do Brasil, nos três níveis de gestão, apesar de todo avanço tecnológico, não atingiram um nível satisfatório pois “o advento, na sociedade informacional, de novas tecnologias contribuiu para o esgotamento do modelo de organização estatal da era industrial, baseado em princípios burocrático administrativos”. Para romper com esse antigo modelo, o autor aponta que a inovação da gestão pública pressupõe de: clareza da missão institucional (visão clara sobre o futuro, seus usuários principais e serviços que presta), sistema orçamentário adequado (vinculado a prioridades estratégicas e à definição de metas explícitas e verificáveis através de indicadores de desempenho), liderança dos seus dirigentes, recursos humanos motivados, clareza organizacional (ênfase na importância dos papéis de cada um dentro da organização com vista a agregar valor ao serviço prestado), informação pertinente, confiável e oportuna sobre a operação cotidiana, meios de trabalho (sistemas informatizados de bancos de dados em vez da mera reprodução de experiências) e marco legal e normativo voltado para a eficiência e produtividade e não apenas para o cumprimento formal das regras

jurídicas.

Souza (2004) mostrou que a experiência brasileira de governança local tem sido marcada por forte inovação institucional e por um complexo sistema de relações intergovernamentais, muitas vezes impulsionadas por organismos multilaterais, e que, apesar da capacidade desigual dos municípios brasileiros em tomar parte nessa nova realidade, no que tange ao maior envolvimento dos governos e das comunidades locais na provisão de serviços sociais universais e de bens públicos de uso comum, ainda não está claro se essas novas institucionalidades são sustentáveis sem o apoio financeiro e indutor do governo federal e de outros organismos exógenos à governança local.

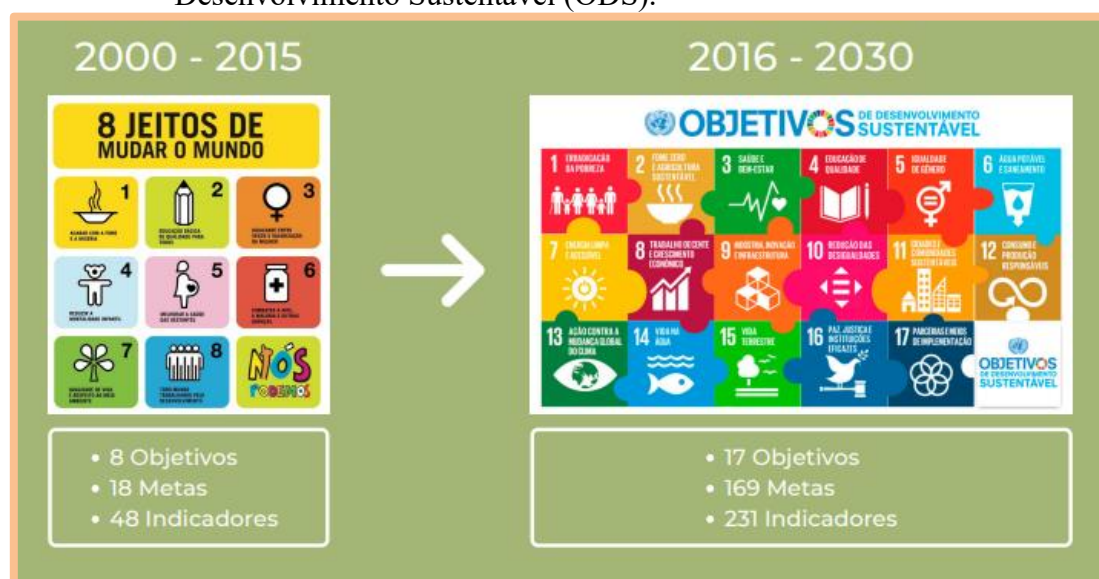
3.3. O CONTEXTO DA AGENDA 2030 NO BRASIL

De acordo com Souza (2021) a Agenda 21, foi um dos documentos precursores mais importantes desse contexto, elaborada como um programa de ação global com 40 capítulos que influenciou no desenvolvimento de políticas públicas e passou a ser o novo padrão de desenvolvimento sustentável nacional a partir de 1992.

Segundo a ONU (2021), tal Agenda foi além das questões ambientais quando tratou de outros padrões de desenvolvimento como a pobreza, dívida externa, padrões insustentáveis de produção e consumo, pressões demográficas e a estrutura da economia internacional.

Pensando no enfrentamento destes desafios, durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas realizada na cidade de Nova York no ano de 2000, foram criados os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que a partir do ano de 2015, se desdobraram nos 17 objetivos que compõem a atual agenda de desenvolvimento sustentável conhecida como Agenda 2030 conforme a Figura 3.

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: ONU (2015)

Nesse trilhar pelo desenvolvimento sustentável que envolve encontrar soluções para que o Planeta não venha a exaurir seus recursos para as próximas gerações, a ONU realizou em 2012 a Conferência Rio +20 onde foi determinado que seus Estados-membros deveriam construir coletivamente um conjunto de objetivos e metas sob o legado dos Objetivos do Milênio. Atualmente designados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletem a expectativa global de equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU - Brasil, 2020).

Tais objetivos são constituídos por um conjunto de metas voltadas basicamente à erradicação da pobreza, à proteção ambiental e à promoção da qualidade de vida com ética e justiça social, as quais devem fazer parte dos planejamentos governamentais e políticas públicas de todos os países ao longo dos próximos anos (FURTADO, 2018).

O documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” apresenta o plano de ação para efetivar essa agenda estruturado em cinco perspectivas fundamentais para o futuro da vida no planeta, sendo elas: **Pessoas** (erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade), **Prosperidade** (garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza), **Paz** (promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas), **Parcerias** (implementar a Agenda por meio de uma parceria global sólida) e **Planeta** (proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras).

Nas Figuras 4 e 5 verifica-se como estão correlacionadas as 5 perspectivas, bem como a inserção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de acordo com sua afinidade com cada perspectiva.

Figura 4 – Perspectivas para o futuro da vida no planeta segundo a Agenda 2030.



Fonte: ONU (2015), AiDH (2017)

Figura 5 – Distribuição dos 8 ODM e dos 17 ODS nas Perspectivas para o futuro da vida no planeta segundo a Agenda 2030.



Fonte: ONU (2015), Souza (2021)

Além das três dimensões da sustentabilidade: a social, a econômica e a ambiental, a referida Agenda ainda se baseia em uma quarta dimensão, a institucional, que zela por instituições fortes que resguardecem o equilíbrio entre as outras três dimensões.

Essa dimensão institucional diz respeito à governança pública, focando no direcionamento, monitoramento e avaliação da gestão pública, com o objetivo de atender as necessidades dos cidadãos e demais partes interessadas (TCU, 2018).

No Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2018), os desafios de internalização da Agenda 2030 e dos ODS perpassam pelos seguintes pontos: sensibilização de atores, implantação da governança, adequação às metas globais, definição de indicadores nacionais e seu alcance.

3.4 INTERNALIZAÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

As metas globais contidas na Agenda 2030 foram adaptadas pelo IPEA – objetivando alinhar estratégias, projetos e programas que já eram adotados às dificuldades nos variados setores do país. Os 17 (dezesete) ODS durante os próximos 8 anos são os direcionadores responsáveis pelas políticas públicas e atividades de cooperação internacional. Tendo eles direta relação com os princípios contidos na Constituição Federal Brasileira vigente conforme apresentado na Figura 6.

Desde o ano de 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, edita a publicação Indicadores de desenvolvimento sustentável, apresentando 63 indicadores, produzidos com dados adquiridos nas pesquisas do órgão e de diversas outras instituições, com adaptações à realidade brasileira, conforme as recomendações da CDS da ONU. Estes fornecem um panorama abrangente e subsídios importantes para o acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro e com impacto direto sobre o planejamento e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (IBGE, 2015).

Figura 6 – Descrição dos 17 ODS da Agenda 2030.

	Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.		Objetivo 10 – Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
	Objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.		Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
	Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.		Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
	Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.		Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
	Objetivo 5 – Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.		Objetivo 14 – Vida na Água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
	Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.		Objetivo 15 – Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
	Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.		Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
	Objetivo 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.		Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.		

Fonte: ONU (2015), ENAP (2018)

A Portaria 133/2018 editada pelo CNJ possibilitou a realização de pesquisas, debates e tratativas visando operacionalizar os ODS no âmbito do Judiciário no Brasil.

O Poder Judiciário Brasileiro é precursor, no mundo, da institucionalização da Agenda 2030 em seu Planejamento Estratégico, tendo celebrado Pacto pela implementação dos ODS da Agenda 2030 no Poder Judiciário com a Organização das Nações Unidas em agosto de 2019. Em agosto de 2019, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público firmaram um Pacto com a Organização das Nações Unidas pela implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 no âmbito de suas respectivas atuações (CNJ, 2022).

Dentre as considerações levantadas neste Pacto está a necessidade de alinhar os instrumentos de planejamento e gestão e aprimorar a integração às metas e indicadores do Poder Judiciário e Ministério Público com as metas e indicadores dos ODS.

Embora os 17 (dezessete) ODS estejam em conformidade com a Constituição Federal e relacionados com a atuação do Poder Judiciário, mesmo que indiretamente, o Conselho Nacional de Justiça priorizou o ODS de número 16 (dezesseis) pelo seu direcionamento ao tema Justiça e Instituições Eficazes.

Com isso, o Poder Judiciário tem como grande desafio a elaboração de indicadores apropriados e específicos que possibilitem o cumprimento das metas estabelecidas, considerando as especificidades da função jurisdicional que se baseia na realização do direito justo através da via processual.

Atendendo a nova ordem de demandas geradas pela agenda 2030, o Conselho Nacional de Justiça inovou quando da apresentação do Relatório do Comitê Interinstitucional que conecta os objetivos da Agenda 2030 às diretrizes do Poder Judiciário criando o LIODS –Laboratório de Inovação e Inteligência e ODS.

A criação do LIODS pelo CNJ demonstra a preocupação do Judiciário brasileiro em absorver as orientações da agenda 2030 através do acompanhamento quanto ao cumprimento dos ODS e, paralelamente, fomentar a adoção de políticas públicas.

O LIODS são espaços que possibilitam a construção coletiva de idéias visando soluções através de novos serviços que tornem os Órgãos judiciais mais eficazes e humanizados. Valem-se de metodologias criativas e inclusivas.

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

A aprovação da Meta 9, no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, confirma a importância da Agenda 2030 para o Poder Judiciário e institucionaliza a participação de todos os tribunais em sua consecução.

A Corregedoria Nacional de Justiça, editou o Provimento nº 85/2019 estimulando a aplicação da Agenda pelas Corregedorias Estaduais e pelo s

A Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça, para 2020, consistiu em integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário. Para isso, o tribunal deveria realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos ODS da Agenda 2030. A Meta foi adotada pelo STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União e dos estados.

Os tribunais têm o apoio das Comissões de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento e de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da

Agenda 2030 na elaboração dos Planos de Ação. Essas Comissões fazem o acompanhamento dos resultados das ações planejadas.

Para a realização dessa meta, entende-se por “desjudicialização” a redução do acervo de processos relacionado ao assunto específico da TPU (Tabela Processual Unificada) selecionado, vinculado ao ODS escolhido.

A meta será cumprida se, até o final do ano, o tribunal elaborar e encaminhar o plano de ação para o assunto mais demandado correlacionado ao ODS (50% da meta) e executá-lo (50% da meta).

4 METODOLOGIA

Neste tópico serão apresentados os critérios utilizados para o desenvolvimento da metodologia de avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030, bem como caracterizado o Tribunal de Justiça de Pernambuco, objeto de estudo utilizado para validação do método de avaliação.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apresenta finalidade aplicada, uma vez que propõe metodologia para análise de desempenho quanto a incorporação dos ODS da Agenda 2030 na Gestão para sustentabilidade em órgãos públicos.

Utiliza abordagem quali-quantitativa (ZANELLA, 2011), visto o desenvolvimento do índice de sustentabilidade baseado na Agenda 2030 (**IS-Agenda2030**) que determina o nível de desempenho de Instituições públicas na internalização dos 17 ODS possibilitando, desta forma, identificar o atendimento as metas propostas pela ONU e evidenciar a aplicação da Agenda 2030 a nível institucional.

O procedimento de pesquisa adotado foi o da pesquisa-ação que é um método de condução de pesquisa aplicada, orientada para elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções, no qual o pesquisador está diretamente envolvido com o objeto de estudo (CAVALCANTI, 2015).

Para a coleta de dados, foi realizada pesquisa documental utilizando diversos documentos produzidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável por regulamentar a Agenda 2030 no âmbito do poder Judiciário, bem como relatórios, PLS, regulamentos internos, portarias do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

A metodologia desenvolvida para o **IS-Agenda2030** foi concebida tomando por base as seguintes referências:

- Índice de Desempenho da Gestão Ambiental (IDGA) aplicado ao setor têxtil: um estudo em duas lavanderias industriais do Agreste pernambucano (CAVALCANTI, 2019).
- Roteiro metodológico de tomada de decisões para o incremento do desempenho ambiental de lavanderias têxteis (CAVALCANTI, 2015).

- Índice de Desenvolvimento da Gestão Ambiental (IDGA): uma proposta de indicador de desempenho ambiental para as empresas de Suape (BARROS, 2011).
- Integração dos ODS na estratégia empresarial. Contribuições da Rede Brasil do Pacto Global para a Agenda 2030. (UNGC; PNUD; PRME, 2018).
- SDG Compass - Guia de integração dos ODS na estratégia empresarial (GRI; UNGC; WBCSD, 2015).
- Relatório de Auditoria Coordenada na preparação do Governo Federal para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Fase Nacional (TCU, 2018).

No que se refere aos elementos que podem evidenciar ações relacionadas a cada um dos 17 ODS, a seleção foi baseada em orientações, diretrizes e guias de como implementá-los, diante da dificuldade em trazer para o cotidiano os ODS e suas metas, elaborados por diversos autores, instituições e organizações, para auxiliar no cumprimento das metas e atingir os objetivos, sendo os principais referenciais:

- Dicas de ações em Prol dos ODS (SESI-PR, 2017).
- Consumo sustentável: Manual de educação. (MMA/ MEC/IDEC, 2005).

4.2 DEFINIÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE BASEADO NOS ODS DA AGENDA 2030 PARA A GESTÃO PÚBLICA

Com a finalidade de avaliar o nível de desempenho de Instituições públicas, do ponto de vista da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030, de suas atividades e processos, foi desenvolvido o **IS-Agenda2030** (Índice de Sustentabilidade baseado nos ODS da Agenda 2030) por meio da adaptação do indicador quantitativo IDGA – Índice de Desenvolvimento da Gestão Ambiental, um indicador que mede e classifica o nível de desenvolvimento da gestão ambiental de uma organização (BARROS et al, 2011; CAVALCANTI, 2015; CAVALCANTI et al, 2019).

No tocante aos ODS, foram inseridos na metodologia a partir da tentativa de equilibrar as dimensões da sustentabilidade, que a Agenda 2030 da ONU (2015) propõe, em cinco perspectivas, de forma integrada e indivisível, sendo elas: Pessoas, o Planeta, a

Prosperidade, a Paz e as Parcerias.

Para o cálculo do **IS- Agenda2030** adaptou-se os critérios propostos por Barros et.al (2011) e validados por Cavalcanti et. al (2019), permanecendo atrelado à avaliação quantitativa de seis fatores – **Dimensão Geral, Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias** – considerados fundamentais para o avanço em direção ao desenvolvimento sustentável. Cada um dos fatores é subdividido em Índices de Implementação que fundamentam o cálculo do **IS-Agenda2030**.

A média aritmética dos Índices de Implementação – que assumem uma das qualificações listadas na Tabela 1 – de cada fator analisado resulta no **IS-Agenda2030** da Instituição. O cálculo dos Índices de Implementação foi realizado mediante a aplicação da fórmula:

$$I_i = \sum n_i / N \rightarrow (n_{i1} + n_{i2} + n_{i3} + \dots n_{in}) / N_n$$

Onde:

I_i é o Índice de Implementação do fator analisado

n_i é o valor atribuído ao nível de implementação observado em cada elemento dentro do fator analisado

N é a quantidade de elementos analisados dentro do fator

Portanto, o **IS-Agenda2030** da instituição como um todo é calculado por meio da média aritmética dos Índices de Implementação dos fatores:

$$\text{IS-Agenda2030}_{\text{INS}} = \sum I_i / 6 \text{ (número total de fatores analisados)}$$

Tabela 1: Valores do ni e qualificação correspondente para os níveis de implementação dos fatores considerados no cálculo do **IS- Agenda2030**

Valores do ni	Qualificação do nível de implementação	Descrição do nível
1	Avançado	Efetividade consolidada das ações, atividades ou processos permanentes de melhoria contínua e aperfeiçoamento relacionado a Agenda 2030.
0,8	Substancial	As ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030 já cumpriram um primeiro ciclo de implementação e há informações e resultados substanciais
0,6	Intermediário	As ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030 estão em fase de implementação, porém o primeiro ciclo do PDCA* ainda não foi concluído ou necessita aperfeiçoamento para atingir os objetivos
0,4	Básico	Há um planejamento formal e uma estrutura básica para implementação das ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030
0,2	Inicial	Embora ainda não haja planejamento formal, algumas decisões ou medidas administrativas vêm sendo adotadas para efetivar ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030
0	Inexistente	O elemento inexistente/foi suspenso ou cancelado

Fonte: Adaptado de Barros et al (2011); Cavalcanti et al (2019). * Ciclo PDCA - Planejar, Fazer, Checar e Agir

O índice, varia de zero a um, possuindo uma escala de cinco categorias de qualificação do nível de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 de uma determinada instituição, conforme estabelecido na Tabela 2.

Tabela 2: Níveis de desempenho da sustentabilidade baseados nos ODS da Agenda 2030 para a gestão pública

Escala do IS-Agenda2030	Categorias
0 a 0,2	Incipiente
0,21 a 0,4	Baixo
0,41 a 0,6	Mediano
0,61 a 0,8	Satisfatório
0,81 a 1	Excelente

Fonte: Adaptado de Barros et al (2011); Cavalcanti et al (2019).

Nos Quadros 1 e 2 estão dispostos os critérios e requisitos a serem preenchidos para o cálculo do **IS-Agenda2030** e consequente definição do nível de desempenho institucional quanto a internalização dos ODS da Agenda 2030.

Quadro 1: Critérios utilizados para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a Gestão Pública (continua)

Fator	Elementos	Nível de Implementação	Ni
Dimensão Geral	A instituição possui instâncias de articulação/coordenação formalizadas para a gestão da sustentabilidade institucional		
	Existe formalização de políticas e regulamentos em relação aos ODS na instituição		
	A instituição possui investimentos significativos em programas educativos e treinamentos para avançar nos ODS		
	A instituição possui área responsável pela implementação dos ODS		
	Há orçamento específico para estratégias e projetos relacionados aos ODS na Instituição		
	Possui mecanismo institucional de canal de comunicação com a comunidade		
	A instituição utiliza a Agenda 2030 e os ODS como referência para identificar e integrar aspectos relevantes de sustentabilidade em seu planejamento		
	A instituição realiza ações conjuntas com outros parceiros relacionadas aos ODS		
	A instituição monitora seus indicadores de desenvolvimento sustentável		
	A instituição realiza auditorias periódicas que levem em consideração ações relacionadas aos ODS		
	A instituição adota eventos formais como a elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade		
	A instituição pesquisa a opinião dos seus usuários para melhorar sua postura ou desempenho em relação aos ODS		
	A organização adota inovações tecnológicas para o uso sustentável de recursos naturais e mitigação de impactos ambientais		
	Adota premiação por performance nos ODS		
	A organização faz exigências aos seus fornecedores quanto a aspectos ambientais ligados aos ODS		
	A organização internamente divulga as suas ações, lições aprendidas e resultados das estratégias nos ODS		
	A instituição comunica seus resultados positivos e negativos relacionados aos ODS		
	Compromissos considerados relevantes e prioritários provenientes da análise da Agenda 2030 estão entre os itens formalmente considerados no processo de planejamento estratégico da instituição e refletidos em objetivos com respectivos indicadores e metas		
	A instituição cumpre a legislação e requisitos legais ambientais		
	A instituição aplica tecnologias que tratam os resíduos e efluentes no final do processo produtivo		
	Existe priorização de ODS com base nos impactos mais relevantes para a instituição tanto positivos quanto negativos		
	Mantém um processo de avaliação de progresso de seus impactos sobre os ODS		
	Apresenta instrumentos de boas práticas ambientais como A3P, PLS, ISO 14001 ou certificações relacionadas aos ODS		
	Há uma estrutura de governança clara dentro da instituição para articulação dos ODS		
	Disseminação das ações executadas internamente na instituição sobre os ODS- nível de acesso dos colaboradores		
		$\sum ni$	
		$Ii = \sum ni / 25$	

Quadro 1: Critérios utilizados para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a Gestão Pública (continuação)

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Pessoas		Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 1	$\sum (\text{Elementos}) \times \frac{1}{n_i/n}$	
		Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 2		
		Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 3		
		Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 4		
		Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 5		
						$\sum N_i$	
						$I_i = \sum n_i / 5$	

Quadro 1: Critérios utilizados para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a Gestão Pública (continuação)

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Planeta		Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 6		
		Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 12		
		Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 13		
		Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 14		
		Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 15		
						$\sum ni$	
						$Ii = \sum ni / 5$	
Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Prosp erida		Assegurar o acesso à energia confiável, sustentável, moderna e barata para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 7		

Quadro 1: Critérios utilizados para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a Gestão Pública (continuação)

		Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 8		
		Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 9		
		Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 10		
		Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 11		
						$\sum n_i$	
						$I_i = \sum n_i / 5$	
Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Paz		Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	☐ Não prorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 16		
						$\sum n_i$	
						$I_i = \sum n_i / 1$	

Quadro 1: Critérios utilizados para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para a Gestão Pública (continuação)

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Parcerias		Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 17		
						$\sum ni$	
						$li = \sum ni / 1$	
					$\sum li$		
					IS- Agenda2030 _{IST} $= \sum li / 6$		

No Quadro 2 estão indicados ações, atividades, programas e processos que sinalizam **elementos** que podem identificar e operacionalizar os 17 ODS nas instituições. Esses elementos irão auxiliar no processo de avaliação para compor o nível de implementação institucional de cada ODS. O cálculo do nível de implementação por ODS será dado por:

$$Ni = \sum (\text{Elementos}) \times ni/n. \text{ Elementos}$$

Onde:

Ni é o Índice de Implementação do ODS analisado

ni é o valor atribuído ao nível de implementação observado em cada elemento dentro do ODS analisado

n é a quantidade de elementos analisados dentro de ODS

Quadro 2. Elementos indicados como boas práticas para implementação dos ODS da Agenda 2030 para diversos atores sociais (continua)

ODS	Elementos (exemplos de boas práticas)
	• Incluir pessoas de baixa renda no mercado de trabalho; • Capacitar as pessoas para a sua profissionalização; • Ser solidário e voluntário em causas sociais; • Aliar-se a projetos sociais e apoiar as organizações não governamentais; • Doar alimentos, objetos e outros bens descartáveis; • Participar de ações de extensão universitária; • Fomentar os universitários nas causas sociais nas comunidades carentes; • Ofertar cursos de empreendedorismo; Fomentar os negócios sociais, negócios verdes, solidários e a economia inclusiva; • Criar tecnologias acessíveis às populações mais pobres; • Apoiar a geração alternativa de renda; • Fomentar o Microempreendedor Individual – MEI; • Empoderar as mulheres que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia; • Desenvolver novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças
	• Plantar a sua própria horta e participar da construção de hortas comunitárias; • Participar da Pastoral da Criança e outros movimentos em prol da alimentação; • Doar alimentos para pessoas carentes • Reduzir o desperdício de alimentos; • Incentivar programas de apoio à merenda escolar e educação alimentar; • Ensinar organizações sociais e familiares a aproveitarem melhor os alimentos, evitando o desperdício; • Criar cursos de extensão sobre Nutrição; • Aumentar a produção de alimentos saudáveis; • Reduzir os preços dos alimentos nutritivos; • Instalar refeitórios nas empresas; • Fornecer refeições para os colaboradores; • Implantar restaurantes populares (de baixo preço); • Estimular a agricultura familiar e comunitária de subsistência; • Comprar produtos da agricultura familiar; • Capacitar a mão-de-obra na elaboração de alimentos básicos; • Fazer campanha sobre alimentação saudável; • Divulgar ações que promovam a segurança alimentar.
	• Amamentar os filhos; • Participar da Pastoral da Criança; • Ensinar a fazer a papinha; • Vacinar as crianças e acompanhar a saúde do filhos; • Incluir os atos de higiene na educação das crianças; • Realizar palestras de prevenção a acidentes domésticos; • Criar espaços para as mulheres amamentarem seus filhos; • Apoiar o trabalho da Pastoral da Criança e outras instituições que trabalham em prol do desenvolvimento infantil; • Promover a prevenção sobre as diferentes formas de violência contra a criança; • Realizar programas de acesso a água potável para populações carentes; • Promover palestras sobre os cuidados com o recém-nascido; • Conscientizar sobre a importância do exame pré-natal e das vacinações do bebê; • Incentivar programas educacionais, em comunidades carentes, de esclarecimento sobre higiene pessoal e sanitária, aleitamento materno e nutrição infantil; • Permitir o acesso das crianças portadoras do HIV e outras doenças infecciosas a medicamentos específicos; • Realizar campanha de incentivo à amamentação e criação de Banco de Leite Materno; • Fazer os pré-natais; • Reduzir o consumo de sal; • Fazer exercícios • Ter um planejamento familiar; • Criar espaços nos campus para a amamentação; • Criar programas de extensão sobre a saúde da mulher; • Criar programas para a mãe trabalhadora; • Tratar dos temas de saúde no programa de educação corporativa da empresa; • Conceder período de licença; • Apoiar iniciativas comunitárias de atendimento à gestante (pré e pós-parto); • Promover palestras para abordar as vantagens do Parto Normal e do Parto Cirúrgico (Cesárea); • Promover palestras sobre a idade adequada (biológica) para ser mãe visando a reduzir a gravidez na adolescência; • Promover iniciativas para a criação de grupo de doulas no município para apoiar as gestantes; • Incentivar programas de apoio à saúde da mulher, facilitando acesso a informações sobre planejamento familiar, DSTs, prevenção do câncer de mama, gestação de risco, nutrição da mulher e do bebê; • Treinar mulheres das comunidades locais em cursos pré-natais para mulheres grávidas e fornecer educação sobre nutrição; • Incentivar programas de prevenção na disseminação de informação sobre saúde sexual e reprodutiva para jovens e adultos, por meio de ações de voluntariado; • Incentivar programas de mobilização e informação no combate as doenças epidêmicas como malária, tuberculose e febre amarela; • Promover campanhas de prevenção no combate a Aids.(mulheres, idosos...) ; • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças como a gripe H1N1; • Criar programas de Saúde do colaborador; • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças; • Realizar campanhas para reduzir o consumo de drogas lícita e ilícitas; • Realizar campanhas de esclarecimento sobre o diabetes , a pressão alta e doenças cardiovasculares; • Realizar campanhas anti tabagismo, prevenção do câncer, alcoolismo , etc; • Apoiar programas que facilitem o acesso aos medicamentos necessários aos portadores de HIV e à prevenção (vacinas) das demais doenças; • Ajudar na organização de workshops, seminários e fóruns para discutir o uso de preservativos e contraceptivos para evitar a gravidez na adolescência, as DSTs e HIV/AIDS, que retardam a educação e todo o desenvolvimento das meninas; • Criar centro de apoios, para reduzir o índice de suicídio; • Promover campanhas de prevenção ao câncer de mama, colo do útero, próstata, pele e outras doenças; • Realizar palestras sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); • Promover a saúde mental com a prática de hábitos saudáveis; • Realizar campanhas de redução de mortes no trânsito (não dirigir e falar ao celular ao mesmo tempo, não dirigir embriagado, não ultrapassar os limites de velocidade); • Participar de programas de doações e distribuição de remédios às populações de risco e baixa renda; • Realizar pesquisas acadêmicas em torno de temas da saúde; • Realizar campanhas de prevenção Dengue, Zika nas escolas, empresas e outras organizações; • Valorizar o Conselho Municipal e Estadual de Saúde; • Divulgar sobre a importância da vacinação; • Buscar recursos financeiros para projetos voltados à saúde;

Quadro 2. Elementos indicados como boas práticas para implementação dos ODS da Agenda 2030 para diversos atores sociais (continuação)

	• Participar das reuniões de pais e colaborar com a escola que o filho estuda; • Acompanhar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da escola do seu filho; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para acompanhar a formação do seu filho; • Doar equipamentos usados a escolas, bibliotecas, instituições voltadas ao atendimento de menores e jovens carentes; • Aumentar o diálogo com crianças e adolescentes para incentivar os pais e avós a iniciarem ou voltarem a estudar; • Organizar campanhas de arrecadação de livros, vídeos e revistas; • Implantar projetos educacionais complementares, com envolvimento familiar, visando estimular a permanência do aluno na escola; • Organizar concursos de redação e oficinas de leitura para compreensão de textos em escolas; • Incentivar a diversidade humana visando reduzir os registros de bullying; • Disponibilizar espaços para leitura na sua instituição/empresa; • Promover um grupo de leitura na sua instituição/empresa; • Promover a campanha “Leitor do Mês”; • Divulgar oportunidades de cursos gratuitos presenciais ou à distância; • Ofertar bolsas de estudos para os colaboradores • Fomentar os projetos sociais que promovam atividades no contraturno; • Identificar alguns dos desafios socioeconômicos que afetam as matrículas no ensino fundamental I e apoiar as comunidades a lidarem com estes desafios; • Melhorar os equipamentos das escolas básicas e fornecer material didático e de leitura; • Reduzir a evasão escolar; • Implantar programas de formação de professores de escolas públicas; • Construir e manter bibliotecas, videotecas ou brinquedotecas na comunidade, escolas ou organizações sociais; • Reduzir o número de analfabetos no município; • Valorizar a educação de seus filhos; • Acompanhar o desenvolvimento dos filhos; • Realizar palestras sobre os ODS; • Organizar gincanas de voluntariado e cidadania; • Apoiar iniciativas de inclusão de PcD nas escolas e universidades; • Organizar concursos de música em escolas com diversos temas; • Proporcionar intercâmbios com outros países; • Apoiar iniciativas de inclusão; • Aumentar a acessibilidade nas universidades; • Apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho; • Jovem Aprendiz na sua empresa; • Mobilizar voluntários para criarem situações de aprendizagem e gestão em suas áreas de formação; • Valorizar a educação para reduzir a evasão escolar; • Capacitar os professores da rede de ensino
	• Valorizar o trabalho doméstico; • Votar no gênero feminino nas eleições em todos níveis; • Criar oportunidades de inserção da mão-de-obra feminina em atividades alternativas consideradas masculinas; • Comunicar uma situação de violência; • Incluir a valorização do trabalho da mulher em programas de diversidade; • Implantar programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres; • Sensibilizar mulheres a assumirem postos de trabalho geralmente ocupados por homens; • Promover palestras sobre autoestima, gestão de carreira; • Promover a formação política para as adolescentes e mulheres; • Promover uma feira das profissões valorizando o papel da mulher na sociedade; • Valorizar ações comunitárias que envolvam o trabalho feminino, apoiando iniciativas que promovam o cooperativismo e a auto sustentação; • Apoiar a defesa da igualdade entre os gêneros em cargos políticos, como prefeituras; • Fortalecer políticas públicas para atender mulheres negras, de povos indígenas, tradicionais e itinerantes.
	• Reusar a água sempre que possível, mas cuidando de sua preservação e aplicação que é restrita; • Conhecer a origem da água, os processos de tratamento e distribuição, e destinação final depois de usada; • Reparar vazamentos ou comunicar a empresa responsável; • Calcular a Pegada Hídrica de produtos e serviços para uma escolha consciente, principalmente pensando na ideia de rejeitar; • Repensar o uso: racionalizar sempre que possível hábitos de consumo no cotidiano; • Reaproveitar a água da chuva; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para redução de consumo; • Implantar programas de racionalização do uso da água; • Promover permanentemente debate sobre o consumo consciente da água; • Tratar sobre sua aplicação na agricultura, indústria e demais setores da economia; • Preservar ou revitalizar todo o sistema hídrico (rios e nascentes); • Recuperar as matas ciliares de rios e nascentes, ampliando áreas de Preservação Permanente (APPs); • Monitorar permanentemente os reservatórios.
	• Comprar eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes; • Reduzir o consumo de energia; • Trocar as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou LEDs; • Desligar o computador e outros equipamentos na modalidade stand by; • Melhorar a eficiência energética; • Desenvolver linhas de pesquisas em torno da utilização de em energia renováveis; • Promover concursos internos ou locais que estimulem o debate; • Sensibilização sobre meio ambiente e a importância do papel de cada um; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para redução de consumo de energia; • Divulgar as orientações sobre consumo consciente • Dimensionar corretamente os cabos e fios para os equipamentos; • Analisar o contrato de fornecimento com a concessionária de distribuição; • Verificar a Modalidade Tarifária; • Otimizar os processos (utilização dos subprodutos em outros processos); • Dar manutenção constante dos equipamentos; • Substituir equipamentos obsoletos por equipamentos com maior eficiência energética; • Usar lâmpadas, luminárias e equipamentos auxiliares de grande eficiência luminosa na iluminação pública; • Utilizar equipamentos eficientes (lâmpadas, equipamentos de ar condicionado, motores, etc) nos prédios públicos; • Orientar o quadro funcional sobre consumo consciente; • Propor ações que abordem o tema eficiência energética junto aos alunos do ensino fundamental; • Analisar o contrato de fornecimento com a concessionária de distribuição.
	• Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Gerar empregos decentes; • Aumentar a produtividade individual; • Aumentar a confiança entre os moradores do município; • Promover a educação para o empreendedorismo; • Criar empresas juniores; • Criar bolsas de estágios para os acadêmicos; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para divulgação de vagas; • Aumentar a produtividade das empresas; • Promover concursos internos em locais que estimulem o debate e a sensibilização individual sobre o desenvolvimento sustentável e a importância da colaboração de cada um; • Promover a criação de negócios sociais, economia inclusiva, economia verde, “econegócios”

Quadro 2. Elementos indicados como boas práticas para implementação dos ODS da Agenda 2030 para diversos atores sociais
(continuação)

	(negócios sustentáveis); • Incentivar a criação de startups em áreas competitivas; • Desenvolver a cultura do empreendedorismo nas universidades de negócios; • Incluir a Pessoa com Deficiência - PcD no mercado de trabalho; • Apoiar programas de geração de novas oportunidades de absorção e recrutamento de jovens nas pequenas e médias empresas; • Desenvolver ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil e trabalho forçado; • Implantar distritos industriais nos municípios; • Incentivar programas de apoio à formação e capacitação técnica profissional dos jovens menos favorecidos, visando sua inclusão no mercado de trabalho; • Promover a implantação de feiras de artesanato; • Implantar políticas públicas que promovam o emprego; • Criar condições de trabalho para os imigrantes africanos, bolivianos, libaneses, haitianos e outros povos.
	• Promover a criatividade dos filhos; • Promover gincanas, feiras de ciência e inovação; • Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Apoiar programas de parceiras para a inclusão digital da população menos favorecida; • Oferecer editais de inovação; • Apoiar programas de formação e disseminação das novas tecnologias, em especial, da informação, que promovam também a inclusão de pessoas com deficiência; • Estimular o uso de aplicativos como WhatsApp para fomentar a inovação; • Inovar os processos da empresa; • Adotar Lean Manufacturing na empresa; • Reduzir os estoques da empresa; • Reduzir os desperdícios no processo produtivo; • Aumentar o tempo de vida dos produtos; • Automatizar os processos; • Estimular o uso de aplicativos para aumento da produtividade; • Melhorar a gestão das empresas; • Otimizar a utilização dos recursos naturais; • Investir na infraestrutura do município; • Recuperar as estradas do seu município; • Buscar o investimento da iniciativa privada em infraestrutura; • Realizar campanhas do melhor uso de nossas estradas, parques, academias ao ar livre e demais instalações de equipamentos públicos.
	• Ensinar em casa cidadania e solidariedade para os filhos; • Doar alimentos, roupas e outros bens para a população pobre; • Destinar Imposto devido para Projetos Sociais - Pessoa Física; • Participar como voluntariado em Projetos Sociais; • Desenvolver pesquisas e estudos sobre a realidade social; • Garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas; • Adotar as plataformas da ONU: Pacto Global e PRME; • Promover o voluntariado corporativo; • Implantar programas de carreiras e salário justos; • Patrocinar a educação de jovens que vivem na periferia; • Aumentar o Investimento Social Privado; • Destinar impostos para Projetos Sociais - Pessoa Jurídica; • Investir na infraestrutura das periferias; • Recuperar as estradas do seu município; • Realizar campanhas do melhor uso de nossas estradas, parques, academias ao ar livre e demais instalações de equipamentos públicos; • Promover a Gestão Participativa; • Incluir mulheres e idosos na era digital; • Promover os direitos dos imigrantes e de outras minorias.
	• Participar de Conselhos de Segurança nas Cidades; • Proteger o patrimônio cultural do município (igreja, monumentos e outros); • Reduzir o uso de automóvel, pegar carona solidária, bicicleta e outros meios de transportes; • Promover a criação ou a manutenção das associações de bairros; • Realizar intervenções voluntárias nas áreas de uso coletivo (praça, escola, ruas...); • Realizar campanhas sobre trânsito seguro nas escolas e universidades; • Apoiar iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis; • Disseminar o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor do município; • Promover o uso de bicicletas no Campus e a prática de caronas solidárias; • Adotar os Princípios da Educação Empresarial Responsável – PRME; • Comprar a matéria prima de locais mais próximos da planta industrial; • Instalar novas unidades da empresa em municípios de baixo IDH; • Aumentar a acessibilidade dos idosos aos equipamentos públicos; • Promover a cidadania nas comunidades; • Aumentar a destinação de impostos para projetos sociais; • Desenvolver projetos visando a regularização fundiária; • Melhorar a infraestrutura das regiões metropolitanas; • Estruturar programas que mantenham o homem no campo; • Estimular o uso de aplicativos como WhatsApp para mapear os locais de maior ocorrência de acidentes de trânsito, de assaltos e outros.
	• Doar alimentos e reduzir o desperdício; • Reduzir o uso de embalagens; • Evitar a troca de celular frequentemente; • Utilizar sacola de pano para as compras; • Optar por produtos com refil; • Doar roupas, sapatos e acessórios para bazares; • Procure saber sobre os impactos das marcas que você consome; • Dar preferência para os sacos biodegradáveis; • Reduzir o uso de detergente que faz espuma; • Comprar os eletrodomésticos que contam com selo Procel, que certifica a eficácia do produto; • Descongelar alimentos de forma natural ao invés de usar o micro-ondas; • Consumir os alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos; • Reaproveitar alimentos da forma como for possível; • Boicotar os alimentos transgênicos; • Dar preferência para os produtores locais; • Descartar os resíduos de forma correta; • Ensinar ler rótulos dos alimentos, principalmente escolhendo os alimentos com menos sódio, gordura totais e saturadas, carboidratos e outros elementos que em excesso são nocivos à saúde; • Promover a educação financeira para reduzir o endividamento da população; • Promover oficinas de aproveitamento de materiais para confecção de artesanato; • Divulgar e ensinar as leis ambientais (Código Florestal, PNRS, PNRH); • Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização; • Estimular o uso de aplicativos como WhatsApp para redução de consumo; • Participar de programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais; • Realizar ações de sensibilização

Quadro 2. Elementos indicados como boas práticas para implementação dos ODS da Agenda 2030 para diversos atores sociais (continuação)

	para a diminuição do consumo e separação de resíduos (4Rs - Reduzir, reutilizar, reciclar e recuperar); • Adotar os princípios do Pacto Global; • Implantar a logística reversa; • Conhecer e respeitar o código do consumidor; • Reduzir o uso de agrotóxicos no plantio de alimentos; • Reduzir o consumo de copinhos plásticos na empresa.
	• Reduzir o consumo de produtos poluentes; • Manter o carro regulado; • Morar mais perto do trabalho; • Usar combustíveis renováveis; • Cumprir com as leis ambientais (Código Florestal, PNRS, PNRH); • Plantar árvores nas áreas rurais e urbanas; • Ensinar as leis ambientais; • Realizar campanhas contra as queimadas • Dar suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental; • Estimular o uso de aplicativos para o controle da poluição sonora e outras poluições; • Realizar o controle da emissão de gás carbônico, metano e óxido nitroso, e outros gases poluentes; • Manter a frota de veículos com a manutenção em dia; • Implantar as brigadas de defesa civil e envolver a população; • Divulgar informações sobre gestão de risco sobre desastres e adaptações a mudanças climáticas; • Implantar aterros sanitários • Ofertar a coleta seletiva dos resíduos; • Proteger as áreas verdes; • Valorizar o Conselho Municipal e Estadual do Meio Ambiente
	• Instalar a minha residência na rede de saneamento pública; • Reduzir o consumo de peixes em extinção; • Não praticar a pesca predatória; • Escolher um rio do entorno da escola para conhecer e proteger; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para denunciar pessoas/ empresas que jogam lixo nos rios; • Criar leis que proíba a utilização de sacolas plásticas nos supermercados; • Melhorar o saneamento das cidades; • Reaproveitar ou destinar corretamente o óleo de cozinha; • Reduzir a pesca predatória; • Reduzir a acidez dos oceanos
	• Reduzir a pegada ecológica individual; • Comprar produtos orgânicos; • Reduzir o consumo de carne vermelha; • Plantar uma, duas, três, quatro árvores; • Não compre animais silvestres e denuncie quem o faz; • Plantar árvores nas beiras dos rios; • Realizar campanhas sobre a importância da Biodiversidade; • Realizar atividades voluntárias; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para proteção dos parques municipais; • Comprar papel reciclado; • Fomentar a compra de matérias primas certificadas; • Instalar equipamentos menos poluentes; • Valorizar os saberes locais e as comunidades indígenas; • Reduzir o uso de agrotóxicos nas lavouras; • Incentivar a cultura de rotação no plantio agrícola; • Implantar projetos para a redução da desertificação e a degradação dos solos; • Reduzir as espécies invasoras e exóticas; • Reduzir o desmatamento; • Reduzir a geração de resíduos
	• Ser voluntário ; • Realizar palestra sobre o relacionamento entre pais e filhos visando aumentar o vínculo familiar; • Participar de espaços como o Conselho Tutelar e Conselho de Direitos de sua comunidade; • Realizar campanhas da cultura da paz; • Ligar para 180 e denunciar casos de violência contra a mulher; • Realizar atividades de prevenção à violência contra crianças e adolescentes; • Realizar campanhas de sensibilização e combate à violência doméstica, abuso sexual e tráfico Humano; • Realizar Juizados Mirins e outras ações de Educação para as Leis; • Realizar palestras de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; • Divulgar a Lei Maria da Penha; • Criar brigadas para fomentar o voluntariado na Defesa Civil; • Promover palestra sobre a questão da violência no trânsito, doméstica e outras; • Realizar campanhas de desarmamento; • Criar aplicativos de áreas inseguras no seu município; • Combater a corrupção em todos os níveis • Promover o acesso a espaço cultural e artístico para a população jovem; • Apoiar o funcionamento ou instalação de um Centro de Ação Voluntária na sua cidade; • Assegurar o atendimento a saúde das mulheres vítimas de violência; • Realizar treinamento adequado aos profissionais que devem prestar assistência as mulheres; vítimas de violência; • Realizar blitz educativa de trânsito sobre a importância de não consumir bebida alcoólica antes de dirigir; • Promover a criação de um Centro da Juventude; • Capacitar as mulheres em situação de vulnerabilidade social; • Cumprir a Lei Seca nos municípios;
	• Participar de associações , conselhos e organizações sociais; • Elaborar projetos sociais e ir atrás de fontes de financiamento coletivo; • Realizar parcerias com as partes interessadas; • Adotar os Princípios da Gestão Empresarial Responsável – PRME; • Criar bancos de projetos sociais para atuar em áreas mais pobres; • Adotar os Princípios do Pacto Global; • Participar do Movimento Nós Podemos em prol dos ODS; • Realizar programas de Responsabilidade Social Corporativa; • Buscar realizar parcerias com vários atores sociais; • Buscar recursos para capacitação, tecnologia e outros investimentos para o desenvolvimento local sustentável; • Reduzir a dívida dos municípios; • Aumentar a colaboração ODS.

Fonte: Guia SESI-PR (2017); Consumo sustentável: Manual de educação. (MMA/ MEC/IDEC, 2005).

4.3 VALIDAÇÃO DA METODOLOGIA

Com o intuito de validar a metodologia desenvolvida foi realizado um teste, tendo a pesquisadora desempenhado o papel de auditora interna, visto seu vínculo funcional com a instituição objeto do estudo

A auditoria seguiu os ritos indicados pelo TCU (2017) e dentre os critérios de avaliação utilizados neste trabalho, destacam-se o Plano Estratégico do Tribunal de Justiça de Pernambuco 2021-2026, Planos de Logística Sustentável do TJPE 2016/2022, Relatórios de Desempenho dos Planos de Logística Sustentável do TJPE 2016/2022, Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021. Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário e Plano de logística sustentável 2021/2026 do Conselho Nacional de Justiça. Além disso, foram utilizados também os critérios definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Referencial para Avaliação da Governança do Centro de Governo (TCU, 2016).

Durante a validação da metodologia foi identificada a necessidade de estabelecer critérios de penalizações referentes a dois aspectos considerados, pela análise da Auditora, como importantes para a consolidação da internalização da Agenda 2030: elementos contemplando todos os 17 ODS e elementos com sem ação de continuidade.

Caso essas situações se apresentem, deverá ser aplicada a penalidade com os seguintes valores, para a situação 1, descontado no resultado para o nível de implementação do Fator e para a situação 2 descontado do IS-Agenda, como segue:

- 1 - Apresentou elementos sem ação de continuidade = 0,1
- 2 - Não apresentou elementos em todos os 17 ODS = 0,4

4.3.1 Caracterização do objeto de estudo

O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco é um órgão do Poder Judiciário com sede na cidade do Recife e jurisdição em todo o território estadual e está subordinado ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal) (SILVA, 2020).

O Tribunal de Justiça de Pernambuco possui uma estrutura complexa, que abrange cerca de 10.800 funcionários, entre corpo funcional (magistrados, servidores e estagiários) e força de trabalho auxiliar (terceirizados), distribuídos em 150 comarcas em

todo o Estado, com tramitação processual anual superior a 2 milhões, tendo por base referente ao ano de 2014 (PLS-TJPE, 2016-2018).

O TJPE reconheceu os impactos que gera no meio em que está inserido, desde o consumo de água, energia elétrica, combustíveis, insumos, geração de resíduos orgânicos e inorgânicos, até a poluição emitida pela movimentação de pessoas e documentos por meio de veículos, entre outros fatores. Frente a esses desafios, o Poder Judiciário de Pernambuco adotou ações voltadas para a responsabilidade social, não só à economia de recursos, mas também para a melhoria da qualidade de vida no trabalho.

Exemplos disso foram as soluções implantadas para garantir a economia com a racionalização de insumos, caso da redução do consumo de energia elétrica, que vem diminuindo desde 2010, a partir de uma ação intensiva de boas práticas de engenharia, combinada com uma política consistente de valorização das atividades das áreas técnicas do Tribunal.

Dentro dos objetivos a serem atingidos também foi disciplinado por meio da Portaria nº 33/2013, visando diminuir o uso do papel, com o estabelecimento do formato frente e verso para impressão, para as unidades ligadas à Diretoria do Foro da Capital, inicialmente, e, posteriormente, implementada em todo o Poder, inclusive, com a compra de impressoras mais econômicas.

É, portanto, o Plano de Logística Sustentável (PLS) um instrumento vinculado ao planejamento estratégico do TJPE, com objetivos e responsabilidades definidas, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados. Permitindo estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto na Administração Pública dentro das disposições da Agenda Ambiental da Administração Pública Federal (A3P).

Por se tratar de uma luta contínua a demanda pelo desenvolvimento sustentável, o CNJ revogou a Resolução nº 201/2015 e editou a nº 400 em 16 de junho de 2021, dispondo sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, trazendo novos indicadores de desempenho para serem mensurados pelos tribunais e conselhos superiores. A Resolução nº 400/2021 rebatizou o Balanço Socioambiental que passa se chamar “Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário” elaborado e publicado anualmente pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ).

Dada a relevância da sustentabilidade a referida Resolução configurou o PLS como instrumento da Política de Governança de Contratações do órgão que, em conjunto com os demais planos institucionais e de Gestão de Pessoas, tem o objetivo de

desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, garantindo a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa.

O TJPE, em cumprimento a esse instrumento normativo, bem como reforçando as ações e práticas já adotadas, tornou público o seu Plano de Logística Sustentável, com indicadores e objetivos a serem alcançados pela instituição. O PLS é um instrumento elaborado pela COPLAN (Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica) vinculado ao Planejamento estratégico, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que visam a uma melhor eficiência do gasto na administração pública.

Devido a sua importância, o CNJ dispõe, no Art. 23 da Resolução 201/2015, que ao final de cada ano, deverá ser elaborado relatório de desempenho do PLS, contendo a consolidação dos resultados alcançados; a evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do Poder Judiciário com foco socioambiental e econômico e identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente (SILVA, 2020).

Desde 2015 o PLS vem acompanhando todos os indicadores, metas e ações referentes ao consumo e/ou gastos do TJPE relacionados aos seguintes itens: papel; água engarrafada; copos descartáveis; energia elétrica; água e esgoto; combustível; veículos; impressão de documentos e equipamentos instalados; reformas; gestão de resíduos; telefonia; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação; vigilância e limpeza (SOUZA, 2021).

Na classificação do 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, correspondendo a série histórica consolidada de indicadores apurados de 2015 a 2021, o Tribunal de Justiça de Pernambuco passou da 7ª posição em 2020 para a 10ª posição em 2021, no Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) comparado a 27 tribunais de Justiça estaduais avaliados.

O Plano Estratégico do Poder Judiciário Estadual de Pernambuco para o período de 2021 a 2026, utilizou como critérios: o alinhamento à estratégia nacional do poder judiciário, num horizonte de seis anos; o conteúdo temático dos macrodesafios, indicadores de desempenho e das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020 do CNJ; as metas nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

O novo Plano de Logística Sustentável 2021 já atende à Resolução n. 400/2021 do CNJ que incluiu no PLS dois novos temas: apoio ao serviço administrativo; e aquisições e contratações. O primeiro tem como objetivo o monitoramento das despesas

com contratos de serviços gráficos. O segundo visa a identificação da quantidade de contratos celebrados no período-base que tenham o critério de sustentabilidade incluído no Termo de Referência ou Projeto Básico. O plano é vinculado ao Planejamento Estratégico da instituição e, anualmente, são realizados ajustes nas metas e nas ações para os avanços no âmbito da sustentabilidade. Por meio desta ferramenta, é possível acompanhar a implementação de ações e práticas socioambientais nas atividades rotineiras do órgão, fortalecer a gestão integrada e participativa das áreas envolvidas, além de realçar o atributo da transparência das ações de sustentabilidade institucional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados da validação da metodologia para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 por meio da aplicação do **IS-Agenda2030** no contexto do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

5.1 REQUISITOS RELACIONADOS AOS ELEMENTOS QUE EVIDENCIAM AS AÇÕES TOMADAS PELA INSTITUIÇÃO PARA INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA 2030

Para iniciar o procedimento de auditoria, os requisitos relacionados aos elementos que evidenciam as ações tomadas pela instituição para internalização da Agenda 2030 foram identificados, com base em documentos, relatórios de gestão e registros de notícias veiculadas na homepage institucional, como dispostos no Quadro 3.

Quadro 3 – Elementos relacionados as metas e objetivos dos 17 ODS da Agenda 2030 identificados nas ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco no período de 2013 a 2022 (continua)

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	Elementos
ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Incluir pessoas de baixa renda no mercado de trabalho; • Capacitar as pessoas para a sua profissionalização; • Ser solidário e voluntário em causas sociais; • Aliar-se a projetos sociais e apoiar as organizações não governamentais; • Doar alimentos, objetos e outros bens descartáveis; Fomentar os negócios sociais, negócios verdes, solidários e a economia inclusiva; • Criar tecnologias acessíveis às populações mais pobres; • Apoiar a geração alternativa de renda	1- Criar tecnologias acessíveis a populações mais pobres: TJPE atende, Juizado Digital, Conciliações online, Balcão virtual (atendimento videoconferências) 2- Programa Justiça Itinerante (sessões de conciliação, orientação jurídica, emissão de documentos e serviços de saúde) 3- Promoção de Feirinhas com exposição e vendas de artesanatos sustentáveis 4- Promoção da Feira dos 3Rs com vendas de produtos de aterreciclagem 5- Comemoração do Dia Mundial da Justiça Social (20 de fevereiro) 6- Parceria TJPE e IJCPM – Qualificação e inserção de Jovens no mercado de trabalho 7- Programa Jovem Aprendiz - capacitação de jovens

ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Plantar a sua própria horta e participar da construção de hortas comunitárias; • Doar alimentos para pessoas carentes • Reduzir o desperdício de alimentos; • Ensinar organizações sociais e familiares a aproveitarem melhor os alimentos, evitando o desperdício; • Comprar produtos da agricultura familiar; • Fazer campanha sobre alimentação saudável; • Divulgar ações que promovam a segurança alimentar.	1- Programa Feiras Orgânicas no TJPE - comercializa produtos como hortaliças, tubérculos e beneficiados cultivados sem o uso de agrotóxicos; além de outros produtos que fortalecem a economia solidária e sustentável. Os vendedores são devidamente cadastrados no Ministério da Agricultura e fiscalizados pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro). 2- Programa Saúde Legal (Campanha aproveitamento integral de alimentos) 3- Concurso de receitas saudáveis 4- Oficina de Horta Urbana 5- Implantação de Horta Urbana no Memorial de Justiça do TJPE 6- Natal solidário – doações de donativos para o município de Venturosa/PE
ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Promover a prevenção sobre as diferentes formas de violência contra a criança; • Reduzir o consumo de sal; • Fazer exercícios • Tratar dos temas de saúde no programa de educação corporativa da empresa; • Incentivar programas de apoio à saúde da mulher, facilitando acesso a informações sobre planejamento familiar, DSTs, prevenção do câncer de mama, gestação de risco, nutrição da mulher e do bebê; • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças como a gripe H1N1; • Criar programas de Saúde do colaborador; • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças; • Realizar campanhas anti tabagismo, prevenção do câncer, alcoolismo , etc; • Promover campanhas de prevenção ao câncer de mama, colo do útero, próstata, pele e outras doenças; • Promover a saúde mental com a prática de hábitos saudáveis; • Realizar campanhas de prevenção Dengue, Zika nas escolas, empresas e outras organizações;	1- monitorar toda participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional. 2- Programa Justiça Intinerante (sessões de conciliação, orientação jurídica, emissão de documentos e serviços de saúde) 3- Formalização de Uniões 4- Programa Saúde Legal (Campanha aproveitamento integral de alimentos) 5- Campanha de combate ao mosquito Aedes aegypti 6- Campanha Outubro rosa – Um mês de conscientização e prevenção do câncer de mama 7- Simpósio de comemoração ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho 8- Ação bicicletada sustentável (parceria estudantes secretariado da Universidade de Pernambuco – UPE 9- Semana +Saúde 2014 10- I Ciclo de palestras do Programa VidaAtiva em comemoração ao Dia Internacional do idoso 11- Prorrogação de ações de combate a Covid 19 12- Concurso de receitas saudáveis
ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	1- monitorar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade de forma a subsidiar a

Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Doar equipamentos usados a escolas, bibliotecas, instituições voltadas ao atendimento de menores e jovens carentes; • Organizar campanhas de arrecadação de livros, vídeos e revistas; • Divulgar oportunidades de cursos gratuitos presenciais ou à distância; • Melhorar os equipamentos das escolas básicas e fornecer material didático e de leitura; • Apoiar iniciativas de inclusão; • Aumentar a acessibilidade nas universidades; • Apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho; • Jovem Aprendiz na sua empresa;	tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas. 2- Programas Justiça Libertadora e Prepara COG – oferecimento de aulas de inglês, Informática e Pré-Enem (200 estudantes de escolas públicas – entre 2018 a 2020) 3- Campanha Justiça Sustentável - Promove ações para conscientizar os servidores, magistrados e jurisdicionados do TJPE a adotarem critérios de sustentabilidade e economicidade, tanto no ambiente de trabalho quanto nos hábitos diários de suas vidas 4- Capacitação Sustentabilidade nas coantratações públicas 5- Capacitação sobre Construções Sustentáveis 6- Campanha no dia das crianças de doações de livros para pacientes do NACC 7- Programa Jovem Aprendiz - capacitação de jovens
ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Comunicar uma situação de violência; • Implantar programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres; • Sensibilizar mulheres a assumirem postos de trabalho geralmente ocupados por homens; • Promover palestras sobre autoestima, gestão de carreira.	1- AppNísia e a ferramenta Carta de Mulheres para as varas de Violência contra as Mulheres 2- Evento em homenagem ao Dia Internacional da Mulher 3- Repositório de Mulheres Juristas – incentivo a participação feminina na formação jurídica 4- Campanhas contra violência doméstica, assédios e discriminação 5- Ações de sensibilização voltadas ao combate contra a violência de gênero 6- Participação na XVI Jornada Maria da Penha 7- Projeto Recomeçar- reinserção e orientação voltada para mulheres encarceradas e seus familiares
ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Conhecer a origem da água, os processos de tratamento e distribuição, e destinação final depois de usada; • Reparar vazamentos ou comunicar a empresa responsável; • Repensar o uso: racionalizar sempre que possível hábitos de consumo no cotidiano; • Implantar programas de racionalização do uso da água; • Promover permanentemente debate sobre o consumo consciente da água.	1- Campanha uso racional da água 2- Comemoração Dia Mundial da água 3- 1º Seminário Ecos de Pernambuco sobre Gestão de recursos hídricos
ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos	1- Adoção de iluminação com lâmpadas de LED

Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Reduzir o consumo de energia; • Trocar as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou LEDs; • Desligar o computador e outros equipamentos na modalidade stand by; • Melhorar a eficiência energética; • Sensibilização sobre meio ambiente e a importância do papel de cada um; • Divulgar as orientações sobre consumo consciente; • Utilizar equipamentos eficientes (lâmpadas, equipamentos de ar condicionado, motores, etc) nos prédios públicos; • Orientar o quadro funcional sobre consumo consciente;	2- Desligamento de 2 a 3 elevadores após as 16 horas 3- Ação Excursão Ambiental ao Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) – sensibilização sobre meio ambiente e o papel de cada um 4- Entrevista na Revista Conecta sobre “Práticas que transformam” com especialistas em Gestão Ambiental Susanne Galeno – divulgar orientações sobre consumo consciente 5- Implantação de pontos de coleta de pilhas 6- Maquete interativa – consumo consciente de energia elétrica 7- Sensibilização por arte-educadores sobre as ações do projeto de coleta seletiva 8- Exibição de vídeo sobre perspectiva das pessoas que trabalham com reciclagem 9- Sensibilização por arte-educadores sobre descarte correto de papel no Fórum de Recife 10- Capacitação sobre Construções Sustentáveis
ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Promover concursos internos em locais que estimulem o debate e a sensibilização individual sobre o desenvolvimento sustentável e a importância da colaboração de cada um; • Apoiar programas de geração de novas oportunidades de absorção e recrutamento de jovens nas pequenas e médias empresas; • Desenvolver ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil e trabalho forçado; • Incentivar programas de apoio à formação e capacitação técnica profissional dos jovens menos favorecidos, visando sua inclusão no mercado de trabalho; • Promover a implantação de feiras de artesanato.	1- Programa Feiras Orgânicas no TJPE - comercializa produtos como hortaliças, tubérculos e beneficiados cultivados sem o uso de agrotóxicos; além de outros produtos que fortalecem a economia solidária e sustentável. 2- Promoção de Feirinhas com exposição e vendas de artesanatos sustentáveis 3- Promoção da Feira dos 3Rs com vendas de produtos de aterreciclagem 4- Parceria TJPE e IJCPM – Qualificação e inserção de Jovens no mercado de trabalho 5- Programa Jovem Aprendiz - capacitação de jovens 6- Concurso de receitas saudáveis
ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Promover a criatividade dos filhos; • Promover gincanas, feiras de ciência e inovação; • Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Inovar os processos da empresa; • Melhorar a gestão das empresas; • Otimizar a utilização dos recursos naturais.	1- Divulgação das atividades do judiciário com legendas, vídeos e em libras 2- Oficina de pintura interativa – promoção da criatividade 3- Mostra Meu Mundo Verde – produções artísticas de crianças (desenhos) 4- Registro virtual de sentenças (economia de papel – Inovação nos processos da instituição/otimização da utilização dos recursos naturais 5- Instrução normativa com foco na

	racionalização dos gastos públicos – melhorias na gestão da instituição
ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Ensinar em casa cidadania e solidariedade para os filhos; • Doar alimentos, roupas e outros bens para a população pobre; • Adotar as plataformas da ONU: Pacto Global e PRME; • Promover o voluntariado corporativo; • Patrocinar a educação de jovens que vivem na periferia.	1- Ações de promoção da cidadania 2- Doação de alimentos e livros 3- Ações de incentivo ao voluntariado 4- Adoção de plataforma da ONU Agenda 2030
ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Reduzir o uso de automóvel, pegar carona solidária, bicicleta e outros meios de transportes; • Realizar intervenções voluntárias nas áreas de uso coletivo (praça, escola, ruas.); • Apoiar iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis; • Promover o uso de bicicletas no Campus e a prática de caronas solidárias; • Adotar os Princípios da Educação Empresarial Responsável – PRME; • Aumentar a acessibilidade dos idosos aos equipamentos públicos; • Desenvolver projetos visando a regularização fundiária.	1- Monitorar os gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e priorização do atendimento à Resolução CNJ 114/2010 e suas alterações 2- Curso sobre acessibilidade aos museus: quebrando barreiras e criando estratégias de inclusão 3- Participação no Fórum permanente de Museus Acessíveis 4- Implantação de bicicletário
ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Doar alimentos e reduzir o desperdício; • Consumir os alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos; • Reaproveitar alimentos da forma como for possível; • Dar preferência para os produtores locais; • Descartar os resíduos de forma correta; • Ensinar ler rótulos dos alimentos, principalmente escolhendo os alimentos com menos sódio, gordura totais e saturadas, carboidratos e outros elementos que em excesso são nocivos a saúde; • Promover oficinas de aproveitamento de materiais para confecção de artesanato; • Divulgar e ensinar as leis ambientais (Código Florestal, PNRS, PNRH); • Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização; • Participar de programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais; • Realizar ações de sensibilização para a diminuição do consumo e separação de resíduos (4Rs - Reduzir, reutilizar, reciclar e recuperar); • Adotar os princípios do Pacto Global; • Reduzir o uso de agrotóxicos no plantio de alimentos; • Reduzir o consumo de copinhos plásticos na empresa.	1- Monitorar o consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei no 11419/2006 e Resolução CNJ no 185/2013) e da implantação dos processos administrativos eletrônicos. 2- Maior eficiência na gestão das impressões 3- Maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas 4- Racionalizar o uso da água. 5- Monitorar os gastos para possibilitar eventuais ajustes em contratos de limpeza. 6- Monitorar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada). 7- Monitorar os serviços de telefonia tendo em vista a racionalização do gasto mediante critérios de sustentabilidade. 8- monitorar as despesas com contratos de serviços gráficos. 9- monitorar quantitativo de contratos com critérios de sustentabilidade visando a ampliação.

	10- Adoção de Impressoras Frente e verso/recomendação de impressão apenas do necessário e no modo ecológico 11- Reaproveitamento de papéis e doação para ONGs. 12- Coleta seletiva itinerante de materiais diversos 13- Implantação de pontos de coleta de pilhas 14- Implantação de Coleta Seletiva no Fórum do Recife 15- Promoção da Feira dos 3Rs com vendas de produtos de aterreciclagem 16- Sensibilização por arte-educadores sobre as ações do projeto de coleta seletiva 17- Exibição de vídeo sobre perspectiva das pessoas que trabalham com reciclagem 18- Sensibilização por arte-educadores sobre descarte correto de papel no Fórum de Recife 19- Reciclagem de calendários antigos 20- Arrecadação de banners para doação 21- Programa Feiras Orgânicas no 22- Programa Saúde Legal (Campanha aproveitamento integral de alimentos) 23- Oficina de Horta Urbana 24- Implantação de Horta Urbana no Memorial de Justiça do TJPE
ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Reduzir o consumo de produtos poluentes; • Manter o carro regulado; • Usar combustíveis renováveis; • Plantar árvores nas áreas rurais e urbanas; • Dar suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental; • Ofertar a coleta seletiva dos resíduos.	1- Gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos. 2- Monitorar o consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais 3- Plantio de mudas de espécies nativas (Pau-Brasil) 4- Distribuição de mudas 5- Celebração do Dia do combate a poluição 6- Implantação de Coleta Seletiva no Fórum do Recife
ODS 14: Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável Correlação identificada com os seguintes exemplos de	1- Recolhimento e descarte adequado de óleo usado

boas práticas do Quadro 2: Reaproveitar ou destinar corretamente o óleo de cozinha	
ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Reduzir a pegada ecológica individual; • Comprar produtos orgânicos; • Plantar uma, duas, três, quatro árvores; • Realizar campanhas sobre a importância da Biodiversidade; • Realizar atividades voluntárias; • Comprar papel reciclado; • Fomentar a compra de matérias primas certificadas; • Reduzir o uso de agrotóxicos nas lavouras; • Reduzir a geração de resíduos.	1- Monitorar a geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plástico ou outros materiais. 2- Monitorar a geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. 3- Monitorar a geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes. 4- Estação de coleta seletiva, na qual podem ser descartados papéis, papelões, livros para descarte, livros para reaproveitamento, pilhas e baterias, eletroeletrônicos, óleo de cozinha, material de escrita, esponjas de cozinha, maquiagem, esmaltes, perfumaria, plástico, vidro e metal (durante as Semanas de Meio Ambiente). 5- Ação “Dicas para um carnaval sustentável” 6- Plantio de mudas de espécies nativas (Pau-Brasil) 7- Roda de conversa sobre Contratações sustentáveis – fomentar compras de materiais certificados 8- Comemoração do Dia Mundial dos Animais 9- Compras sustentáveis
ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Participar de espaços como o Conselho Tutelar e Conselho de Direitos de sua comunidade; • Realizar campanhas da cultura da paz; • Realizar atividades de prevenção à violência contra crianças e adolescentes; • Realizar campanhas de sensibilização e combate à violência doméstica, abuso sexual e tráfico Humano; • Divulgar a Lei Maria da Penha; • Promover palestra sobre a questão da violência no trânsito, doméstica e outras; • Capacitar as mulheres em situação de vulnerabilidade social.	1- Comemoração Dia Internacional da Discriminação Racial 2- Campanha Espalhe o Bem em 30 segundos – envio de vídeo com ações sobre o meio ambiente 3- Curso sobre acessibilidade aos museus: quebrando barreiras e criando estratégias de inclusão – acesso a espaço cultural e artístico 4- Comemoração do Dia Nacional do Voluntário 5- Campanhas contra violência doméstica, assédios e discriminação 6- Programa PartiuFuturo – cumprimento de medidas socioeducativas para jovens 7- Semana Justiça pela Paz em Casa
ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	1- Ações da coleta seletiva solidária (benefícios as instituições parceiras). 2- Promoção de Semanas de Meio Ambiente (ações integradas promovidas

Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Participar de associações, conselhos e organizações sociais; • Realizar parcerias com as partes interessadas; • Adotar os Princípios da Gestão Empresarial Responsável – PRME; • Adotar os Princípios do Pacto Global; • Participar do Movimento Nós Podemos em prol dos ODS; • Realizar programas de Responsabilidade Social Corporativa; • Buscar realizar parcerias com vários atores sociais; • Buscar recursos para capacitação, tecnologia e outros investimentos para o desenvolvimento local sustentável; • Aumentar a colaboração ODS.	pelo Ecos Pernambuco, do qual fazem parte o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), os tribunais que atuam em Pernambuco (TRT6, TRE, TCE, TJPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). 3- I Fórum Justiça Sustentável: agir para transformar 4- Ação Excursão Ambiental ao Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) 5- Coleta seletiva itinerante de materiais diversos – em parceria 6- Implantação de Coleta Seletiva no Fórum do Recife – realizar programas de responsabilidade social corporativa 7- Revisão do Plano de Logística Sustentável – Ações de responsabilidade social 8- Promoção da Feira dos 3Rs com vendas de produtos de aterreciclagem – parceria com Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) 9- Reciclagem de calendários antigos – doação ao Movimento Pró-criança 10- Natal solidário – doações de donativos para o município de Venturosa/PE 11- Capacitação sobre Construções Sustentáveis – parceria Ecos de Pernambuco 12- Arrecadação de banners para doação – parceria Movimento Pró-criança 13- Protocolo para ações de responsabilidade socioambiental entre o TJPE, Tribunais e UFRPE 14- Projeto Recomeçar: Reinserção e orientação voltada as mulheres encarceradas e seus familiares
---	--

Fonte: Autora, 2022 Observação: Finalização do Quadro 3

Para proceder a determinação do nível de implementação dos elementos, a auditora levou em consideração além das diretrizes de descrição do nível (estabelecidas na Tabela 1 da seção de metodologia), se o elemento se encontrava abordado no PLS do TJPE, o alcance da ação para o fator considerado, e se era uma ação de caráter continuado.

Diante das evidências de auditoria identificadas no Quadro 3, observa-se que há adoção de ações contemplando os 17 ODS propostos pela Agenda 2030. Cabe ressaltar que essa correlação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nem sempre foi percebida pela Instituição, a maior parte fruto da análise da auditora.

Muitas ações possuem desdobramentos indiretos sobre outros ODS, fato esse também não enfatizado pela Organização em nenhum dos documentos considerados como critérios de auditoria.

Comparando as ações realizadas no contexto dos 6 Fatores, no período de tempo considerado na análise, pontua-se:

- Na perspectiva do fator Dimensão Geral, que engloba elementos relacionados a estruturação organizacional e de governança em relação a sustentabilidade, o nível de implementação em 4 elementos foi categorizado como inexistente, sendo eles: realização de auditorias periódicas específicas para o desempenho sobre os ODS da Agenda 2030, ausência de relatórios de sustentabilidade, ausência de pesquisa periódica sobre opinião de seus usuários para melhorar sua postura em relação aos ODS e falta de incentivos motivacionais internos como premiação por performance em relação aos ODS;
- Os Fatores Pessoas e Planeta, em número de elementos, considerando os ODS que contemplam, obtiveram o escore de 36 e 39 ações respectivamente;
- Observa-se um maior número de ações/elementos, quando da análise individual, relacionados aos ODS 12 (20 elementos), ODS 17 (14) e ODS 3 (11);
- Os ODS 14 e 6, respectivamente, apresentaram os menores números de elementos carecendo de uma melhoria quanto a ações a serem implementadas;
- Ressalta-se que há um número de elementos que se encontram consolidados por fazerem parte ou estarem estruturados dentro de um programa/projeto institucional e outros que precisam de melhor formatação para atingirem metas específicas que devem ser consideradas/visualizadas pela Organização, já que se parte da premissa que todos os 17 ODS necessitam de internalização.

5.2 APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SUSTENTABILIDADE **IS-Agenda2030** NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Após identificação e análise dos elementos relacionados a internalização dos 17 ODS da Agenda 2030, foram classificados de acordo com a escala de avaliação proposta pelo **IS-Agenda2030**. Abaixo encontra-se o detalhamento do cálculo da Avaliação de Sustentabilidade realizada para o Tribunal de Justiça de Pernambuco conforme as análises da auditora interna.

Quanto às análises qualitativas dos elementos avaliados pela auditora, seguem observações relacionadas ao:

Fator Dimensão Geral

O fator Dimensão Geral demonstra que a Instituição entendeu a relevância de considerar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no seu planejamento estratégico e a premência da disseminação da sustentabilidade como modelo de gestão, visto que dos 25 elementos considerados na análise apenas 4 foram classificados como inexistentes.

Destaca-se a formalização da estruturação para promover a gestão da sustentabilidade institucional. O Ato TJPE nº 781, de 16/09/2021 – DJE nº 172/2021 atualizou a composição da Comissão Gestora de Sustentabilidade composta pelos seguintes cargos: Coordenadora de Planejamento e Gestão Estratégica, Secretário de Administração, Secretário de Gestão de Pessoas, Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação, Chefe do Núcleo de Sustentabilidade, Secretária Executiva Escola Judicial, Assessor de Comunicação Social, Consultora Jurídica e Assistente Policial Militar e Civil.

Outro ponto é o fato da política de sustentabilidade do poder judiciário, efetivada pela Res. CNJ nº 400/2021, enaltecer o PLS como instrumento efetivo que auxilia a tomada de decisões sob o aspecto social, ambiental, econômico e cultural.

No Quadro 4 estão dispostos os critérios e requisitos que determinaram o cálculo do **IS-Agenda2030** e consequente definição do nível de desempenho institucional quanto a internalização dos ODS da Agenda 2030.

Quadro 4: Resultados da avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para o Tribunal de Justiça de Pernambuco no período de 2013 a 2022 (continua)

Fator	Elementos	Nível de Implementação	Ni
Dimensão Geral	A instituição possui instâncias de articulação/coordenação formalizadas para a gestão da sustentabilidade institucional	Avançado	1
	Existe formalização de políticas e regulamentos em relação aos ODS na instituição	Avançado	1
	A instituição possui investimentos significativos em programas educativos e treinamentos para avançar nos ODS	Avançado	1
	A instituição possui área responsável pela implementação dos ODS	Avançado	1
	Há orçamento específico para estratégias e projetos relacionados aos ODS na Instituição	Substancial	0,8
	Possui mecanismo institucional de canal de comunicação com a comunidade	Substancial	0,8
	A instituição utiliza a Agenda 2030 e os ODS como referência para identificar e integrar aspectos relevantes de sustentabilidade em seu planejamento	Substancial	0,8
	A instituição realiza ações conjuntas com outros parceiros relacionadas aos ODS	Avançado	1
	A instituição monitora seus indicadores de desenvolvimento sustentável	Substancial	0,8
	A instituição realiza auditorias periódicas que levem em consideração ações relacionadas aos ODS	Inexistente	0
	A instituição adota eventos formais como a elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade	Inexistente	0
	A instituição pesquisa a opinião dos seus usuários para melhorar sua postura ou desempenho em relação aos ODS	Inexistente	0
	A organização adota inovações tecnológicas para o uso sustentável de recursos naturais e mitigação de impactos ambientais	Substancial	0,8
	Adota premiação por performance nos ODS	Inexistente	0
	A organização faz exigências aos seus fornecedores quanto a aspectos ambientais ligados aos ODS	Substancial	0,8
	A organização internamente divulga as suas ações, lições aprendidas e resultados das estratégias nos ODS	Intermediário	0,6
	A instituição comunica seus resultados positivos e negativos relacionados aos ODS	Intermediário	0,6
	Compromissos considerados relevantes e prioritários provenientes da análise da Agenda 2030 estão entre os itens formalmente considerados no processo de planejamento estratégico da instituição e refletidos em objetivos com respectivos indicadores e metas	Substancial	0,8
	A instituição cumpre a legislação e requisitos legais ambientais	Substancial	0,8
	A instituição aplica tecnologias que tratam os resíduos e efluentes resultantes de suas atividades	Intermediário	0,6
	Existe priorização de ODS com base nos impactos mais relevantes para a instituição tanto positivos quanto negativos	Intermediário	0,6
	Mantém um processo de avaliação de progresso de seus impactos sobre os ODS	Intermediário	0,6
	Apresenta instrumentos de boas práticas ambientais como A3P, PLS, ISO 14001 ou certificações relacionadas aos ODS	Avançado	1
	Há uma estrutura de governança clara dentro da instituição para articulação dos ODS	Avançado	1
	Disseminação das ações executadas internamente na instituição sobre os ODS- nível de acesso dos colaboradores	Substancial	0,8
		$\sum ni$	17,20
		$Ii = \sum ni / 25$	0,69

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Pessoas		Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☒ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metast específicas) ☒ Alto (Tem ações/metast específicas)	6	2 – Avançado 1, 6 – Substancial 3,4,5- Intermediário	0,73
		Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metast específicas) ☒ Alto (Tem ações/metast específicas)	6	1,2,5 – Avançado 3, 4, 6 – Substancial	0,90
		Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metast específicas) ☒ Alto (Tem ações/metast específicas)	11	1 a 8, 11 – Avançado 9, 10 – Substancial	0,96
		Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metast específicas) ☒ Alto (Tem ações/metast específicas)	6	1 a 5 – Avançado 6 – Substancial	0,97
		Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metast específicas) ☒ Alto (Tem ações/metast específicas)	7	1 ,4,5, 6 –Avançado 2,3 e 7 – Intermediário	0,83
						$\sum Ni$	4,39
						$Ii = \sum ni / 5$	0,88
				Penalidade: ações descontinuadas = 0,1	Ni final do Fator pós penalização		0,78

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Planeta		Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metaspesíficas) ☐ Alto (Tem ações/metaspesíficas)	3	2 e 3 – Avançado 1 – Substancial	0,93
		Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metaspesíficas) ☒ Alto (Tem ações/metaspesíficas)	20	1; 5 a 11, 14; 16 a 19 – Avançado 2,3,4,12,13,15, 20 – Substancial	0,93
		Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metaspesíficas) ☒ Alto (Tem ações/metaspesíficas)	6	1 e 2 – Avançado 5 – Substancial 3 e 4 Intermediário	0,67
		Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☒ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metaspesíficas) ☐ Alto (Tem ações/metaspesíficas)	1	1 – Intermediário	0,60
		Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metaspesíficas) ☒ Alto (Tem ações/metaspesíficas)	9	1 a 3 – Avançado 4,5,6 e 8 – Substancial 7 e 4- Intermediário	1,00
						$\sum ni$	4,13
						$li = \sum ni / 5$	0,83
				Penalidade: ações descontinuadas = 0,1	Ni final do Fator pós penalização		0,73

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Prosperidade		Assegurar o acesso à energia confiável, sustentável, moderna e barata para todos	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metaspesíficas) ☒ Alto (Tem ações/metaspesíficas)	10	3,4,6 a 10 – Avançado 5 – Substancial 1 e 2 -Intermediário	0,90
		Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☒ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metaspesíficas) ☐ Alto (Tem ações/metaspesíficas)	5	1 – Avançado 2 e 3 – Substancial 4 e 5 -Intermediário	0,76

		trabalho decente para todos					
		Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☒ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	5	1,4 e 5 – Avançado 2 e 3 – Substancial	0,92
		Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☒ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	4	1 – Avançado 2, 3 e 4 – Substancial	0,70
		Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☒ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad específicas)	4	1 a 4 – Avançado	1
						$\sum ni$	4,28
						$Ii = \sum ni / 5$	0,86
				Penalidade: ações descontinuadas = 0,1	Ni final do Fator pós penalização		0,76

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Paz		Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☒ Alto (Tem ações/metad específicas)	7	3 a 7 – Avançado 1,2 e 4 – Intermediário	0,83
						$\sum ni$	0,83
						$Ii = \sum ni / 1$	0,83

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Parcerias		Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☒ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad específicas) ☒ Alto (Tem ações/metad específicas)	14	1 a 4; 6, 13 – Avançado 5,7,8,9,10,12 – Substancial 14 - Intermediário	0,81
					$\sum Ii$	$\sum ni$	0,81
						$Ii = \sum ni / 1$	0,81
				IS- Agenda2030_{IST} = $\sum Ii / 6$	0,77	4,60	

Fonte : Autora (2022)

Observação: Finalização do Quadro 4

Tabela 3 – Síntese dos resultados do IS-Agenda2030 para o Tribunal de Justiça de Pernambuco

Fator	ODS	Quantidade Elementos	ni
Dimensão Geral	-	25	$\sum ni = 17,20$ Ii= 0,69
Pessoas	ODS 1	6	0,73
	ODS 2	6	0,90
	ODS 3	11	0,96
	ODS 4	6	0,97
	ODS 5	7	0,83
			$\sum ni = 4,2039$ Ii= 0,88
Penalidade: descontinuadas = 0,1	ações	Ni final do Fator pós penalização	Ii= 0,78
Planeta	ODS 6	3	0,93
	ODS 12	20	0,93
	ODS 13	6	0,67
	ODS 14	1	0,60
	ODS 15	9	1,00
			$\sum ni = 4,13$ Ii= 0,83
Penalidade: descontinuadas = 0,1	ações	Ni final do Fator pós penalização	Ii= 0,73
Prosperidade	ODS 7	10	0,90
	ODS 8	5	0,76
	ODS 9	5	0,92
	ODS 10	4	0,70
	ODS 11	4	1,00
			$\sum ni = 4,28$ Ii= 0,86
Penalidade: descontinuadas = 0,1	ações	Ni final do Fator pós penalização	Ii= 0,76
Paz	ODS 16	7	0,83
			$\sum ni = 0,83$ Ii= 0,83
Parcerias	ODS 17	14	0,81
			$\sum ni = 0,83$ Ii= 0,81
$\sum Ii$			4,60
IS- Agenda2030_{IST} = $\sum Ii / 6$			0,77 SATISFATÓRIO

Pela avaliação dos elementos na Dimensão Geral alguns pontos de melhoria devem ser observados, sendo eles: aperfeiçoar as estratégias de engajamento dos colaboradores de todas as áreas em torno da Agenda 2030, efetivar ações direcionadas a todos os 17 ODS com metas/objetivos específicos, esclarecer sobre orçamento específico para estratégias/projetos relacionados aos ODS, aperfeiçoar os indicadores constantes no PLS para internalizar toda a Agenda 2030, adotar e publicar relatórios de sustentabilidade seguindo metodologias consagradas com GRI ou SGSCompass.

Além disso, falta incorporar legislação ambiental a nível estadual (como por exemplo sobre telhados verdes, reúso de água e captação de água de chuva nas edificações), criar espaço de comunicação específico para o Núcleo de Sustentabilidade nos canais de comunicação institucionais e realizar/divulgar pesquisa de opinião com os colaboradores para melhorar o desempenho em relação aos ODS.

A implementação de uma premiação por performance na adoção dos ODS pelos setores de trabalho seria uma maneira de engajar os colaboradores nas ações e atividades propostas para mobilização em prol dos objetivos/metas delineadas para cada ODS.

O IS-Agenda2030 calculado para o TJPE apresentou o valor de 0,77 que significa um nível de desempenho classificado como satisfatório de acordo com a escala proposta.

Importante salientar que na avaliação considerou-se ações executadas durante um período de 7 anos, com o intuito de perceber o cenário institucional antes, durante e após o estabelecimento do pacto global em prol da Agenda 2030.

Esse fato pode ter influenciado na elevação do nível de desempenho da Instituição calculado pelo IS-Agenda2030, o que suscitou uma retroanálise e incorporação na metodologia de penalidades no computo do índice de implementação final por fatores, conforme citado na seção resultados.

Recomenda-se que o período considerado em monitoramento desta natureza, que objetivam também redirecionar planejamentos e balizar a atuação gestora, seja realizado pela Organização, no mínimo, uma vez ao ano.

Sobre esse cenário, Soberón; Chaparro; Urquijo; Pereira (2020) comentam que a sustentabilidade na gestão pública ainda é pouco evidente, tornando um desafio para o setor público fomentar os ODS nos órgãos públicos.

Ainda nesta perspectiva, vários autores corroboram que apesar dos avanços em implementar e institucionalizar a Agenda 2030 nas esferas de governo, ainda há poucas publicações que apresentam estratégias reais de aplicação dos ODS nos órgãos públicos (SOBERÓN; CHAPARRO; URQUIJO; PEREIRA, 2020; SANTOS, 2021; SANTOS;

BORGES; SILVA, 2021).

Silva (2019) enfatiza ser o setor público o ator-chave para implementação bem-sucedida da Agenda 2030, diante de todos os instrumentos de planejamento e controle de que dispõe, que são elementos cruciais no mapeamento dos ODS. Portanto, cada governo toma a decisão de incorporar as metas em seu planejamento, no caso em tela refletidas nas resoluções do CNJ que tratam do tema, e apresentam desdobramentos nos órgãos associados, como os Tribunais de Justiça.

Para o CNJ (2021) as diretrizes dos ODS alinhados a política de gestão melhoram as atividades das cortes brasileiras pelo aumento da inovação com a modernização de métodos e técnicas para desenvolver o judiciário.

Corroborando com essa afirmativa, Lampert e Oliveira (2021) em artigo sobre a incorporação da Agenda 2030 ao Poder Judiciário Brasileiro, concluíram haver uma nova posição do Judiciário no sentido de internalizar e institucionalizar a Agenda 2030 por meio de criação do Comitê Interinstitucional e do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Reforçaram ser a meta 9 importante iniciativa que ilustra a pretensão do Conselho Nacional de Justiça de dar uma nova roupagem ao Judiciário, de modo a atender aos novos anseios da sociedade mundial, com uma gestão inovadora, pontuando ser uma tarefa árdua, pois envolve grande mudanças de gestão, de valores, de transformação e de mutação de uma instituição tradicionalmente conservadora e engessada, em uma instituição inovadora, transparente e eficaz.

Os mesmos autores, destacaram também que além da mudança de posicionamento, há dificuldade em contabilizar progressos, indicando a necessidade de uma nova abordagem em seus relatórios sobre as metas e indicadores requer uma nova abordagem e envolve um esforço colaborativo, tendo em vista que o monitoramento e demonstração de progresso dos Objetivos de Desenvolvimento exigem investimentos significativos, iniciativas inovadoras e uma abordagem participativa, além de uma visão disruptiva.

Fator Pessoas

Na perspectiva do fator pessoas que contempla os ODS de 1 a 5, observa-se que os ODS 2, 3, 4, e 5 foram considerados priorizados pela Instituição por apresentarem

indicadores ou serem temas do PLS institucional. Apenas o ODS 1 com desdobramentos indiretos, porém com engajamento alto em função das ações/metaspesíficas.

Demonstrando que essa Agenda está sendo internalizada por todo o Judiciário, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) desenvolveu várias ações sobre o ODS 5 (igualdade de gênero), com desdobramentos sobre o ODS 10 (igualdade social), sendo elas: projetos de conscientização sobre a participação feminina na política, encontro virtual em parceria com a Secretaria de Educação Local para estudantes sobre Mundo Virtual, criação de cotas de 50% para mulheres nos cursos de especialização da Escola Judicial Eleitoral e Caravanas de conscientização contra fraudes  reserva de vagas de gênero nas eleições (CNJ, 2021).

Fator Planeta

Na perspectiva do fator Planeta que contempla os ODS 6 e de 12 a 15, sendo considerados priorizados os ODS 13 e 15 tm pela inclusão de indicadores no PLS institucional e o ODS 14 com desdobramentos indiretos e nível de engajamento baixo. Apesar de não ser um objetivo que esteja priorizado pelas atividades finalísticas da Instituição várias ações poderiam ter sido planejadas para colaborar com suas metas, como exemplos de elementos: realizar campanhas educativas para reduzir o consumo de peixes em extinção e pesca predatória; fechar parcerias para realizar ações de proteção em rios no entorno do TJPE e estimular o uso de aplicativos como whatsapp para denunciar pessoas/empresas que jogam lixos nos rios.

E, o ODS 6 com nível de engajamento considerado baixo, pois foram identificadas apenas 3 ações, mesmo com nível de implementação alto, forma realizadas apenas durante eventos. O PLS contempla o tema água, porém com foco no consumo de água envasada em embalagem plástica.

Outro destaque neste fator é para o ODS 12, visto que das 20 ações identificadas, 13 delas apresentam nível de implementação avançado. Tm foi o objetivo mais priorizado pela Instituição dentre os 17 ODS. As metas relacionadas ao consumo sustentável fazem parte de 12 (papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, limpeza, vigilância, veículos, combustível e aquisições/contratações) dos 17 temas abordados no PLS/TJPE.

Pesquisa realizada por Souza (2021) junto aos colaboradores do TJPE, no universo de 60 respondentes, 83% disseram colaborar com as metas de sustentabilidade propostas pelo Tribunal e apresentadas no PLS do órgão do qual é servidor (a). Questionados sobre o que implementariam no trabalho com relação à sustentabilidade, as seguintes sugestões de ações foram listadas: realização de campanhas e eventos informativos para divulgação das ações; adoção do teletrabalho visando redução dos impactos do transporte; melhoria das instalações e equipamentos antigos; coleta seletiva de materiais específicos; uso racional da energia elétrica e água; redução do uso de copos descartáveis; ampliação da coleta seletiva; construções sustentáveis; uso consciente de papel e reciclagem para mais tipos de materiais.

Revela ainda que mais de 70% dos servidores respondentes não tem conhecimento algum sobre a Agenda 2030 e seus objetivos, tampouco sobre a proposição do selo CNJ-Agenda 2030 e sentissem desinformados em relação às ações dessa temática praticadas pelo Tribunal ao qual é vinculada.

Fator Prosperidade

Na perspectiva do fator Prosperidade que contempla os ODS de 7 a 11, a análise categorizou como priorizado e com alto engajamento o ODS 7 por contemplar várias ações com metas específicas e de caráter mais permanente, como pela inclusão de indicadores no PLS institucional. Já os ODS de 8 a 11 apresentaram desdobramentos indiretos e nível de engajamento baixo por não terem metas específicas. Cabe ressaltar que em relação ao ODS 8, as ações relacionadas a capacitação profissional de Jovens (Programa Jovem Aprendiz e a parceria com o IJCPM para qualificação e inserção no mercado do trabalho) possuem metas específicas para o ODS porém estão em estágio de implementação intermediário, o que não permite ainda considerá-lo como priorizado.

Trabalho desenvolvido por Silva (2020) sobre o teletrabalho no TJPE e o seu impacto na temática ambiental concluiu que, do universo de 182 entrevistados, quando questionados sobre a afirmação “A modalidade do teletrabalho resulta em algum benefício ao meio ambiente?” A grande maioria dos servidores, cerca de 109 (59,89%) apresentou concordância total com a mesma, seguidos de uma concordância parcial, 41 (22,53%). Em relação aos que nem concordam nem discordam da afirmação, cerca de 24 servidores (13,19%) não tinham posição definida sobre o tema. Quanto a discordância

frente a afirmação, apenas 5 servidores (2,75%) discordaram totalmente da mesma, ou seja, não identificaram benefícios que o teletrabalho poderia apresentar ao meio ambiente, seguido de 3 servidores (1,65%) que discordaram parcialmente da afirmativa.

Dos 59,89% que reconheceram benefícios ao meio ambiente, 38,30% sinalizaram a diminuição dos poluentes (veículos) como o principal deles, diminuição de bens de consumo (31,91%), a diminuição do consumo de energia (15,60%). Faz ainda alusão a um equilíbrio nas respostas voltadas às seguintes temáticas: economia de combustível (4,96%), seguido de diminuição do consumo de recursos naturais e a vantagem de se trabalhar em casa (4,26%, atrelado ao tema qualidade de vida). Fazendo relação o ODS 3 87,91% concordaram quanto ao fato do teletrabalho ter sido uma importante ferramenta no enfrentamento a pandemia do Covid-19. Em relação a sustentabilidade, 3 servidores (2,21%) ressaltaram a importância do teletrabalho na temática voltada a sustentabilidade.

Referente ao ODS 8, em 2021 o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), apresentou em seu plano de ação, sobre o assunto mais demandado “ Inserção em cadastro de inadimplentes”, com intuito de incentivar a desjudicialização uma meta de redução de 20% no ajuizamento de ações do tema “Inclusão indevida em cadastro de inadimplentes” nos Juizados Especiais, em relação ao ano anterior, por meio de conciliação (CNJ, 2021).

De acordo com o relatório Justiça em Números 2021, outros assuntos bastantes demandados a Justiça em 2020 foram associados aos ODS 11(tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis) com 4,8 milhões de processos, ao ODS 8 (promover o crescimento econômico sustentado,inclusivo, emprego pleno e trabalho decente para todos), com 3,1 milhões de novos casos e ao ODS 10 (reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles), com 900 mil ações (CNJ,2021).

Fator Paz

Na perspectiva do fator Paz que contempla o ODS 16, foi considerado priorizado e com alto nível de engajamento.

De acordo com o primeiro Relatório do Comitê Interinstitucional Agenda 2030 no poder Judiciário (2019), o tema do ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes – tem especial relação no âmbito do Poder Judiciário, por isso o exercício de construir indicadores específicos para o Poder Judiciário, relacionados à Agenda 2030 foi iniciado

por ele, visto ser o objetivo que se relaciona diretamente à atividade do Poder Judiciário envolvendo o maior número de informações relativas à sua atuação.

Complementando o CNJ (2020) reforça que a ação do Judiciário contribui para pacificação social por meio da resolução de conflitos, produz inclusão quando garante acesso à justiça e aos direitos e fortalece as instituições quando resolve conflitos entre os poderes e presta contas à sociedade de suas ações. Em grande parte, a atuação do Judiciário corresponde à meta 16.3 de promoção do Estado de Direito e de garantia do acesso à Justiça a todos. Alto número e morosidade de processos em determinados assuntos pode indicar áreas em que o acesso à Justiça está prejudicado ou temas em que se pode atuar para prevenir litígios judiciais garantindo direitos.

Um cenário sobre os efeitos da violência direta frente o alcance do ODS 16 no Brasil, apresentado por Oliveira (2021) revela que não há como apontar progresso suficiente, em função dos dados desagregados apontarem para uma alta incidência de homicídios contra jovens, negros e mulheres e quando o aumento da população carcerária não acompanha o percentual de presos sem sentença condenatória.

Observa que existem aspectos importantes no contexto Brasil que ainda não são avaliados pelos indicadores do ODS 16, como as políticas de acesso as armas, as violações dos direitos humanos, a violência contra povos indígenas, a violência no campo, bem como as milícias (uma especificidade do crime no Brasil) que também comprometem a construção de uma sociedade pacífica.

O V relatório Luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil (2021) abordou esses temas explicitando que o governo federal tem se esforçado para flexibilizar a legislação sobre posse e porte de armas, aumentado o sigilo sobre resoluções públicas, desregulamentado a proteção ambiental e criminalizado organizações e defensores e defensoras de direitos humanos pela via de emissão de decretos (medidas de exceção), desrespeitando os trâmites democráticos de debate com a sociedade.

Fator Parcerias

Na perspectiva do fator Parcerias que contempla o ODS 17, também foi considerado priorizado e com alto nível de engajamento. Dos 14 elementos identificados 7 foram classificados com nível de implementação avançado, 6 como substancial e 1 como intermediário. Algumas evidências coletadas para a execução da presente auditoria encontram-se retratadas na Figura 7.

Figura 7- Evidências coletadas das ações desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco relacionadas aos ODS da Agenda 2030



a) Evidência da Campanha que promove ações para conscientizar os servidores, magistrados e jurisdicionados do TJPE a adotarem critérios de sustentabilidade e economicidade, tanto no ambiente de trabalho quanto nos hábitos diários de suas vidas.



(b) Evidência do Programa Feiras Orgânicas no TJPE - projeto tem um caráter socioambiental pois possibilita que os usuários internos e externos do Judiciário adquiriram produtos que respeitem o meio ambiente e garantir o acesso a alimentos saudáveis, proporcionando uma melhoria na saúde e qualidade de vida.



(c) Evidência da realização das Semanas de Meio ambiente que têm o intuito de celebrar, o Dia Mundial do Meio Ambiente e oferecer aos magistrados e servidores a oportunidade de refletir e vivenciar experiências relativas às questões socioambientais. Sua 12ª edição ocorreu de 01 a 05 de junho de 2020 de forma virtual em virtude da decretação de estado pandêmico em virtude da Covid 19.



(d) Evidência da Campanha em comemoração ao "Dia Mundial da Água" promovida pelo Núcleo de sustentabilidade convidando para fazer uma reflexão sobre nossas atitudes e responsabilidade pela preservação e pelo uso consciente deste bem natural (Conheça 15 dicas práticas para economizar água).



(e) Evidência da realização da Semana de Meio ambiente em sua 13ª edição ocorrida em junho de 2021 em parceria com o Comitê Interinstitucional Ecos de Pernambuco



(f) Evidência da divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em parceria com o IBGE demonstrando o compromisso com a Agenda 2030 no

com o tema “Use seu poder para fazer a diferença”, com objetivo de promover uma reflexão sobre o papel de cada cidadão no cuidado com o meio ambiente.



(g) Evidência da comemoração ao dia 21 de Março – “Dia Internacional da Discriminação Racial” promovida pelo Núcleo de sustentabilidade no ano de 2022 convidando a aprofundar mais o conhecimento sobre o assunto, acessando os artigos disponibilizados no site que tratavam o tema.



(i) Evidência de ações voltadas para a sustentabilidade e economicidade relacionadas ao combate no uso de descartáveis no Fórum Desembargador Henrique Capitulino, onde todos os colaboradores trazem sua caneca e garrafa para beber água e café.



I FÓRUM JUSTIÇA SUSTENTÁVEL
AGIR PARA TRANSFORMAR

(l) Evidência de evento, aberto ao público e gratuito, com objetivo de discutir as práticas sustentáveis no cotidiano, apresentando alternativas por meio de mudanças individuais e coletivas, no contexto das organizações e da sociedade reunindo especialistas na área de sustentabilidade no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, Ilha Joana Bezerra, no Recife.

site do TJPE.



(h) Evidência da Campanha em comemoração ao "Dia Mundial da Água" promovida pelo Núcleo de sustentabilidade no ano de 2022.



(j) Evidência de ações voltadas para a sustentabilidade no Fórum Desembargador Henrique Capitulino, onde houve o plantio de 30 mudas de pau-brasil no entorno do fórum, sendo as plantas adotadas por um servidor ou magistrado.



(m) Evidência de excursão ambiental para colaboradores do TJPE ao Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), localizado na cidade de Glória do Goitá, município de Pombos, Pernambuco. A atividade fez parte da programação da 10ª Semana do Meio Ambiente do TJPE.



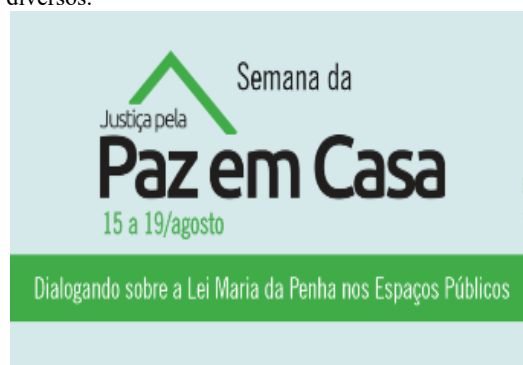
(n) Evidência de campanha para reforçar o combate ao mosquito *Aedes aegypti* em parceria com o Sindicato dos Oficiais de Justiça de Pernambuco (Sindojus-PE) com o objetivo de ajudar na prevenção de casos de dengue, zika vírus e chikungunya.



(o) Evidência de coleta seletiva itinerante de materiais diversos (papel, papelão, livros, eletroeletrônicos, pilhas, óleo de cozinha, material de escrita, esponjas de cozinha, maquiagem, esmaltes, perfumaria, plástico vidro, metal e medicamentos vencidos) realizada pelo TJPE e parceiros com o objetivo de conscientizar as pessoas a respeito do correto descarte de materiais diversos.



(p) Evidência de solenidade de inauguração de bicicletário do Fórum de Paulista com a entrega de um capacete pelo gestor do Núcleo de Sustentabilidade, Ayrton Rocha. O evento fez parte das comemorações da 7ª Semana do Meio Ambiente do TJPE.



(q) Evidência do projeto Semana da Justiça pela Paz em Casa que apresenta três edições por ano: a primeira ocorre em março, próximo ao Dia Internacional da Mulher (8 de março); a segunda edição no mês de agosto, devido à data de sanção da Lei Maria da Penha (7 de agosto); e a última, em novembro, na semana em que se comemora o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro).



(r) Evidência de ação para promover o desenvolvimento social e profissional de adolescentes com o programa Jovem Aprendiz. Ação do Judiciário no município de Paulista e da Vara da Infância e Juventude e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), inserindo os adolescentes em atividades do Judiciário.



(s) Evidência de implantação de horta orgânica no Memorial da Justiça do TJPE pelos colaboradores, Vilma Alves de Souza e Luiz Filipe Cordeiro. Os dois participaram de um grupo de trabalho para contribuir com ações no Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça de Pernambuco (PLS/TJPE). A ação visa ampliar a consciência ambiental dos visitantes.

6 CONCLUSÃO

A metodologia desenvolvida para aferir o nível de desempenho quanto a internalização da Agenda2030 nos órgãos públicos se mostrou eficiente para se conhecer o status da Instituição frente as ações relacionadas a cada um dos 17 ODS da Agenda 2030 servindo de base para tomada de decisões.

O IS- Agenda2030 utilizado permitiu mensurar o nível de priorização e o nível de engajamento institucional em cada ODS analisado. Também determinou o nível de desempenho geral considerando a análise dos 6 fatores e seus diversos aspectos e permitiu observar cada um dos fatores avaliados individualmente a fim de sinalizar onde concentrar os esforços de melhoria.

Destaca-se que o processo de auditoria aplicado no presente estudo deve ser realizado anualmente para monitorar o progresso e a manutenção das ações relacionadas as metas e objetivos dos ODS.

Os resultados do cálculo do IS-Agenda2030 para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, considerando um período de 10 anos de dados, enquadrou-se na categoria satisfatório para o desempenho da sustentabilidade baseada na Agenda 2030.

Recomenda-se a Instituição adotar a prática de elaboração anual de relatórios de sustentabilidade segundo o padrão GRI (Global report initiative) a fim de registrar e prestar contas a sociedade de todas as ações realizadas em prol do Pacto Global e do Desenvolvimento sustentável.

Também, se sugere a criação de um canal, dentro do site institucional, para alocar de forma permanente as informações e ações realizadas pelo Núcleo de Sustentabilidade no intuito de facilitar a comunicação com o público interno e externo, com o intuito de facilitar o acesso a informação e divulgar as atividades de responsabilidade socioambiental do TJPE.

Além disso, envidar esforços no sentido de alçar, dentro do organograma funcional, o Núcleo de Sustentabilidade para o status de Secretaria, demonstrando e fortalecendo o tripé ambiental da sustentabilidade como realmente estratégico para a Instituição.

A validação da metodologia demonstrou o potencial da ferramenta para auxiliar no progresso da Agenda 2030 do ponto de vista dos ambientes internos das organizações e o Dossiê temático consolidou em um único documento os esforços do Judiciário brasileiro e Pernambucano no compromisso com esta Agenda.

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, M. A. D.G. **Meio Ambiente: degradação ambiental urbana**. 2017. Disponível em: <http://lrtionel.blogspot.com.br/2017/06/meio-ambiente-degradacao-ambiental.html>>. Acesso em: 30 de Ago. de 2020.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 191p.
- AMADEI, J. R. P.; FERRAZ, V. C. T. **Guia para elaboração de referências**: ABNT NBR 6023:2018. Bauru, 2019. 54 p.
- BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão**. Brasília: IPEA, 2012.
- BENTO GOMES, Ademar. **Diretrizes para uma gestão inovadora**. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia. 2000. Disponível em <<http://www.tce.ba.gov.br>>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- BENTO, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão**. Brasília: IPEA, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 26 out. de 2020.
- BRASIL. CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de educação. Brasília: **Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC**, 2005. 160 p.
- BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. cap. 2, p. 29-40.
- CAVALCANTI, Fernanda Maria D'Emery, LYRA, Marília Regina Costa Castro, SILVA, José Antônio Aleixo da. Índice de Desempenho da Gestão Ambiental (IDGA) aplicado ao setor têxtil: um estudo em duas lavanderias industriais do Agreste pernambucano. GAIA SCIENTIA (2019). VOLUME 13(1): 22-37
- CAVALCANTI, Fernanda Maria D'Emery. Roteiro metodológico de tomada de decisões para o incremento do desempenho ambiental de lavanderias têxteis. Instituto Federal de Pernambuco. 2015. 84 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental. Instituto Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 2015.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996. 291p.

CHEVALIER, S., et al. User guide to 40 community health indicators. Ottawa: Community Health Division, Health and Welfare Canada, 1992.

COELHO, C. A. et.al. Gestão Ambiental nas Instituições Públicas: Abordagem de Práticas de Gestão Ambiental na Secretaria de Educação do Município de Dormentes – PE. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 05, V. 04, p. 46-63, Maio . 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2021**. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: https://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/plano_comunicacao_29.04.15.pdf . Acesso em: 20 set. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Plano de logística sustentável 2021 / 2026**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/PLS-2021-2026-SCS-v.-final-1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021. DJE/CNJ nº 170/2019, de 20/08/2019, p. 14

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Revista Encontro Ibero-americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/b244303e0db6062f1b0d6a05c20fd1b8.pdf>. Acesso em: 12/08/2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **2º Relatório Comitê Interinstitucional**. Brasília: CNJ, 2020. 84 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Segundo-Relatorio-Comite-Interinstitucional-14022020.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Judiciário desenvolve soluções para problemas relacionados à Agenda 2030**. Brasília: Agência CNJ de Notícias, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/judiciario-desenvolve-solucoes-para-problemas-relacionados-a-agenda-2030/>. Acesso em: 16 jul. 2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Acompanhando a Agenda 2030 no Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2021. 642 p. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Cadernos-ODS16_-2.0_18_06_21.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: **Manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. 160 p.

COSTA, Melissa Andrade. Como avaliar o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 3, n. 1, p. 100-123, junho. 2021.

COSTANZA, R. **Ecological economics: the science and management of sustainability**. New York: Columbia Press, 1991. 525 p.

CUNHA, Belinda Pereira da, AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental** [recurso eletrônico] : estudos jurídicos e sociais/ org.- Dados Eletrônicos Caxias do Sul,

RS : EducS, 2014. Disponível em:

https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Sustentabilidade_ambiental_ebook.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

Decreto Nº 5.940 de 25 de outubro de 2006. Brasília: Presidência da República do Brasil, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at/Desafios e possibilidades para a agenda global de avaliação](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at/Desafios_e_possibilidades_para_a_agenda_global_de_avaliacao)>.

DOWBOR, Ladislau. **Posfácio a gestão pública e sustentabilidade.** ago. 2011

Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CDkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdowbor.org%2Fblog%2Fwp-content%2Fuploads%2F2013%2F01%2F11Posf%25C3%25A1cio-Sampaio-a-Gest%25C3%25A3o-P%25C3%25BAblica-e-Sustentabilidade.doc&ei=Ne5bUt_8J9ShqwGe5IC4Bw&usg=AFQjCNHJVfuukDhR22ObFyM8I-2gIIpDWg&bvm=bv.53899372,d.eW0. Acesso em: 22 de mar, 2020.

ENAP. **Desafios e Condicionantes para Implementação da Agenda ODS na Administração Pública Federal Brasileira.** 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3411/1/Caderno_ODS_57.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

FURTADO, N. F. A. Agenda 2030 e a redução das desigualdades no Brasil: Análise da Meta 10.2. **Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização**, Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, Distrito Federal, Brasil. 45p. 2018.

GALLOPIN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. **Environmental Modelling & Assessment**, Suíça, v.1, p.101-117, set. 1996.

GESTOS. V relatório luz da sociedade civil agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. 2021. https://gestos.org.br/wp-content/uploads/2022/06/rl_2022-completoweb-30_06_01-1.pdf Acesso em: 16 out. 2021.

GOLDSMITH, E., et al. **Blueprint for survival.** Boston: Penguin, Harmondsworth & Houghton Mifflin, 1972. 265 p.

GRI; UNGC; WBCSD. **Guia dos ODS para as empresas: diretrizes de implementação dos ODS na estratégia de negócios.** 2015. Disponível em: <<http://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

GUIA GPS. **Gestão Pública Sustentável.** Programa Cidades Sustentáveis. São Paulo: 2 versão, 2016. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/gps>. Acesso em: 20 set. 2021.

HAMMOND, A., et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development.** Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995. 58 P.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX - 1914-91**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996. 245 P.

HOLLING, C. S. (Ed.) **Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991** / Eric Hobshawm ; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli- — São Paulo : Companhia das Letras, 1995. Título original: Age of extremes : the short twenlieth century : 1914/1991.: John Wiley & Sons Ltd., 1978.
[http://a3p.mma.gov.br/wp-https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/sustentabilidade-na-administracao-publica->](http://a3p.mma.gov.br/wp-https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/sustentabilidade-na-administracao-publica-) acesso em 30 de ago. de 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil: 2015 / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 352p.

IUCN/UNEP/WWF. **World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development**. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN); United Nations Environment Programme (Unep); World Wildlife Fund (WWF), 1980. 77 p.

IZAR, Alberto Luiz Toffano. **Compras públicas ambientalmente sustentáveis em um contexto de green supply chain management: um survey sobre o papel do treinamento ambiental, empowerment dos funcionários e fatores influenciadores externos**. 2015. Bauru. Disponível em:
 <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132494/000851616.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

LAMPERT, Adriana; SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. Incorporação da Agenda 2030 ao Poder Judiciário Brasileiro: nova meta para 2020. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, Unisinos - doi: 10.4013/rechtd.2021.133.12, v. 13, n. 3, p. 467-484.setembro-dezembro 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/23964>.

MELO, P. T. N. B., SALLES, H. K., & Van BELLEN, H. M. (2012). Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cadernos EBAPE.BR**, 10(3), 701 a 720.

MUNCK, Luciano; SOUZA, Rafael Borim de. Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise. **Gestão e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 254-287, 2010.

OECD. Organization for Economic Cooperation and Development: **core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the State of the environment**. Paris, 1993. 39 p.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2015. Acesso em 26 de Outubro de 2021, disponível em <https://www.onu.org.mx/agenda-2030/objetivos-de-desarrollo-del-milenio>.

ONU. **Pacto Global**. Disponível em: https://www.unglobalcompact.org/what-isgc/participants/search?utf8=%E2%9C%93&search%5Bkeywords%5D=TRIBUNAL&button=&search%5Bcountries%5D%5B%5D=24&search%5Bper_page%5D=10&search%5Bsort_field%5D=&search%5Bsort_direction%5D=asc . Acesso em: 09 out. 2021.

RABELO, L. S.; LIMA, P. V. S.; Indicadores de Sustentabilidade: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. **REDE – Revista Eletrônica do Prodeima**, Fortaleza, v. 1, n.1, p 55-76, dez. 2007. ISSN 1982-5528.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL (UNGC; PNUD; PRME). **Integração dos ODS na estratégia empresarial - Contribuições do Comitê Brasileiro do Pacto Global para a Agenda 2030**. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/integracao-dos-ods-na-estrategia-empresarial-contribicoes-do-comite-brasileiro-do-pacto-global-para-a-agenda-2030>. 2018. Acesso em: 23 agos. 2022.

RIBEIRO, W. C. Geografia política e gestão internacional de recursos naturais. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010

SANTOS, Micaelli Lobo dos. Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma análise da aderência da agenda 2030 no plano de metas do município de Barueri/SP. 2021. 167 f. **Monografia (Especialização)** - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2021.

SANTOS, Micaelli Lobo dos; BORGES, Ceyça Lia Palerosi; SILVA, Letícia da Costa e. Gestão Pública e Agenda 2030: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society And Development**, v. 10, n. 4, p. 1-18, set. 2021.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO PARANÁ (SESI-PR). **Dicas de ações em prol dos ODS**. 2017. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/dicas-de-acoes-em-prol-dos-ods-1-2013-316323.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SILVA, Luciana Cristina da. Estratégia de capacitação junto aos técnicos do coletivo de planejamento da Prefeitura Municipal de Parauapebas – PA, como multiplicadores de conhecimento sobre a Agenda 2030. 2019. 27 f. **Projeto de Intervenção de Curso (Especialização)** - Curso de Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4996/1/LUCIANA%20CRISTINA%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, Maria de Fátima Alves da. A Implantação do Teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco: uma análise dos benefícios ao meio ambiente sustentável no TJPE. 2020. 83 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Inovação e Desenvolvimento), Centro Universitário dos Guararapes, Jaboatão dos Guararapes, 2020.

SOBERÓN, Miguel; SÁNCHEZ-CHAPARRO, Teresa; URQUIJO, Julia; PEREIRA, David. Introducing an Organizational Perspective in SDG Implementation in the Public Sector in Spain: The Case of the Former Ministry of Agriculture, Fisheries, Food and Environment. **Sustainability**, v. 12, n. 23, p. 1-20. 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/23/9959>. Acesso em: 12 set. 2022.

SOUZA, Vilma Alves de. A divulgação da sustentabilidade ambiental no Poder Judiciário Brasileiro: um estudo no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco. 2020. 84 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental. Instituto Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Sustentabilidade na Administração Pública Federal** / Tribunal de Contas da União; Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (Secex Ambiental), 2017. 28 p.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria Coordenada ODS - Relatório Fase Nacional: relatório de auditoria coordenada na preparação do governo federal para a Implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável** - fase nacional. Brasília: TCU, 2018. 99 p.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). **Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco 2016-2018**. Pernambuco: TJPE. 2018. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/documents/90471/1192531/Plano+de+Log%C3%ADstica+Sustent%C3%A1vel+do+Poder+Judici%C3%A1rio+de+Pernambuco+2016-2018.pdf/eccfcb95-bca4-4f17-9f5c-d8dde335061d>. Acesso em: 23 out. 2021.

VAN BELLEN, H. M. As dimensões do desenvolvimento: um estudo exploratório sob as perspectivas das ferramentas de avaliação. **Revista Ciência da Administração**, v. 12, n. 27, 2010.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade - um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-14, mar. 2004.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma Análise Comparativa**, Rio de Janeiro, FGV, p. 53-60, 2006.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. 400 p.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. (2a ed). Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

APÊNDICE A – Roteiro para aplicação de metodologia de Avaliação de Desempenho da Sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 nas Organizações



ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DE METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA SUSTENTABILIDADE BASEADA NOS ODS DA AGENDA 2030 NAS ORGANIZAÇÕES



MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VIEIRA
MARÍLIA REGINA COSTA CASTRO LYRA
JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA

**ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DE METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
DA SUSTENTABILIDADE BASEADA NOS ODS DA AGENDA 2030 NAS ORGANIZAÇÕES**

Roteiro fruto da dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, para qualificação como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Linha de Pesquisa: Gestão para Sustentabilidade

Coautores:

Marília Regina Costa Castro Lyra e José Antônio Aleixo da Silva

Diagramação: Maria da Conceição Alves Vieira

1. Monitoramento. 2. Índices. 3. Instituições



2022

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. DEFINIÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE BASEADO NOS ODS DA AGENDA 2030.....	5
3. LEVANTAMENTO DOS REQUISITOS DO IS-AGENDA 2030.....	21
4. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SUSTENTABILIDADE IS- Agenda2030 ORGANIZAÇÃO.....	30
5. REFERÊNCIAS.....	37



1. Apresentação

O mundo vivencia um período que exige rápidas transformações socioeconômicas, ambientais, tecnológicas e culturais, e de valores para o enfrentamento aos inúmeros desafios rumo a sustentabilidade. Neste sentido a ONU (Organização das Nações Unidas) mobilizou seus estados-membros a se comprometerem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS (Agenda 2030), contendo 17 objetivos globais e 169 metas para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a governança democrática em todo o mundo entre 2016 e 2030.

Para o acompanhamento do alcance destas metas foram elencados um conjunto de indicadores para que governos, sociedade civil e empresas revejam suas ações e prioridades em favor de um novo modelo de desenvolvimento. Neste contexto, todos devem estar sintonizados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Sendo assim, os ODS geram demanda por monitoramento e avaliação que são primordiais nos processos decisórios e de prestação de contas à sociedade.

Diante disto, este roteiro apresenta a metodologia para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 que afere o nível de desempenho da sustentabilidade por meio da aplicação do Índice de Sustentabilidade, baseado na Agenda 2030 (**IS-Agenda2030**) considerando os seus 17 ODS, nas Organizações.

O IS-Agenda 2030 permite também mensurar o nível de priorização e de engajamento institucional em cada ODS analisado. A validação da metodologia demonstrou o potencial da ferramenta para auxiliar no progresso da Agenda 2030 do ponto de vista dos ambientes internos das organizações de um modo geral (sejam elas públicas ou privadas, empresas ou indústrias).

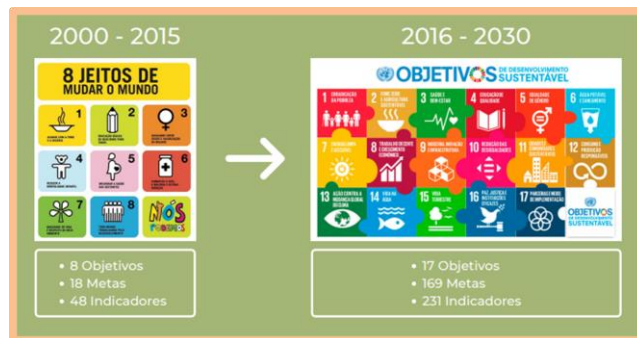


2.DEFINIÇÃO DO INDICE DE SUSTENTABILIDADE BASEADO NOS ODS DA AGENDA 2030

O CONTEXTO DA AGENDA 2030

Pensando no enfrentamento aos grandes desafios que assolam a humanidade rumo ao seu desenvolvimento, durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas realizada na cidade de Nova York no ano de 2000, foram criados os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que a partir do ano de 2015, se desdobraram nos 17 objetivos que compõem a atual agenda de desenvolvimento sustentável conhecida como Agenda 2030.

O documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” apresenta o plano de ação para efetivar essa agenda estruturado em cinco perspectivas fundamentais para o futuro da vida no planeta, sendo elas: Pessoas (erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade), Prosperidade (garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza), Paz (promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas), Parcerias (implementar a Agenda por meio de uma parceria global sólida) e Planeta (proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras).



As 5 perspectivas estão correlacionadas, e a inserção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizada de acordo com sua afinidade com cada perspectiva (ONU, 2017). Além das três dimensões da sustentabilidade: a social, a econômica e a ambiental, a referida Agenda ainda se baseia em uma quarta dimensão, a institucional, que zela por instituições fortes que resguardecem o equilíbrio entre as outras três dimensões.



Fonte: ONU (2017)



Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.



Objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.



Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.



Objetivo 5 – Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.



Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.



Objetivo 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.



Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.



Objetivo 10 – Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.



Objetivo 14 – Vida na Água: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Objetivo 15 – Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.



Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ENAP (2018)

No Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018), os desafios de internalização da Agenda 2030 e dos ODS perpassam pelos seguintes pontos: sensibilização de atores, implantação da governança, adequação às metas globais, definição de indicadores nacionais e seu alcance.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise de desempenho quanto a incorporação dos ODS da Agenda 2030 na Gestão para sustentabilidade das Organizações utiliza o índice de sustentabilidade baseado na Agenda 2030 (**IS–Agenda2030**) que determina o nível de desempenho relacionado a internalização dos 17 ODS possibilitando, desta forma, identificar o atendimento as metas propostas pela ONU e evidenciar a aplicação da Agenda 2030 a nível institucional.

A metodologia desenvolvida para o IS–Agenda2030 foi concebida tomando por base as seguintes referências:

- Índice de Desempenho da Gestão Ambiental (IDGA) aplicado ao setor têxtil: um estudo em duas lavanderias industriais do Agreste pernambucano (CAVALCANTI, 2019).
- Roteiro metodológico de tomada de decisões para o incremento do desempenho ambiental de lavanderias têxteis (CAVALCANTI, 2015).
- Índice de Desenvolvimento da Gestão Ambiental (IDGA): uma proposta de indicador de desempenho ambiental para as empresas de Suape (BARROS, 2011).
- Integração dos ODS na estratégia empresarial. Contribuições da Rede Brasil do Pacto Global para a Agenda 2030. (UNGC; PNUD; PRME, 2018).
- SDG Compass – Guia de integração dos ODS na estratégia empresarial (GRI; UNGC; WBCSD, 2015).
- Relatório de Auditoria Coordenada na preparação do Governo Federal para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Fase Nacional (TCU, 2018).

No que se refere aos elementos que podem evidenciar ações relacionadas a cada um dos 17 ODS, a seleção foi baseada em orientações, diretrizes e guias de como implementá-los, diante da dificuldade em trazer para o cotidiano os ODS e suas metas, elaborados por diversos autores, instituições e organizações, para auxiliar no cumprimento das metas e atingir os objetivos, sendo os principais referenciais:



- Dicas de ações em Prol dos ODS (SESI-PR, 2017).
- Consumo sustentável: Manual de educação. (MMA/ MEC/IDEC, 2005).

O **IS-Agenda2030** (Índice de Sustentabilidade baseado nos ODS da Agenda 2030) foi desenvolvido por meio da adaptação do indicador quantitativo IDGA – Índice de Desenvolvimento da Gestão Ambiental, um indicador que mede e classifica o nível de desenvolvimento da gestão ambiental de uma organização (BARROS et al, 2011; CAVALCANTI, 2015; CAVALCANTI et al, 2019).

No tocante aos ODS, foram inseridos na metodologia a partir da tentativa de equilibrar as dimensões da sustentabilidade, que a Agenda 2030 da ONU (2015) propõe, em cinco perspectivas, de forma integrada e indivisível, sendo elas: Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e as Parcerias.

Para o cálculo do **IS- Agenda2030** adaptou-se os critérios propostos por Barros et.al (2011) e validados por Cavalcanti et. al (2019), permanecendo atrelado à avaliação quantitativa de seis fatores – **Dimensão Geral, Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias** – considerados fundamentais para o avanço em direção ao desenvolvimento sustentável. Cada um dos fatores é subdividido em Índices de Implementação que fundamentam o cálculo do **IS-Agenda2030**.

A média aritmética dos Índices de Implementação – que assumem uma das qualificações listadas na Tabela 1 – de cada fator analisado resulta no **IS-Agenda2030** da Instituição. O cálculo dos Índices de Implementação foi realizado mediante a aplicação da fórmula:

$$I_i = \sum n_i / N \rightarrow (n_{i1} + n_{i2} + n_{i3} + \dots n_{in}) / N_n$$

Onde:

I_i é o Índice de Implementação do fator analisado

n_i é o valor atribuído ao nível de implementação observado em cada elemento dentro do fator analisado

N é a quantidade de elementos analisados dentro do fator



Portanto, o IS-Agenda2030 da instituição como um todo é calculado por meio da média aritmética dos Índices de Implementação dos fatores::

$$\text{IS-Agenda2030}_{\text{INS}} = \sum I_i / 6 \text{ (número total de fatores analisados)}$$

Tabela 1: Valores do ni e qualificação correspondente para os níveis de implementação dos fatores considerados no cálculo do IS- Agenda2030

Valores do ni	Qualificação do nível de implementação	Descrição do nível
1	Avançado	Efetividade consolidada das ações, atividades ou processos permanentes de melhoria contínua e aperfeiçoamento relacionado a Agenda 2030.
0,8	Substancial	As ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030 já cumpriram um primeiro ciclo de implementação e há informações e resultados substanciais
0,6	Intermediário	As ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030 estão em fase de implementação, porém o primeiro ciclo do PDCA * ainda não foi concluído ou necessita aperfeiçoamento para atingir os objetivos
0,4	Básico	Há um planejamento formal e uma estrutura básica para implementação das ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030
0,2	Inicial	Embora ainda não haja planejamento formal, algumas decisões ou medidas administrativas vêm sendo adotadas para efetivar ações, atividades ou processos relacionados a Agenda 2030
0	Inexistente	O elemento inexistente/foi suspenso ou cancelado

Fonte: Adaptado de Barros et al (2011); Cavalcanti et al (2019). * Ciclo PDCA - Planejar, Fazer, Checar e Agir

O índice, varia de zero a um, possuindo uma escala de cinco categorias de qualificação do nível de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 de uma determinada instituição, conforme estabelecido na Tabela 2.

Tabela 2: Níveis de desempenho da sustentabilidade baseados nos ODS da Agenda 2030 para as Organizações

Escala do IS-Agenda2030	Categorias
0 a 0,2	Incipiente
0,21 a 0,4	Baixo
0,41 a 0,6	Mediano
0,61 a 0,8	Satisfatório
0,81 a 1	Excelente

Fonte: Adaptado de Barros et al (2011); Cavalcanti et al (2019).



Nos Quadros 1 e 2 estão dispostos os critérios e requisitos a serem preenchidos para o cálculo do IS-Agenda2030 e consequente definição do nível de desempenho institucional quanto a internalização dos ODS da Agenda 2030.

Quadro 1: Critérios utilizados para avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para as Organizações

Fator	Elementos	Nível de Implementação	Ni
Dimensão Geral	A instituição possui instâncias de articulação/coordenação formalizadas para a gestão da sustentabilidade institucional		
	Existe formalização de políticas e regulamentos em relação aos ODS na instituição		
	A instituição possui investimentos significativos em programas educativos e treinamentos para avançar nos ODS		
	A instituição possui área responsável pela implementação dos ODS		
	Há orçamento específico para estratégias e projetos relacionados aos ODS na Instituição		
	Possui mecanismo institucional de canal de comunicação com a comunidade		
	A instituição utiliza a Agenda 2030 e os ODS como referência para identificar e integrar aspectos relevantes de sustentabilidade em seu planejamento		
	A instituição realiza ações conjuntas com outros parceiros relacionadas aos ODS		
	A instituição monitora seus indicadores de desenvolvimento sustentável		
	A instituição realiza auditorias periódicas que levem em consideração ações relacionadas aos ODS		
	A instituição adota eventos formais como a elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade		
	A instituição pesquisa a opinião dos seus usuários para melhorar sua postura ou desempenho em relação aos ODS		
	A organização adota inovações tecnológicas para o uso sustentável de recursos naturais e mitigação de impactos ambientais		
	Adota premiação por performance nos ODS		
	A organização faz exigências aos seus fornecedores quanto a aspectos ambientais ligados aos ODS		
	A organização internamente divulga as suas ações, lições aprendidas e resultados das estratégias nos ODS		
	A instituição comunica seus resultados positivos e negativos relacionados aos ODS		
	Compromissos considerados relevantes e prioritários provenientes da análise da Agenda 2030 estão entre os itens formalmente considerados no processo de planejamento estratégico da instituição e refletidos em objetivos com respectivos indicadores e metas		
	A instituição cumpre a legislação e requisitos legais ambientais		
	A instituição aplica tecnologias que tratam os resíduos e efluentes no final do processo produtivo		
	Existe priorização de ODS com base nos impactos mais relevantes para a instituição tanto positivos quanto negativos		
	Mantém um processo de avaliação de progresso de seus impactos sobre os ODS		
	Apresenta instrumentos de boas práticas ambientais como A3P, PLS, ISO 14001 ou certificações relacionadas aos ODS		
	Há uma estrutura de governança clara dentro da instituição para articulação dos ODS		
	Disseminação das ações executadas internamente na instituição sobre os ODS- nível de acesso dos colaboradores		
		? ni	
		li = ? ni / 25	



Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Pessoas		Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			Relacionados as metas e objetivos do ODS 1	Σ (Elementos) x ni/n. Elementos	
		Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			Relacionados as metas e objetivos do ODS 2		
		Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			Relacionados as metas e objetivos do ODS 3		
		Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			Relacionados as metas e objetivos do ODS 4		
		Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas			Relacionados as metas e objetivos do ODS 5		
						ΣNi	
						$li = \Sigma ni / 5$	

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Planeta		Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos ☐ Indicadores	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad ☐	Relacionados as metas e objetivos do ODS 6		
		Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad ☐ específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 12		
		Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos indiretos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad ☐	Relacionados as metas e objetivos do ODS 13		
		Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad ☐	Relacionados as metas e objetivos do ODS 14		
		Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad ☐ específicas) ☐ Alto (Tem ações/metad ☐ específicas)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 15		

						Σni	
						$li = \Sigma ni / 5$	

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Prosperidade		Assegurar o acesso à energia confiável, sustentável, moderna e barata para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 7		
		Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 8		
		Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 9		
		Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 10		
		Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 11		

		e sustentáveis					
						Σni	
						$li = \Sigma ni / 5$	

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Paz		Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 16		
						Σni	
						$li = \Sigma ni / 1$	

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos	Nível de	Ni
-------	-----	-----------	-------------	----------------------	-----------	----------	----

					(Quadro 2)	Implementação	
Parcerias		Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metaspriorizado)	Relacionados as metas e objetivos do ODS 17		
						$\sum ni$	
						$li = \sum ni / 1$	
					$\sum li$		
					IS- Agenda2030 _{IST} = $\sum li / 6$		

No Quadro 2 estão indicados ações, atividades, programas e processos que sinalizam **elementos** que podem identificar e operacionalizar os 17 ODS nas instituições. Esses elementos irão auxiliar no processo de avaliação para compor o nível de implementação institucional de cada ODS. O cálculo do nível de implementação por ODS será dado por:

$$Ni = \sum (\text{Elementos}) \times ni / n. \text{ Elementos}$$

Onde:

Ni é o Índice de Implementação do ODS analisado

ni é o valor atribuído ao nível de implementação observado em cada elemento dentro do ODS analisado **n** é a quantidade de elementos analisados dentro de ODS

Os elementos são levantados por meio de procedimentos de auditoria interna (TCU,2017) e dentre os critérios de avaliação podem ser utilizados os Planos Estratégico, Planos de Logística Sustentável do TJPE 2016/2022, Relatórios de Desempenho, projetos, etc.

Para proceder a determinação do nível de implementação dos elementos, o Auditor leva em consideração além das diretrizes de descrição do nível (estabelecidas na Tabela 1), se o elemento se encontra abordado nos documentos e evidências de auditoria, o alcance da ação para o fator considerado, e se é uma ação de caráter continuado.



Quadro 2. Elementos indicados como boas práticas para implementação dos ODS da Agenda 2030 para diversos atores sociais segundo guia SESI-PR (2017) e Consumo sustentável: Manual de educação. (MMA/ MEC/IDEC, 2005).

ODS	Elementos (exemplos de boas práticas)
 1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	• Incluir pessoas de baixa renda no mercado de trabalho; • Capacitar as pessoas para a sua profissionalização; • Ser solidário e voluntário em causas sociais; • Aliar-se a projetos sociais e apoiar as organizações não governamentais; • Doar alimentos, objetos e outros bens descartáveis; • Participar de ações de extensão universitária; • Fomentar os universitários nas causas sociais nas comunidades carentes; Ofertar cursos de empreendedorismo; Fomentar os negócios sociais, negócios verdes, solidários e a economia inclusiva; • Criar tecnologias acessíveis às populações mais pobres; • Apoiar a geração alternativa de renda; • Fomentar o Microempreendedor Individual – MEI; • Empoderar as mulheres que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia; • Desenvolver novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças
 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	• Plantar a sua própria horta e participar da construção de hortas comunitárias; • Participar da Pastoral da Criança e outros movimentos em prol da alimentação; • Doar alimentos para pessoas carentes • Reduzir o desperdício de alimentos; • Incentivar programas de apoio à merenda escolar e educação alimentar; • Ensinar organizações sociais e familiares a aproveitarem melhor os alimentos, evitando o desperdício; • Criar cursos de extensão sobre Nutrição; • Aumentar a produção de alimentos saudáveis; • Reduzir os preços dos alimentos nutritivos; • Instalar refeitórios nas empresas; • Fornecer refeições para os colaboradores; • Implantar restaurantes populares (de baixo preço); • Estimular a agricultura familiar e comunitária de subsistência; • Comprar produtos da agricultura familiar; • Capacitar a mão-de-obra na elaboração de alimentos básicos; • Fazer campanha sobre alimentação saudável; • Divulgar ações que promovam a segurança alimentar.
 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR	• Amamentar os filhos; • Participar da Pastoral da Criança; • Ensinar a fazer a papinha; • Vacinar as crianças e acompanhar a saúde do filhos; • Incluir os atos de higiene na educação das crianças; • Realizar palestras de prevenção a acidentes domésticos; • Criar espaços para as mulheres amamentarem seus filhos; • Apoiar o trabalho da Pastoral da Criança e outras instituições que trabalham em prol do desenvolvimento infantil; • Promover a prevenção sobre as diferentes formas de violência contra a criança; • Realizar programas de acesso a água potável para populações carentes; • Promover palestras sobre os cuidados com o recém-nascido; • Conscientizar sobre a importância do exame pré-natal e das vacinações do bebê; • Incentivar programas educacionais, em comunidades carentes, de esclarecimento sobre higiene pessoal e sanitária, aleitamento materno e nutrição infantil; • Permitir o acesso das crianças portadoras do HIV e outras doenças infecciosas a medicamentos específicos; • Realizar campanha de incentivo à amamentação e criação de Banco de Leite Materno; • Fazer os pré-natais; • Reduzir o consumo de sal; • Fazer exercícios • Ter um planejamento familiar; • Criar espaços nos campus para a amamentação; • Criar programas de extensão sobre a saúde da mulher; • Criar programas para a mãe trabalhadora; • Tratar dos temas de saúde no programa de educação corporativa da empresa; • Conceder período de licença; • Apoiar iniciativas comunitárias de atendimento à gestante (pré e pós-parto); • Promover palestras para abordar as vantagens do Parto Normal e do Parto Cirúrgico (Cesárea); • Promover palestras sobre a idade adequada (biológica) para ser mãe visando a reduzir a gravidez na adolescência; • Promover iniciativas para a criação de grupo de doulas no município para apoiar as gestantes; • Incentivar programas de apoio à saúde da mulher, facilitando acesso a informações sobre planejamento familiar, DSTs, prevenção do câncer de mama, gestação de risco, nutrição da mulher e do bebê; • Treinar mulheres das comunidades locais em cursos pré-natais para mulheres grávidas e fornecer educação sobre nutrição; • Incentivar programas de prevenção na disseminação de informação sobre saúde sexual e reprodutiva para jovens e adultos, por meio de ações de voluntariado; • Incentivar programas de mobilização e informação no combate as doenças epidêmicas como malária, tuberculose e febre amarela; • Promover campanhas de prevenção no combate a Aids.(mulheres, idosos...); • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças como a gripe H1N1; • Criar programas de Saúde do colaborador; • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças; • Realizar campanhas para reduzir o consumo de drogas lícita e ilícitas; • Realizar campanhas de esclarecimento sobre o diabetes , a pressão alta e doenças cardiovasculares; • Realizar campanhas anti tabagismo, prevenção do câncer, alcoolismo , etc; • Apoiar programas que facilitem o acesso aos medicamentos necessários aos portadores de HIV e à prevenção (vacinas) das demais doenças; • Ajudar na organização de workshops, seminários e fóruns para discutir o uso de preservativos e contraceptivos para evitar a gravidez na adolescência, as DSTs e HIV/AIDS, que retardam a educação e todo o desenvolvimento das meninas; • Criar centro de apoios, para reduzir o índice de suicídio; • Promover campanhas de prevenção ao câncer de mama, colo do útero, próstata, pele e outras doenças; • Realizar palestras sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); • Promover a saúde mental com a prática de hábitos saudáveis; • Realizar campanhas de redução de mortes no trânsito (não dirigir e falar ao celular ao mesmo tempo, não dirigir embriagado, não ultrapassar os limites de velocidade); • Participar de programas de doações e distribuição de remédios às populações de risco e baixa renda; • Realizar pesquisas acadêmicas em torno de temas da saúde; • Realizar campanhas de prevenção

	Dengue, Zika nas escolas, empresas e outras organizações; • Valorizar o Conselho Municipal e Estadual de Saúde; • Divulgar sobre a importância da vacinação; • Buscar recursos financeiros para projetos voltados à saúde;
	• Participar das reuniões de pais e colaborar com a escola que o filho estuda; • Acompanhar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da escola do seu filho; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para acompanhar a formação do seu filho; • Doar equipamentos usados a escolas, bibliotecas, instituições voltadas ao atendimento de menores e jovens carentes; • Aumentar o diálogo com crianças e adolescentes para incentivar os pais e avós a iniciarem ou voltarem a estudar; • Organizar campanhas de arrecadação de livros, vídeos e revistas; • Implantar projetos educacionais complementares, com envolvimento familiar, visando estimular a permanência do aluno na escola; • Organizar concursos de redação e oficinas de leitura para compreensão de textos em escolas; • Incentivar a diversidade humana visando reduzir os registros de bullying; • Disponibilizar espaços para leitura na sua instituição/empresa; • Promover um grupo de leitura na sua instituição/empresa; • Promover a campanha “Leitor do Mês”; • Divulgar oportunidades de cursos gratuitos presenciais ou à distância; • Ofertar bolsas de estudos para os colaboradores • Fomentar os projetos sociais que promovam atividades no contraturno; • Identificar alguns dos desafios socioeconômicos que afetam as matrículas no ensino fundamental I e apoiar as comunidades a lidarem com estes desafios; • Melhorar os equipamentos das escolas básicas e fornecer material didático e de leitura; • Reduzir a evasão escolar; • Implantar programas de formação de professores de escolas públicas; • Construir e manter bibliotecas, videotecas ou brinquedotecas na comunidade, escolas ou organizações sociais; • Reduzir o número de analfabetos no município; Valorizar a educação de seus filhos; • Acompanhar o desenvolvimento dos filhos; • Realizar palestras sobre os ODS; • Organizar gincanas de voluntariado e cidadania; • Apoiar iniciativas de inclusão de PcD nas escolas e universidades; • Organizar concursos de música em escolas com diversos temas; • Proporcionar intercâmbios com outros países; • Apoiar iniciativas de inclusão; • Aumentar a acessibilidade nas universidades; • Apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho; • Jovem Aprendiz na sua empresa; • Mobilizar voluntários para criarem situações de aprendizagem e gestão em suas áreas de formação; • Valorizar a educação para reduzir a evasão escolar; • Capacitar os professores da rede de ensino
	• Valorizar o trabalho doméstico; • Votar no gênero feminino nas eleições em todos níveis; • Criar oportunidades de inserção da mão-de-obra feminina em atividades alternativas consideradas masculinas; • Comunicar uma situação de violência; • Incluir a valorização do trabalho da mulher em programas de diversidade; • Implantar programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres; • Sensibilizar mulheres a assumirem postos de trabalho geralmente ocupados por homens; • Promover palestras sobre autoestima, gestão de carreira; • Promover a formação política para as adolescentes e mulheres; • Promover uma feira das profissões valorizando o papel da mulher na sociedade; • Valorizar ações comunitárias que envolvam o trabalho feminino, apoiando iniciativas que promovam o cooperativismo e a auto sustentação; • Apoiar a defesa da igualdade entre os gêneros em cargos políticos, como prefeituras; • Fortalecer políticas públicas para atender mulheres negras, de povos indígenas, tradicionais e itinerantes.
	• Reusar a água sempre que possível, mas cuidando de sua preservação e aplicação que é restrita; • Conhecer a origem da água, os processos de tratamento e distribuição, e destinação final depois de usada; • Reparar vazamentos ou comunicar a empresa responsável; • Calcular a Pegada Hídrica de produtos e serviços para uma escolha consciente, principalmente pensando na ideia de rejeitar; • Repensar o uso: racionalizar sempre que possível hábitos de consumo no cotidiano; • Reaproveitar a água da chuva; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para redução de consumo; • Implantar programas de racionalização do uso da água; • Promover permanentemente debate sobre o consumo consciente da água; • Tratar sobre sua aplicação na agricultura, indústria e demais setores da economia; • Preservar ou revitalizar todo o sistema hídrico (rios e nascentes); • Recuperar as matas ciliares de rios e nascentes, ampliando áreas de Preservação Permanente (APPs); • Monitorar permanentemente os reservatórios.
	• Comprar eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes; • Reduzir o consumo de energia; • Trocar as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou LEDs; • Desligar o computador e outros equipamentos na modalidade stand by; • Melhorar a eficiência energética; • Desenvolver linhas de pesquisas em torno da utilização de energia renováveis; • Promover concursos internos ou locais que estimulem o debate; • Sensibilização sobre meio ambiente e a importância do papel de cada um; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para redução de consumo de energia; • Divulgar as orientações sobre consumo consciente • Dimensionar corretamente os cabos e fios para os equipamentos; • Analisar o contrato de fornecimento com a concessionária de distribuição; • Verificar a Modalidade Tarifária; • Otimizar os processos (utilização dos subprodutos em outros processos); • Dar manutenção constante dos equipamentos; • Substituir equipamentos obsoletos por equipamentos com maior eficiência energética; • Usar lâmpadas, luminárias e equipamentos auxiliares de grande eficiência luminosa na iluminação pública; • Utilizar equipamentos eficientes (lâmpadas, equipamentos de ar condicionado, motores, etc) nos prédios públicos; • Orientar o quadro funcional sobre consumo consciente; • Propor ações que abordem o tema eficiência energética junto aos alunos do ensino fundamental; • Analisar o contrato de fornecimento com a concessionária de distribuição.

 8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	• Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Gerar empregos decentes; • Aumentar a produtividade individual; • Aumentar a confiança entre os moradores do município; • Promover a educação para o empreendedorismo; • Criar empresas juniores; • Criar bolsas de estágios para os acadêmicos; • Estimular o uso de aplicativos como WhatsApp para divulgação de vagas; • Aumentar a produtividade das empresas; • Promover concursos internos em locais que estimulem o debate e a sensibilização individual sobre o desenvolvimento sustentável e a importância da colaboração de cada um; • Promover a criação de negócios sociais, economia inclusiva, economia verde, “econegócios” (negócios sustentáveis); • Incentivar a criação de startups em áreas competitivas; • Desenvolver a cultura do empreendedorismo nas universidades de negócios; • Incluir a Pessoa com Deficiência - PcD no mercado de trabalho; • Apoiar programas de geração de novas oportunidades de absorção e recrutamento de jovens nas pequenas e médias empresas; • Desenvolver ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil e trabalho forçado; • Implantar distritos industriais nos municípios; • Incentivar programas de apoio à formação e capacitação técnica profissional dos jovens menos favorecidos, visando sua inclusão no mercado de trabalho; • Promover a implantação de feiras de artesanato; • Implantar políticas públicas que promovam o emprego; • Criar condições de trabalho para os imigrantes africanos, bolivianos, libaneses, haitianos e outros povos.
 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	• Promover a criatividade dos filhos; • Promover gincanas, feiras de ciência e inovação; • Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Apoiar programas de parceiras para a inclusão digital da população menos favorecida; • Oferecer editais de inovação; • Apoiar programas de formação e disseminação das novas tecnologias, em especial, da informação, que promovam também a inclusão de pessoas com deficiência; • Estimular o uso de aplicativos como WhatsApp para fomentar a inovação; • Inovar os processos da empresa; • Adotar Lean Manufacturing na empresa; • Reduzir os estoques da empresa; • Reduzir os desperdícios no processo produtivo; • Aumentar o tempo de vida dos produtos; • Automatizar os processos; • Estimular o uso de aplicativos para aumento da produtividade; • Melhorar a gestão das empresas; • Otimizar a utilização dos recursos naturais; • Investir na infraestrutura do município; • Recuperar as estradas do seu município; • Buscar o investimento da iniciativa privada em infraestrutura; • Realizar campanhas do melhor uso de nossas estradas, parques, academias ao ar livre e demais instalações de equipamentos públicos.
 10 REDUÇÕES DAS DESIGUALDADES	• Ensinar em casa cidadania e solidariedade para os filhos; • Doar alimentos, roupas e outros bens para a população pobre; • Destinar Imposto devido para Projetos Sociais - Pessoa Física; • Participar como voluntariado em Projetos Sociais; • Desenvolver pesquisas e estudos sobre a realidade social; • Garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas; • Adotar as plataformas da ONU: Pacto Global e PRME; • Promover o voluntariado corporativo; • Implantar programas de carreiras e salário justos; • Patrocinar a educação de jovens que vivem na periferia; • Aumentar o Investimento Social Privado; • Destinar impostos para Projetos Sociais - Pessoa Jurídica; • Investir na infraestrutura das periferias; • Recuperar as estradas do seu município; • Realizar campanhas do melhor uso de nossas estradas, parques, academias ao ar livre e demais instalações de equipamentos públicos; • Promover a Gestão Participativa; • Incluir mulheres e idosos na era digital; • Promover os direitos dos imigrantes e de outras minorias.
 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	• Participar de Conselhos de Segurança nas Cidades; • Proteger o patrimônio cultural do município (igreja, monumentos e outros); • Reduzir o uso de automóvel, pegar carona solidária, bicicleta e outros meios de transportes; • Promover a criação ou a manutenção das associações de bairros; • Realizar intervenções voluntárias nas áreas de uso coletivo (praça, escola, ruas...); • Realizar campanhas sobre trânsito seguro nas escolas e universidades; • Apoiar iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis; • Disseminar o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor do município; • Promover o uso de bicicletas no Campus e a prática de caronas solidárias; • Adotar os Princípios da Educação Empresarial Responsável – PRME; • Comprar a matéria prima de locais mais próximos da planta industrial; • Instalar novas unidades da empresa em municípios de baixo IDH; • Aumentar a acessibilidade dos idosos aos equipamentos públicos; • Promover a cidadania nas comunidades; • Aumentar a destinação de impostos para projetos sociais; • Desenvolver projetos visando a regularização fundiária; • Melhorar a infraestrutura das regiões metropolitanas; • Estruturar programas que mantenham o homem no campo; • Estimular o uso de aplicativos como WhatsApp para mapear os locais de maior ocorrência de acidentes de trânsito, de assaltos e outros.
 12 CONSUMO PRODUTO RESPONSÁVEIS	• Doar alimentos e reduzir o desperdício; • Reduzir o uso de embalagens; • Evitar a troca de celular frequentemente; • Utilizar sacola de pano para as compras; • Optar por produtos com refil; • Doar roupas, sapatos e acessórios para bazares; • Procure saber sobre os impactos das marcas que você consome; • Dar preferência para os sacos biodegradáveis; • Reduzir o uso de detergente que faz espuma; • Comprar os eletrodomésticos que contam com selo Procel, que certifica a eficácia do produto; • Descongelar alimentos de forma natural ao invés de usar o micro-ondas; • Consumir os alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos; • Reaproveitar alimentos da forma como for possível; • Boicotar os alimentos transgênicos; • Dar preferência para os produtores locais; • Descartar os resíduos de forma correta; • Ensinar ler rótulos dos alimentos, principalmente escolhendo os alimentos com menos sódio, gordura totais e saturadas, carboidratos e outros elementos que em excesso são nocivos à saúde; • Promover a educação financeira

	para reduzir o endividamento da população; • Promover oficinas de aproveitamento de materiais para confecção de artesanato; • Divulgar e ensinar as leis ambientais (Código Florestal, PNRS, PNRH); • Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para redução de consumo; • Participar de programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais; • Realizar ações de sensibilização para a diminuição do consumo e separação de resíduos (4Rs - Reduzir, reutilizar, reciclar e recuperar); • Adotar os princípios do Pacto Global; • Implantar a logística reversa; • Conhecer e respeitar o código do consumidor; • Reduzir o uso de agrotóxicos no plantio de alimentos; • Reduzir o consumo de copinhos plásticos na empresa.
 13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	• Reduzir o consumo de produtos poluentes; • Manter o carro regulado; • Morar mais perto do trabalho; • Usar combustíveis renováveis; • Cumprir com as leis ambientais (Código Florestal, PNRS, PNRH); • Plantar árvores nas áreas rurais e urbanas; • Ensinar as leis ambientais; • Realizar campanhas contra as queimadas • Dar suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental; • Estimular o uso de aplicativos para o controle da poluição sonora e outras poluições; • Realizar o controle da emissão de gás carbônico, metano e óxido nitroso, e outros gases poluentes; • Manter a frota de veículos com a manutenção em dia; • Implantar as brigadas de defesa civil e envolver a população; • Divulgar informações sobre gestão de risco sobre desastres e adaptações a mudanças climáticas; • Implantar aterros sanitários • Ofertar a coleta seletiva dos resíduos; • Proteger as áreas verdes; • Valorizar o Conselho Municipal e Estadual do Meio Ambiente
 14 VIDA DEBAIXO D'ÁGUA	• Instalar a minha residência na rede de saneamento pública; • Reduzir o consumo de peixes em extinção; • Não praticar a pesca predatória; • Escolher um rio do entorno da escola para conhecer e proteger; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para denunciar pessoas/ empresas que jogam lixo nos rios; • Criar leis que proíba a utilização de sacolas plásticas nos supermercados; • Melhorar o saneamento das cidades; • Reaproveitar ou destinar corretamente o óleo de cozinha; • Reduzir a pesca predatória; • Reduzir a acidez dos oceanos
 15 VIDA SOBRE A TERRA	• Reduzir a pegada ecológica individual; • Comprar produtos orgânicos; • Reduzir o consumo de carne vermelha; • Plantar uma, duas, três, quatro árvores; • Não compre animais silvestres e denuncie quem o faz; • Plantar árvores nas beiras dos rios; • Realizar campanhas sobre a importância da Biodiversidade; • Realizar atividades voluntárias; • Estimular o uso de aplicativos como whatsapp para proteção dos parques municipais; • Comprar papel reciclado; • Fomentar a compra de matérias primas certificadas; • Instalar equipamentos menos poluentes; • Valorizar os saberes locais e as comunidades indígenas; • Reduzir o uso de agrotóxicos nas lavouras; • Incentivar a cultura de rotação no plantio agrícola; • Implantar projetos para a redução da desertificação e a degradação dos solos; • Reduzir as espécies invasoras e exóticas; • Reduzir o desmatamento; • Reduzir a geração de resíduos
 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES	• Ser voluntário ; • Realizar palestra sobre o relacionamento entre pais e filhos visando aumentar o vínculo familiar; • Participar de espaços como o Conselho Tutelar e Conselho de Direitos de sua comunidade; • Realizar campanhas da cultura da paz; • Ligar para 180 e denunciar casos de violência contra a mulher; • Realizar atividades de prevenção à violência contra crianças e adolescentes; • Realizar campanhas de sensibilização e combate à violência doméstica, abuso sexual e tráfico Humano; • Realizar Juizados Mirins e outras ações de Educação para as Leis; • Realizar palestras de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; • Divulgar a Lei Maria da Penha; • Criar brigadas para fomentar o voluntariado na Defesa Civil; • Promover palestra sobre a questão da violência no trânsito, doméstica e outras; • Realizar campanhas de desarmamento; • Criar aplicativos de áreas inseguras no seu município; • Combater a corrupção em todos os níveis • Promover o acesso a espaço cultural e artístico para a população jovem; • Apoiar o funcionamento ou instalação de um Centro de Ação Voluntária na sua cidade; • Assegurar o atendimento a saúde das mulheres vítimas de violência; • Realizar treinamento adequado aos profissionais que devem prestar assistência as mulheres; vítimas de violência; • Realizar blitz educativa de trânsito sobre a importância de não consumir bebida alcoólica antes de dirigir; • Promover a criação de um Centro da Juventude; • Capacitar as mulheres em situação de vulnerabilidade social; • Cumprir a Lei Seca nos municípios;
 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	• Participar de associações , conselhos e organizações sociais; • Elaborar projetos sociais e ir atrás de fontes de financiamento coletivo; • Realizar parcerias com as partes interessadas; • Adotar os Princípios da Gestão Empresarial Responsável – PRME; • Criar bancos de projetos sociais para atuar em áreas mais pobres; • Adotar os Princípios do Pacto Global; • Participar do Movimento Nós Podemos em prol dos ODS; • Realizar programas de Responsabilidade Social Corporativa; • Buscar realizar parcerias com vários atores sociais; • Buscar recursos para capacitação, tecnologia e outros investimentos para o desenvolvimento local sustentável; • Reduzir a dívida dos municípios; • Aumentar a colaboração ODS.

3. LEVANTAMENTO DOS REQUISITOS DO IS-AGENDA 2030

Elementos relacionados as metas e objetivos dos 17 ODS

Para iniciar o procedimento de auditoria, os requisitos relacionados aos elementos que evidenciam as ações tomadas pela instituição para internalização da Agenda 2030 devem ser identificados com base em documentos, relatórios de gestão, registros de notícias veiculadas na homepage institucional, etc.

O Quadro 3 apresenta uma exemplo de como sistematizar essa informação utilizando o *case* do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).



Quadro 3 – Elementos relacionados as metas e objetivos dos 17 ODS da Agenda 2030 identificados nas ações do Tribunal de Justiça de Pernambuco no período de 2013 a 2022

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	Elementos
ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Incluir pessoas de baixa renda no mercado de trabalho; • Capacitar as pessoas para a sua profissionalização; • Ser solidário e voluntário em causas sociais; • Aliar-se a projetos sociais e apoiar as organizações não governamentais; • Doar alimentos, objetos e outros bens descartáveis; Fomentar os negócios sociais, negócios verdes, solidários e a economia inclusiva; • Criar tecnologias acessíveis às populações mais pobres; • Apoiar a geração alternativa de renda	1- Criar tecnologias acessíveis a populações mais pobres: TJPE atende, Juizado Digital, Conciliações online, Balcão virtual (atendimento videoconferências) 2- Programa Justiça Itinerante (sessões de conciliação, orientação jurídica, emissão de documentos e serviços de saúde) 3- Promoção de Feirinhas com exposição e vendas de artesanatos sustentáveis 4- Promoção da Feira dos 3Rs com vendas de produtos de atereciclagem 5- Comemoração do Dia Mundial da Justiça Social (20 de fevereiro) 6- Parceria TJPE e IJCPM – Qualificação e inserção de Jovens no mercado de trabalho 7- Programa Jovem Aprendiz - capacitação de jovens
ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Plantar a sua própria horta e participar da construção de hortas comunitárias; • Doar alimentos para pessoas carentes • Reduzir o desperdício de alimentos; • Ensinar organizações sociais e familiares a aproveitarem melhor os alimentos, evitando o desperdício; • Comprar produtos da agricultura familiar; • Fazer campanha sobre alimentação saudável; • Divulgar ações que promovam a segurança alimentar.	1- Programa Feiras Orgânicas no TJPE - comercializa produtos como hortaliças, tubérculos e beneficiados cultivados sem o uso de agrotóxicos; além de outros produtos que fortalecem a economia solidária e sustentável. Os vendedores são devidamente cadastrados no Ministério da Agricultura e fiscalizados pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro). 2- Programa Saúde Legal (Campanha aproveitamento integral de alimentos) 3- Concurso de receitas saudáveis 4- Oficina de Horta Urbana 5- Implantação de Horta Urbana no Memorial de Justiça do TJPE 6- Natal solidário – doações de doativos para o município de Venturosa/PE
ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Promover a prevenção sobre as	1- monitorar toda participação da força de trabalho total em ações de qualidade de vida e solidárias de forma a estimulá-las, para fomentar a política de valorização do corpo funcional. 2- Programa Justiça Itinerante (sessões de conciliação, orientação jurídica, emissão de documentos e serviços de saúde)

diferentes formas de violência contra a criança; • Reduzir o consumo de sal; • Fazer exercícios • Tratar dos temas de saúde no programa de educação corporativa da empresa; • Incentivar programas de apoio à saúde da mulher, facilitando acesso a informações sobre planejamento familiar, DSTs, prevenção do câncer de mama, gestação de risco, nutrição da mulher e do bebê; • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças como a gripe H1N1; • Criar programas de Saúde do colaborador; • Realizar mutirões contra a dengue e outras doenças; • Realizar campanhas anti tabagismo, prevenção do câncer, alcoolismo , etc; • Promover campanhas de prevenção ao câncer de mama, colo do útero, próstata, pele e outras doenças; • Promover a saúde mental com a prática de hábitos saudáveis; • Realizar campanhas de prevenção Dengue, Zika nas escolas, empresas e outras organizações;	3- Formalização de União 4- Programa Saúde Legal (Campanha aproveitamento integral de alimentos) 5- Campanha de combate ao mosquito Aedes aegypti 6- Campanha Outubro rosa – Um mês de conscientização e prevenção do câncer de mama 7- Simpósio de comemoração ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho 8- Ação bicicletada sustentável (parceria estudantes secretariado da Universidade de Pernambuco – UPE) 9- Semana +Saúde 2014 10- I Ciclo de palestras do Programa VidaAtiva em comemoração ao Dia Internacional do idoso 11- Prorrogação de ações de combate a Covid 19 12- Concurso de receitas saudáveis
ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Doar equipamentos usados a escolas, bibliotecas, instituições voltadas ao atendimento de menores e jovens carentes; • Organizar campanhas de arrecadação de livros, vídeos e revistas; • Divulgar oportunidades de cursos gratuitos presenciais ou à distância; • Melhorar os equipamentos das escolas básicas e fornecer material didático e de leitura; • Apoiar iniciativas de inclusão; • Aumentar a acessibilidade nas universidades; • Apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho; • Jovem Aprendiz na sua empresa;	1- monitorar a participação do corpo funcional em ações de capacitação e sensibilização relacionadas ao tema de sustentabilidade de forma a subsidiar a tomada de decisões quanto ao estímulo dessas temáticas. 2- Programas Justiça Libertadora e Prepara COG – oferecimento de aulas de inglês, Informática e Pré-Enem (200 estudantes de escolas públicas – entre 2018 a 2020) 3- Campanha Justiça Sustentável - Promove ações para conscientizar os servidores, magistrados e jurisdicionados do TJPE a adotarem critérios de sustentabilidade e economicidade, tanto no ambiente de trabalho quanto nos hábitos diários de suas vidas 4- Capacitação Sustentabilidade nas contratações públicas 5- Capacitação sobre Construções Sustentáveis 6- Campanha no dia das crianças de doações de livros para pacientes do NACC 7- Programa Jovem Aprendiz - capacitação de jovens
ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	1- AppNísia e a ferramenta Carta de Mulheres para as varas de Violência contra as Mulheres 2- Evento em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Comunicar uma situação de violência; • Implantar programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres; • Sensibilizar mulheres a assumirem postos de trabalho geralmente ocupados por homens; • Promover palestras sobre autoestima, gestão de carreira.	3- Repositório de Mulheres Juristas – incentivo a participação feminina na formação jurídica 4- Campanhas contra violência doméstica, assédios e discriminação 5- Ações de sensibilização voltadas ao combate contra a violência de gênero 6- Participação na XVI Jornada Maria da Penha 7- Projeto Recomeçar- reinserção e orientação voltada para mulheres encarceradas e seus familiares
ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Conhecer a origem da água, os processos de tratamento e distribuição, e destinação final depois de usada; • Reparar vazamentos ou comunicar a empresa responsável; • Repensar o uso: racionalizar sempre que possível hábitos de consumo no cotidiano; • Implantar programas de racionalização do uso da água; • Promover permanentemente debate sobre o consumo consciente da água.	1- Campanha uso racional da água 2- Comemoração Dia Mundial da água 3- 1º Seminário Ecos de Pernambuco sobre Gestão de recursos hídricos
ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Reduzir o consumo de energia; • Trocar as lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou LEDs; • Desligar o computador e outros equipamentos na modalidade stand by; • Melhorar a eficiência energética; • Sensibilização sobre meio ambiente e a importância do papel de cada um; • Divulgar as orientações sobre consumo consciente ; • Utilizar equipamentos eficientes (lâmpadas, equipamentos de ar condicionado, motores, etc) nos prédios públicos; • Orientar o quadro funcional sobre consumo consciente;	1- Adoção de iluminação com lâmpadas de LED 2- Desligamento de 2 a 3 elevadores após as 16 horas 3- Ação Excursão Ambiental ao Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) – sensibilização sobre meio ambiente e o papel de cada um 4- Entrevista na Revista Conecta sobre “Práticas que transformam” com especialistas em Gestão Ambiental Susanne Galeno – divulgar orientações sobre consumo consciente 5- Implantação de pontos de coleta de pilhas 6- Maquete interativa – consumo consciente de energia elétrica 7- Sensibilização por arte-educadores sobre as ações do projeto de coleta seletiva 8- Exibição de vídeo sobre perspectiva das pessoas que trabalham com reciclagem 9- Sensibilização por arte-educadores sobre descarte correto de papel no Fórum de Recife 10- Capacitação sobre Construções Sustentáveis

ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Promover concursos internos em locais que estimulem o debate e a sensibilização individual sobre o desenvolvimento sustentável e a importância da colaboração de cada um; • Apoiar programas de geração de novas oportunidades de absorção e recrutamento de jovens nas pequenas e médias empresas; • Desenvolver ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil e trabalho forçado; • Incentivar programas de apoio à formação e capacitação técnica profissional dos jovens menos favorecidos, visando sua inclusão no mercado de trabalho; • Promover a implantação de feiras de artesanato.	1- Programa Feiras Orgânicas no TJPE - comercializa produtos como hortaliças, tubérculos e beneficiados cultivados sem o uso de agrotóxicos; além de outros produtos que fortalecem a economia solidária e sustentável. 2- Promoção de Feirinhas com exposição e vendas de artesanatos sustentáveis 3- Promoção da Feira dos 3Rs com vendas de produtos de aterreciclagem 4- Parceria TJPE e IJCPM – Qualificação e inserção de Jovens no mercado de trabalho 5- Programa Jovem Aprendiz - capacitação de jovens 6- Concurso de receitas saudáveis
ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Promover a criatividade dos filhos; • Promover gincanas, feiras de ciência e inovação; • Realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; • Inovar os processos da empresa; • Melhorar a gestão das empresas; • Otimizar a utilização dos recursos naturais.	1- Divulgação das atividades do judiciário com legendas, vídeos e em libras 2- Oficina de pintura interativa – promoção da criatividade 3- Mostra Meu Mundo Verde – produções artísticas de crianças (desenhos) 4- Registro virtual de sentenças (economia de papel – Inovação nos processos da instituição/otimização da utilização dos recursos naturais 5- Instrução normativa com foco na racionalização dos gastos públicos – melhorias na gestão da instituição
ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Ensinar em casa cidadania e solidariedade para os filhos; • Doar alimentos, roupas e outros bens para a população pobre; • Adotar as plataformas da ONU: Pacto Global e PRME; • Promover o voluntariado corporativo; • Patrocinar a educação de jovens que vivem na periferia.	1- Ações de promoção da cidadania 2- Doação de alimentos e livros 3- Ações de incentivo ao voluntariado 4- Adoção de plataforma da ONU Agenda 2030
ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Reduzir o uso de automóvel, pegar carona solidária, bicicleta e outros meios de transportes; • Realizar intervenções voluntárias nas áreas de uso coletivo (praça, escola, ruas.); • Apoiar iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis; • Promover o uso de bicicletas no Campus e a prática de caronas solidárias; • Adotar os Princípios da Educação Empresarial Responsável – PRME; • Aumentar a acessibilidade dos idosos aos equipamentos públicos; • Desenvolver projetos visando a regularização fundiária.	1- Monitorar os gastos relacionados a obras para que seja verificada a sua real necessidade e priorização do atendimento à Resolução CNJ 114/2010 e suas alterações 2- Curso sobre acessibilidade aos museus: quebrando barreiras e criando estratégias de inclusão 3- Participação no Fórum permanente de Museus Acessíveis 4- Implantação de bicicletário

ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Doar alimentos e reduzir o desperdício; • Consumir os alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos; • Reaproveitar alimentos da forma como for possível; • Dar preferência para os produtores locais; • Descartar os resíduos de forma correta; • Ensinar ler rótulos dos alimentos, principalmente escolhendo os alimentos com menos sódio, gordura totais e saturadas, carboidratos e outros elementos que em excesso são nocivos a saúde; • Promover oficinas de aproveitamento de materiais para confecção de artesanato; • Divulgar e ensinar as leis ambientais (Código Florestal, PNRS, PNRH); • Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização; • Participar de programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais; • Realizar ações de sensibilização para a diminuição do consumo e separação de resíduos (4Rs - Reduzir, reutilizar, reciclar e recuperar); • Adotar os princípios do Pacto Global; • Reduzir o uso de agrotóxicos no plantio de alimentos; • Reduzir o consumo de copinhos plásticos na empresa.	1- Monitorar o consumo geral de papel em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico (Lei no 11419/2006 e Resolução CNJ no 185/2013) e da implantação dos processos administrativos eletrônicos. 2- Maior eficiência na gestão das impressões 3- Maximizar a eficiência energética nas unidades jurisdicionais e administrativas 4- Racionalizar o uso da água. 5- Monitorar os gastos para possibilitar eventuais ajustes em contratos de limpeza. 6- Monitorar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos (modelos horários, armada). 7- Monitorar os serviços de telefonia tendo em vista a racionalização do gasto mediante critérios de sustentabilidade. 8- monitorar as despesas com contratos de serviços gráficos. 9- monitorar quantitativo de contratos com critérios de sustentabilidade visando a ampliação. 10- Adoção de Impressoras Frente e verso/ recomendação de impressão apenas do necessário e no modo ecológico 11- Reaproveitamento de papéis e doação para ONGs. 12- Coleta seletiva itinerante de materiais diversos 13- Implantação de pontos de coleta de pilhas 14- Implantação de Coleta Seletiva no Fórum do Recife 15- Promoção da Feira dos 3Rs com vendas de produtos de aterreciclagem 16- Sensibilização por arte-educadores sobre as ações do projeto de coleta seletiva 17- Exibição de vídeo sobre perspectiva das pessoas que trabalham com reciclagem 18- Sensibilização por arte-educadores sobre descarte correto de papel no Fórum de Recife 19- Reciclagem de calendários antigos 20- Arrecadação de banners para doação 21- Programa Feiras Orgânicas no 22- Programa Saúde Legal (Campanha

	aproveitamento integral de alimentos) 23- Oficina de Horta Urbana 24- Implantação de Horta Urbana no Memorial de Justiça do TJPE
ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Reduzir o consumo de produtos poluentes; • Manter o carro regulado; • Usar combustíveis renováveis; • Plantar árvores nas áreas rurais e urbanas; • Dar suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental; • Ofertar a coleta seletiva dos resíduos.	1- Gestão da mobilidade do órgão e dos gastos com a frota oficial para a maior eficiência na gestão e nas aquisições dos veículos. 2- Monitorar o consumo dos diversos tipos de combustíveis utilizados na frota de veículos oficiais 3- Plantio de mudas de espécies nativas (Pau-Brasil) 4- Distribuição de mudas 5- Celebração do Dia do combate a poluição 6- Implantação de Coleta Seletiva no Fórum do Recife
ODS 14: Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Reaproveitar ou destinar corretamente o óleo de cozinha	1- Recolhimento e descarte adequado de óleo usado
ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Reduzir a pegada ecológica individual; • Comprar produtos orgânicos; • Plantar uma, duas, três, quatro árvores; • Realizar campanhas sobre a importância da Biodiversidade; • Realizar atividades voluntárias; • Comprar papel reciclado; • Fomentar a compra de matérias primas certificadas; • Reduzir o uso de agrotóxicos nas lavouras; • Reduzir a geração de resíduos.	1- Monitorar a geração de resíduos oriundos do consumo de copos descartáveis, de plástico ou outros materiais. 2- Monitorar a geração de resíduos oriundos do consumo de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. 3- Monitorar a geração de resíduos e sua destinação pelos órgãos em observância à legislação e às normas pertinentes. 4- Estação de coleta seletiva, na qual podem ser descartados papéis, papelões, livros para descarte, livros para reaproveitamento, pilhas e baterias, eletroeletrônicos, óleo de cozinha, material de escrita, esponjas de cozinha, maquiagem, esmaltes, perfumaria, plástico, vidro e metal (durante as Semanas de Meio Ambiente) . 5- Ação “Dicas para um carnaval sustentável” 6- Plantio de mudas de espécies nativas (Pau-Brasil)

	7- Roda de conversa sobre Contratações sustentáveis – fomentar compras de materiais certificados 8- Comemoração do Dia Mundial dos Animais 9- Compras sustentáveis
ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: • Participar de espaços como o Conselho Tutelar e Conselho de Direitos de sua comunidade; • Realizar campanhas da cultura da paz; • Realizar atividades de prevenção à violência contra crianças e adolescentes; • Realizar campanhas de sensibilização e combate à violência doméstica, abuso sexual e tráfico Humano; • Divulgar a Lei Maria da Penha; • Promover palestra sobre a questão da violência no trânsito, doméstica e outras; • Capacitar as mulheres em situação de vulnerabilidade social.	1- Comemoração Dia Internacional da Discriminação Racial 2- Campanha Espalhe o Bem em 30 segundos – envio de vídeo com ações sobre o meio ambiente 3- Curso sobre acessibilidade aos museus:quebrando barreiras e criando estratégias de inclusão – acesso a espaço cultural e artístico 4- Comemoração do Dia Nacional do Voluntário 5- Campanhas contra violência doméstica, assédios e discriminação 6- Programa PartiuFuturo – cumprimento de medidas socioeducativas para jovens 7- Semana Justiça pela Paz em Casa
ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável Correlação identificada com os seguintes exemplos de boas práticas do Quadro 2: Participar de associações , conselhos e organizações sociais; • Realizar parcerias com as partes interessadas; • Adotar os Princípios da Gestão Empresarial Responsável – PRME; • Adotar os Princípios do Pacto Global; • Participar do Movimento Nós Podemos em prol dos ODS; • Realizar programas de Responsabilidade Social Corporativa; • Buscar realizar parcerias com vários atores sociais; • Buscar recursos para capacitação, tecnologia e outros investimentos para o desenvolvimento local sustentável; •.Aumentar a colaboração ODS.	1- Ações da coleta seletiva solidária (benefícios as instituições parceiras). 2- Promoção de Semanas de Meio Ambiente (ações integradas promovidas pelo Ecos Pernambuco, do qual fazem parte o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), os tribunais que atuam em Pernambuco (TRT6, TRE, TCE, TJPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). 3- I Fórum Justiça Sustentável:agir para transformar 4- Ação Excursão Ambiental ao Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) 5- Coleta seletiva itinerante de materiais diversos – em parceria 6- Implantação de Coleta Seletiva no Fórum do Recife – realizar programas de responsabilidade social corporativa 7- Revisão do Plano de Logística Sustentável – Ações de responsabilidade social 8- Promoção da Feira dos 3Rscom vendas de produtos de aterreciclagem – parceria com Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN) 9- Reciclagem de calendários antigos – doação ao Movimento Pró-criança 10- Natal solidário – doações de donativos para o município de Venturosa/PE

	11- Capacitação sobre Construções Sustentáveis – parceria Ecos de Pernambuco 12- Arrecadação de banners para doação – parceria Movimento Pró-criança 13- Protocolo para ações de responsabilidade socioambiental entre o TJPE, Tribunais e UFRPE 14- Projeto Recomeçar: Reinserção e orientação voltada as mulheres encarceradas e seus familiares
--	--

Fonte: Autores, 2022

4. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SUSTENTABILIDADE IS–Agenda2030 NA ORGANIZAÇÃO

Análise dos 6 fatores do IS–Agenda 2030 para o *case* do TJPE

Após identificação e análise dos elementos relacionados a internalização dos 17 ODS da Agenda 2030, procede-se sua classificação de acordo com a escala de avaliação proposta pelo IS–Agenda2030. A título de exemplificação, abaixo encontra-se o detalhamento do cálculo da Avaliação de Sustentabilidade realizada para o *case* do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), conforme as análises do auditor externo (Quadro 4 e 5).

Há necessidade de aplicar critérios de penalizações referentes a dois aspectos considerados como importantes para a consolidação da internalização do Agenda 2030: Ausência de elementos contemplando todos os 17 ODS e elementos sem ação de continuidade.

Caso essas situações se apresentem, deverá ser aplicada a penalidade com os seguintes valores, para a **situação 1**, descontado no resultado para o nível de implementação do Fator e para a **situação 2** descontado do IS–Agenda, como segue:

1 – Apresentou elementos sem ação de continuidade = 0,1

2 – Não apresentou elementos em todos os 17 ODS = 0,4

Na Figura 1 apresenta-se exemplo de coletânea de evidências de execução das ações/ elementos considerados na avaliação de desempenho.



Figura 1- Evidências coletadas das ações desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco relacionadas aos ODS da Agenda 2030



a) Evidência da Campanha que promove ações para conscientizar os servidores, magistrados e jurisdicionados do TJPE a adotarem critérios de sustentabilidade e economicidade, tanto no ambiente de trabalho quanto nos hábitos diários de suas vidas.



(b) Evidência do Programa Feiras Orgânicas no TJPE - projeto tem um caráter socioambiental pois possibilita que os usuários internos e externos do Judiciário adquiriram produtos que respeitem o meio ambiente e garantir o acesso a alimentos saudáveis, proporcionando uma melhoria na saúde e qualidade de vida.



(c) Evidência da realização das Semanas de Meio ambiente que têm o intuito de celebrar, o Dia Mundial do Meio Ambiente e oferecer aos magistrados e servidores a oportunidade de refletir e vivenciar experiências relativas às questões socioambientais.



(d) Evidência da Campanha em comemoração ao "Dia Mundial da Água" promovida pelo Núcleo de sustentabilidade convidando para fazer uma reflexão sobre nossas atitudes e responsabilidade pela preservação e pelo uso consciente deste bem natural



(e) Evidência da realização da Semana de Meio ambiente em sua 13ª edição ocorrida em junho de 2021 em parceria com o Comitê Interinstitucional Ecos de Pernambuco com o tema “Use seu poder para fazer a diferença”.



(f) Evidência da divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em parceria com o IBGE demonstrando o compromisso com a Agenda 2030 no site do TJPE.

Quadro 4 : Resultados da avaliação de desempenho da sustentabilidade baseada nos ODS da Agenda 2030 para o Tribunal de Justiça de Pernambuco no período de 2013 a 2022

Fator	Elementos	Nível de Implementação	Ni
Dimensão Geral	A instituição possui instâncias de articulação/coordenação formalizadas para a gestão da sustentabilidade institucional	Avançado	1
	Existe formalização de políticas e regulamentos em relação aos ODS na instituição	Avançado	1
	A instituição possui investimentos significativos em programas educativos e treinamentos para avançar nos ODS	Avançado	1
	A instituição possui área responsável pela implementação dos ODS	Avançado	1
	Há orçamento específico para estratégias e projetos relacionados aos ODS na Instituição	Substancial	0,8
	Possui mecanismo institucional de canal de comunicação com a comunidade	Substancial	0,8
	A instituição utiliza a Agenda 2030 e os ODS como referência para identificar e integrar aspectos relevantes de sustentabilidade em seu planejamento	Substancial	0,8
	A instituição realiza ações conjuntas com outros parceiros relacionadas aos ODS	Avançado	1
	A instituição monitora seus indicadores de desenvolvimento sustentável	Substancial	0,8
	A instituição realiza auditorias periódicas que levem em consideração ações relacionadas aos ODS	Inexistente	0
	A instituição adota eventos formais como a elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade	Inexistente	0
	A instituição pesquisa a opinião dos seus usuários para melhorar sua postura ou desempenho em relação aos ODS	Inexistente	0
	A organização adota inovações tecnológicas para o uso sustentável de recursos naturais e mitigação de impactos ambientais	Substancial	0,8
	Adota premiação por performance nos ODS	Inexistente	0
	A organização faz exigências aos seus fornecedores quanto a aspectos ambientais ligados aos ODS	Substancial	0,8
	A organização internamente divulga as suas ações, lições aprendidas e resultados das estratégias nos ODS	Intermediário	0,6
	A instituição comunica seus resultados positivos e negativos relacionados aos ODS	Intermediário	0,6
	Compromissos considerados relevantes e prioritários provenientes da análise da Agenda 2030 estão entre os itens formalmente considerados no processo de planejamento estratégico da instituição e refletidos em objetivos com respectivos indicadores e metas	Substancial	0,8
	A instituição cumpre a legislação e requisitos legais ambientais	Substancial	0,8
	A instituição aplica tecnologias que tratam os resíduos e efluentes resultantes de suas atividades	Intermediário	0,6
	Existe priorização de ODS com base nos impactos mais relevantes para a instituição tanto positivos quanto negativos	Intermediário	0,6
	Mantém um processo de avaliação de progresso de seus impactos sobre os ODS	Intermediário	0,6
	Apresenta instrumentos de boas práticas ambientais como A3P, PLS, ISO 14001 ou certificações relacionadas aos ODS	Avançado	1
	Há uma estrutura de governança clara dentro da instituição para articulação dos ODS	Avançado	1
	Disseminação das ações executadas internamente na instituição sobre os ODS- nível de acesso dos colaboradores	Substancial	0,8
		$\sum ni$	17,20
		$li = \sum ni / 25$	0,69

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Pessoas		Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	6	2 – Avançado 1, 6 – Substancial 3,4,5- Intermediário	0,73
		Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	6	1,2,5 – Avançado 3, 4, 6 – Substancial	0,90
		Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	11	1 a 8, 11 – Avançado 9, 10 – Substancial	0,96
		Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	6	1 a 5 – Avançado 6 – Substancial	0,97
		Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	7	1,4,5, 6 –Avançado 2,3 e 7 – Intermediário	0,83
						$\sum Ni$	4,39
						$li = \sum ni / 5$	0,88
			Penalidade:ações descontinuadas = 0,1	Ni final do Fator pós penalização			0,78
Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Planeta		Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	☐ Não priorizado ☐ Priorizado ☐ Desdobramentos	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	3	2 e 3 – Avançado 1 – Substancial	0,93
		Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metad)	20	1; 5 a 11, 14; 16 a 19 – Avançado 2,3,4,12,13,15, 20 – Substancial	0,93

		Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	☐ Não priorizado ☒ Priorizado	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad)	6	1 e 2 – Avançado 5 – Substancial 3 e 4 Intermediário	0,67
		Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☒ Priorizado	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad)	1	1 – Intermediário	0,60
		Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	☐ Não priorizado ☒ Priorizado	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad)	9	1 a 3 – Avançado 4,5,6 e 8 – Substancial 7 e 4- Intermediário	1,00
						$\sum ni$	4,13
						$li = \sum ni / 5$	0,83
				Penalidade: ações descontinuadas = 0,1	Ni final do Fator pós penalização		0,73

Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Prosperidade		Assegurar o acesso à energia confiável, sustentável, moderna e barata para todos	☐ Não priorizado ☒ Priorizado	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad)	10	3,4,6 a 10 – Avançado 5 – Substancial 1 e 2 - Intermediário	0,90
		Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	☐ Não priorizado ☒ Priorizado	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad)	5	1 – Avançado 2 e 3 – Substancial 4 e 5 - Intermediário	0,76
		Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	☐ Não priorizado ☒ Priorizado	☐ Não tem ações ☒ Baixo (Poucas ações/metad)	5	1,4 e 5 – Avançado 2 e 3 – Substancial	0,92

		Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metasp>	4	1 – Avançado 2, 3 e 4 – Substancial	0,70
		Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metasp>	4	1 a 4 – Avançado	1
						$\sum ni$	4,28
						$Ii = \sum ni / 5$	0,86
				Penalidade: ações descontinuadas = 0,1	Ni final do Fator pós penalização		0,76
Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Paz		Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metasp>	7	3 a 7 – Avançado 1,2 e 4 – Intermediário	0,83
						$\sum ni$	0,83
						$Ii = \sum ni / 1$	0,83
Fator	ODS	Descrição	Priorização	Nível de engajamento	Elementos (Quadro 2)	Nível de Implementação	Ni
Parcerias		Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	☐ Não priorizado ☐ Priorizado	☐ Não tem ações ☐ Baixo (Poucas ações/metasp>	14	1 a 4; 6, 13 – Avançado 5,7,8,9,10,12 – Substancial 14 - Intermediário	0,81
					$\sum Ii$	$\sum ni$	0,81
						$Ii = \sum ni / 1$	0,81
				IS- Agenda2030_{IST} = $\sum Ii / 6$		0,77	4,60

Tabela com a sistematização dos dados considerados para o cálculo do IS- Agenda2030 para o case analisado do TJPE de acordo com a escala proposta.

Fator	ODS	Quantidade Elementos	ni
Dimensão Geral	-	25	$\sum ni = 17,20$
			Ii= 0,69
			$\sum ni$
Pessoas	ODS 1	6	0,73
	ODS 2	6	0,90
	ODS 3	11	0,96
	ODS 4	6	0,97
	ODS 5	7	0,83
			$\sum ni = 4,2039$
		Após penalidade 0,1	Ii= 0,78
Planeta	ODS 6	3	0,93
	ODS 12	20	0,93
	ODS 13	6	0,67
	ODS 14	1	0,60
	ODS 15	9	1,00
			$\sum ni = 4,13$
		Após penalidade 0,1	Ii= 0,73
Prosperidade	ODS 7	10	0,90
	ODS 8	5	0,76
	ODS 9	5	0,92
	ODS 10	4	0,70
	ODS 11	4	1,00
			$\sum ni = 4,28$
		Após penalidade 0,1	Ii= 0,76
Paz	ODS 16	7	0,83
			$\sum ni = 0,83$
			Ii= 0,83
Parcerias	ODS 17	14	0,81
			$\sum ni = 0,83$
			Ii= 0,81
		$\sum Ii$	4,60
		IS- Agenda2030 _{IST} = $\sum Ii / 6$	0,77 Satisfatório

5. Referências

BARROS, A. P. de. Índice de Desenvolvimento da Gestão Ambiental (IDGA): uma proposta de indicador de desempenho ambiental para as empresas de Suape. In: CONGRESSO NORDESTINO DE ECOLOGIA, 13, 2011, Recife. Anais. Recife, Sociedade Nordestina de Ecologia, 2011.

CAVALCANTI, Fernanda Maria D'Emery. Roteiro metodológico de tomada de decisões para o incremento do desempenho ambiental de lavanderias têxteis. Instituto Federal de Pernambuco. 2015. 84 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental. Instituto Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 2015.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005. 160 p.

ENAP. **Desafios e Condicionantes para Implementação da Agenda ODS na Administração Pública Federal Brasileira**. 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3411/1/Caderno_ODS_57.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

ONU México. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2020. Disponível em: <https://www.onu.org.mx/agenda-2030/objetivos-de-desarrollo-del-milenio/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

ONU. RIO+20. **O Futuro que queremos**, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 20–22 junho, Rio de Janeiro, Relatório, 55p., 2012.

ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 26 out. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Sustentabilidade na Administração Pública Federal** / Tribunal de Contas da União; Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental), 2017. 28 p.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. 400 p.



APÊNDICE B – Dossiê Temático Agenda 2030 no Poder Judiciário

A AGENDA 2030 E O PODER JUDICIÁRIO

ORGANIZADORES

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VIEIRA
MARÍLIA REGINA COSTA CASTRO LYRA
JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA

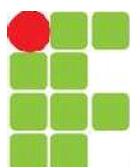


Dossiê Temático

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VIEIRA
MARÍLIA REGINA COSTA CASTRO LYRA
JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA



2022



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PERNAMBUCO



Mestrado Profissional em
Gestão Ambiental - MPGA

MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES VIEIRA
MARÍLIA REGINA COSTA CASTRO LYRA
JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA

A Agenda 2030 e o Poder Judiciário

Dossiê fruto da dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, para qualificação como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Linha de Pesquisa: Gestão para Sustentabilidade

Coautores:

Marília Regina Costa Castro Lyra e José Antônio Aleixo da Silva

Diagramação: Maria da Conceição Alves Vieira

1. Sustentabilidade. 2. Índices. 3. Tribunais de Justiça

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
--------------------	----

PARTE 1: O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

1. História do Poder Judiciário	06
2. Estrutura.....	10
3. O Tribunal de Justiça de Pernambuco	12

PARTE 2: A AGENDA 2030 NO JUDICIÁRIO

1. Integração da Agenda 2030 no Poder Judiciário.....	15
2. Panorama dos Indicadores ODS	19

REFERÊNCIAS	20
-------------------	----



Apresentação

A proposta deste Dossiê Temático é realizar uma compilação, reunindo e indicando, conteúdos relacionados a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 no Poder Judiciário com o intuito de proporcionar a divulgação da expertise produzida pelo Poder Judiciário com relação aos temas da Agenda, principalmente ao ODS 16: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

Este trabalho permitirá ao leitor um panorama da trajetória da adoção da Agenda 2030 pelo Judiciário brasileiro e seus impactos para o aperfeiçoamento da Gestão Pública e para o alcance do Desenvolvimento Sustentável.

PARTE 1

O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO





1. História do Poder Judiciário

As instituições judiciárias brasileiras remontam aos primeiros anos de colonização portuguesa no continente americano, afirmação feita por Schwartz (2011), diante do fato de Martim Afonso de Sousa, ter sido investido de amplos poderes judiciais, em expedição partida de Lisboa em 1530, como capitão-mor da frota, tendo-lhe sido concedida plena autoridade legal em todos os casos civis e criminais, de modo que esses poderes estendiam-se aos membros da expedição e a todas as pessoas do Brasil.

Ressalta Böttcher (2020) que desde o século XIII, na Europa, a Justiça era um importante atributo do rei, de modo que a Justiça real absorvia atividades políticas e administrativas ao mesmo tempo em que coexistia com outras jurisdições como a eclesiástica.

Durante os séculos XVI a XVIII, foram criadas as primeiras Comarcas destacando-se as sedes de Salvador (1548), Rio de Janeiro (1608), São Luís (1619), Belém (1652), Olinda (1653) e São Paulo (1700). No século XIX, as estruturas das instituições judiciárias na América portuguesa, e mais tarde no Brasil independente, enfrentaram profundas mudanças (CUNHA; NUNES, 2016).

Um marco para a história da Justiça brasileira, foi o dia 10 de maio 1808, ano da vinda da família real portuguesa para o Brasil, no qual a Comarca do Rio de Janeiro foi transformada em Casa da Suplicação equiparada hierarquicamente à Casa de Suplicação de Lisboa, o que representou uma espécie de “independência judiciária” do Brasil em relação a Portugal, tornando-se a data o Dia da Memória do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ n. 316/2020.

Em 12 de dezembro de 2008, mediante a celebração de acordo de cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), foi criado o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) e instituído pela Portaria nº 616/2009, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, o Comitê do Proname com objetivo de propor normas e instrumentos para o programa de gestão documental e da memória do Poder Judiciário.

Para conhecer mais sobre a história do Poder Judiciário no Brasil, acesse os documentos indicados abaixo e siga as redes sociais associadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fontes de consulta:

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário / Conselho Nacional de Justiça. Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) - Brasília: CNJ, 2021. 153 p. Acesso em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Comitê nacional do Brasil do programa memória do mundo da Unesco. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/2015-03-20-10-44-04/apresentacao.htm>.

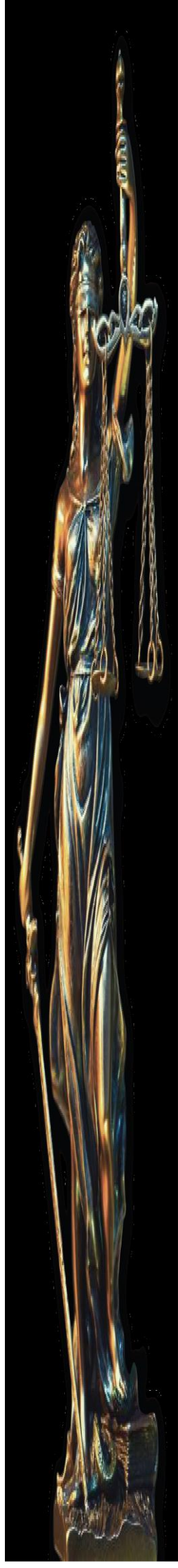
Redes sociais da Proname:

A rede está presente nas mídias sociais com página no Facebook (<<https://www.facebook.com/memojusbrasil/>>)

Grupo de discussão no Facebook
(<<https://www.facebook.com/groups/521910208486413/>>)

Instagram (<<https://instagram.com/memojusbrasil?igshid=dnicsgoi1m6q>>).

No canal MEMOJUS BRASIL no YouTube
(<<https://www.youtube.com/channel/UCX-ol6Ad7iafhGonLVJD8ng>>)



Um verdadeiro Estado democrático de direito necessita de um Poder Judiciário autônomo e independente, pois exerce a atividade típica de administrar a justiça, prestando jurisdição e fazendo o papel de guardião da Constituição que é a Lei Maior da República. Nos termos do Art. 5º XXXV da CF é direito fundamental das pessoas o acesso ao Poder Judiciário.

O diagrama ilustra a estrutura hierárquica do Poder Judiciário Brasileiro. No topo, o Supremo Tribunal Federal (STF) atua como o órgão máximo. Abaixo dele, há cinco tribunais superiores: o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Superior Tribunal Militar (STM) e o Tribunal Regional Federal (TRF). Cada um desses tribunais superiores possui uma série de tribunais regionais ou especializados sob sua jurisdição. Por exemplo, o STJ supervisiona os Tribunais de Justiça (TJ) e os Tribunais Regionais Federais (TRF). O TSE supervisiona os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE). O TST supervisiona os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT). O STM supervisiona os Tribunais de Justiça Militar (TJM). Além disso, há uma linha direta de comunicação entre o STF e os Juízes Federais. Na base da hierarquia, há cinco categorias de juízes: Juízes de Direito, Juízes Federais, Juízes Eleitorais, Juízes do Trabalho e Juízes Militares.

```

graph TD
    STF[Supremo Tribunal Federal STF]
    STJ[Superior Tribunal de Justiça STJ]
    TSE[Tribunal Superior Eleitoral TSE]
    TST[Tribunal Superior do Trabalho TST]
    STM[Superior Tribunal Militar STM]
    TRF[Tribunais Regionais Federais TRF]
    TRE[Tribunais Regionais Eleitorais TRE]
    TRT[Tribunais Regionais do Trabalho TRT]
    TJM[Tribunais de Justiça Militar TJM]
    TJ[Tribunais de Justiça TJ]
    JD[Juízes de Direito]
    JF[Juízes Federais]
    JE[Juízes Eleitorais]
    JT[Juízes do Trabalho]
    JM[Juízes Militares]

    STF --- STJ
    STF --- TSE
    STF --- TST
    STF --- STM
    STF --- JF
    STJ --- TJ
    STJ --- TRF
    TSE --- TRE
    TST --- TRT
    STM --- TJM
    TRF --- JD
    TRF --- JF
    TRF --- JE
    TRE --- JE
    TRT --- JT
    TJM --- JM
  
```



O funcionamento do Poder Judiciário se dá por meio de instâncias judicantes, as quais visam a concretização dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Em regra, a primeira instância corresponde ao órgão que analisará e julgará inicialmente a ação apresentada ao Poder Judiciário. As decisões por ela proferidas poderão ser submetidas à apreciação da instância superior, composta por órgãos colegiados, dando oportunidade às partes conflitantes de obterem o reexame da matéria.

A organização do Poder Judiciário está fundamentada na divisão da competência entre os vários órgãos que o integram nos âmbitos estadual e federal. A Justiça Federal é composta pelos tribunais regionais federais e juízes federais, e é de sua competência julgar ações em que a União, as autarquias ou as empresas públicas federais forem interessadas.

Existe a Justiça federal comum e a especializada, que é composta pelas Justiças do Trabalho, Eleitoral e Militar. À Justiça Estadual cabe o julgamento das ações não compreendidas na competência da Justiça Federal, comum ou especializada.

Trecho copilado na íntegra da página da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Fontes: tribunais regionais, tribunais superiores, Jus Navigandi.
<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=265255>.

Outras fontes de consulta:

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *O que é o programa memória do mundo?* Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/releases/564-o-que-e-o-programa-memoria-do-mundo.html>. Acesso em: 17 out. 2020.

ASSOREIRA, P.; MOURÃO, C. *Bibliotecas digitais*. 2001. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~lmbg/formacao/trabs/biblioteca_digital2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. Dia da memória do Poder Judiciário. *Lex Cult Revista do CCJF*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 14-33, 2020a. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/342>. Acesso em: 27 set. 2020.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. Dia da memória do Poder Judiciário: a Resolução CNJ 316/2020. *Consultor Jurídico*, p. 1-9, 2020b. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-02/opinio-dia-memoria-poder-judiciario-resolucao-cnj-3162020>. Acesso em: 27 set. 2020.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. Dia da memória do poder judiciário: objetivos da Resolução CNJ nº 316/2020. *Revista Justiça e Cidadania*, n. 237, p. 1-3, 2020c. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/dia-da-memoria-do-poder-judiciario/>. Acesso em: 27 set. 2020.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. Resolução CNJ 324/2020: gestão documental e da memória do poder judiciário. *Consultor Jurídico*, p. 1-9, 2020d. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-14/carlos-bottcher-resolucao-cnj-3242020>. Acesso em: 27 set. 2020.





3. O Tribunal de Justiça de Pernambuco

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é composto por 150 comarcas, onde estão distribuídas 543 unidades judiciárias, além das unidades administrativas. Até agosto de 2022 seu quadro funcioanal era composto de 52 desembargadores e 500 juízes, totalizando 552 magistrados; e 6.800 servidores efetivos e 734 comissionados.

De acordo com o relatório de gestão para o período 2020-2022, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos últimos dois anos, se manteve entre os mais produtivos do país, segundo ranking do Conselho Nacional de Justiça. No total, foram, aproximadamente, 5 milhões de atos praticados, de fevereiro de 2020 a janeiro de 2022, entre sentenças, decisões e despachos. Mesmo com todas as adversidades enfrentadas neste período de pandemia pela Covid -19, a Justiça se manteve funcionando.

O relatório da gestão de fevereiro de 2018 até fevereiro de 2020, ressaltou que ao longo de dois anos, foram realizadas atividades com os objetivos de garantir o acesso efetivo da população ao Judiciário; institucionalizar a governança e a modernização judiciária; reduzir o tempo de solução de processos; fomentar a desjudicialização, conferindo atenção prioritária a segmentos da sociedade; garantir a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; valorizar e melhorar a qualidade de vida dos servidores e dos magistrados; otimizar a qualidade do investimento público e fomentar as práticas sustentáveis; agilizar a tramitação dos processos de crimes dolosos contra a vida e priorizar a Infância e Juventude; impulsionar as execuções fiscais; e possibilitar o acesso da sociedade à informação por meio de ações de Comunicação.

Para a formação continuada das equipes, 377 cursos foram oferecidos pela Escola Judicial de Pernambuco (Esmape TJPE), com a participação de 8,8 mil inscritos.

Também houve a implantação do programa de reconhecimento Muito Além das Metas, realizado a partir de parceria entre a Presidência e a Corregedoria; do Instituto Plenitude; e do Laboratório de Criação a partir do Instituto de Desenvolvimento de Inovações Aplicadas (Ideias TJPE).

No campo de tecnologia da informação, em ranking do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TJPE ficou em 1º lugar entre os 10 tribunais de médio porte; em 3º entre os 27 tribunais estaduais; e em 11º entre todos os 92 tribunais do Brasil. O Processo Judicial eletrônico (PJe) está presente em 449 unidades nas 150 comarcas do Estado, com implantação na Infância e Juventude, nas Câmaras de Conciliação, no Órgão Especial e na Corregedoria Geral da Justiça. A migração dos mais de 860 mil processos físicos do Sistema Judwin para o PJe também foi iniciada.

Houve, ainda, a melhora no Portal da Transparência do Tribunal, disponível no site da instituição, avançando da 18ª para a 6ª colocação entre os tribunais estaduais de 2018 para 2019. A utilização de Inteligência Artificial nas Varas de Executivos Fiscais da Capital com a ferramenta “Elis”, capaz de realizar o trabalho de 18 meses em 15 dias, permitiu a magistrados e servidores a realização de outras atividades complexas, reduzindo o tempo do processo em um anos e meio.

Trecho copilado na íntegra dos relatórios de Gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco biênios 1018-2020 e 2020- 2022.

Outras fontes de consulta:

TJPE. Plano de Logística Sustentável Poder Judiciário do Estado de Pernambuco 2016-2018. Disponível em:

<http://www.tjpe.jus.br/documents/90471/1192531/Plano+de+Log%C3%ADstica+Sustent%C3%A1vel+do+Poder+Judici%C3%A1rio+de+Pernambuco+2016-2018.pdf/eccfcb95-bca4-4f17-9f5c-d8dde335061d> Acesso em: 13 out. 2021.

Fontes de consulta:

- Site do Tribunal de Justiça de Pernambuco: <https://www.tjpe.jus.br/>
- Planos de Logística Sustentável: <https://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/planos-de-logistica-sustentavel>
- Site do TJPE - Sustentabilidade: <https://www.tjpe.jus.br/web/sustentabilidade>



PARTE 2

A AGENDA 2030 NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO





1. Integração da Agenda 2030 no Poder Judiciário

No dia 3 de dezembro de 2018, durante o discurso de abertura do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Foz do Iguaçu/PR, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), à época ministro Dias Toffoli, destacou a importância de incluir, no planejamento do Poder Judiciário para 2020, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

O Encontro reuniu conselheiros do CNJ, presidentes dos Tribunais, corregedores gerais de Justiça, magistrados e servidores. A Agenda Global 2030 é um compromisso assumido por líderes de 193 países, incluindo o Brasil, e coordenado pelas Nações Unidas, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), nos termos da Resolução A/RES/72/279.OP32, de 2018, da Assembleia Geral da ONU.

São 17 ODS e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030, relacionadas à efetivação dos direitos humanos e à promoção do desenvolvimento, que incorporam e dão continuidade aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a partir de subsídios construídos na Rio + 20 (representados na ilustração abaixo).



Fonte: ONU, 2015

Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

A observância da Agenda 2030, no Brasil, passou a ter incidência imediata, desde a definição da agenda na reunião ocorrida na sede das Nações Unidas ocorrida durante os dias 25-27 de setembro de 2015, quando os Chefes de Estado resolveram adotar um conjunto de Objetivos e metas universais, transformadoras de longo alcance e centrado nas pessoas, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões - econômica, social e ambiental -, de forma equilibrada e integrada.

Em que pese o compromisso firmado naquela oportunidade em Nova Iorque, apenas em 27 de outubro de 2016 foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), por meio do Decreto n. 8.892/2016, “com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, subscrita pela República Federativa do Brasil”. Cabe frisar que infelizmente no ano de 2019 a referida Comissão foi destituída.

As metas globais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foram adaptadas à realidade brasileira pelo Ipea, em cumprimento à atribuição recebida da CNODS, e em sintonia com a sua missão de fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas nacionais de desenvolvimento.

A participação do Poder Judiciário nas discussões sobre a implementação da Agenda 2030 se justifica especialmente no que diz respeito à implementação do ODS 16.





A importância da Agenda 2030 para o Poder Judiciário pode ser assim resumida:

- A Agenda 2030 está diretamente relacionada com a efetivação de Direitos Humanos e a promoção do desenvolvimento nacional;
- É uma agenda inovadora para o Poder Judiciário Brasileiro;
- Relação direta com a Carta da Nações Unidas de 1945;
- Relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (70 anos);
- Relação com a Constituição Federal (30 anos);
- Dispõe de metodologia técnica para monitorar metas e indicadores relacionados aos Direitos Humanos e Desenvolvimento;
- Permite avaliar a União, estados e municípios estão atingindo as metas e onde estão as dificuldades;
- A Agenda 2030 vem ao encontro da missão do Judiciário de contribuir para que a prestação jurisdicional;
- Aponta as principais demandas do País para aperfeiçoar as políticas públicas;
- Promover o diálogo interinstitucional do Poder Judiciário;
- Permite a indexação dos ODS ao Plano Plurianual e, respectivamente, aos seus Programas, Objetivos e Metas;
- Facilita o acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União de desempenho de programas governamentais;
- Ao incluir na agenda o ODS 16, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes, o Poder Judiciário é o que possui o maior banco de dados;
- É um instrumento facilitador para integrar os assuntos tratados nos processos judiciais aos objetivos da Agenda 2030;
- Em relação ao ODS 16, é possível integrar não só Objetivo, mas também as metas e os indicadores, com os assuntos da Tabela Unificada de Processos e indexar novos dados que retratam a realidade brasileira;
- Aperfeiçoar os mecanismos de busca no Portal da Transparência dos Tribunais, de forma associada aos ODS.

Esses são apenas alguns dos exemplos do que se pode obter a partir da integração da Agenda 2030 à atuação do Poder Judiciário.

Trechos compilados na íntegra dos relatórios do Comitê Interinstitucional Agenda 2030 no Judiciário

Fontes de consulta:

- Relatório Justiça em números: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-justica-em-numeros2021-12.pdf>

- 1º Relatório do Comitê Interinstitucional Agenda 2030 no Judiciário: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Segundo-Relatorio-Comite-Interinstitucional-14022020.pdf>

- 2º Relatório do Comitê Interinstitucional Agenda 2030 no Judiciário : <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Segundo-Relatorio-Comite-Interinstitucional-14022020.pdf>

2. Panorama dos Indicadores ODS

O desafio de integrar os ODS ao Plano Estratégico do Poder Judiciário é grande, pois depende de esforço conjunto de vários atores no intuito de associar as variáveis já trabalhadas nas metas e nos indicadores do Poder Judiciário às variáveis utilizadas na construção das metas e dos indicadores globais dos ODS.

As informações utilizadas pelo CNJ na sua atuação constitucional são fornecidas pelos tribunais, que enviam metadados dos processos, observando os padrões do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) para compor a base nacional de dados do Poder Judiciário, constituída basicamente pelas informações enviadas em razão do Prêmio CNJ de Qualidade.

Esses dados compõem a Base de Replicação Nacional (BRN) e são trabalhados na formulação dos indicadores no âmbito do Poder Judiciário. Os principais dados disponíveis na BRN, não sigilosos, são os seguintes:

- » Número do Processo
- » Assuntos Nacionais (código e descrição)
- » Assuntos Locais (código e descrição)
- » Indicador de Assunto principal
- » Código da Classe
- » Código da Localidade do Órgão Julgador
- » Data de Ajuizamento
- » Indicador de Intervenção do Ministério Público
- » Nível de Sigilo
- » Código do Órgão Julgador
- » Nome do Órgão Julgador
- » Movimentos (Código, Data, Complemento, Nível Sigilo)

Os dados mais relevantes para construção dos indicadores associados aos ODS são a classe e o assunto. Esses dados foram padronizados por meio das Tabelas Processuais Unificadas (TPU) (Resolução n. 46/2007), para facilitar a extração de dados estatísticos e melhorar o uso da informação processual em todo o Poder Judiciário. O objetivo de promover atuação estratégica do Poder Judiciário relacionada à Agenda 2030.





Esse estudo das TPU levou o Comitê a propor alterações nas tabelas, de forma a contemplar um campo a mais, com a indicação do ODS correspondente no detalhamento do assunto. Outra sugestão está relacionada à associação direta das metas e dos indicadores com o glossário das tabelas, que indica a legislação correspondente.

Com base nas TPUs, o Comitê fez um trabalho conjunto com o Ipea buscando palavras-chaves (já utilizadas na construção dos indicadores globais) nos assuntos processuais utilizados pelo Poder Judiciário. Esse trabalho permitiu associar as classes e os assuntos processuais aos ODS, conforme visualizado na ilustração a seguir.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



Metas	Palavras-Chave
16	Sociedades pacíficas Sociedades inclusivas Desenvolvimento sustentável Acesso à Justiça Paz Justiça Instituições Eficazes Instituições Responsáveis Instituições Inclusivas Violência Mortalidade Homicídio doloso Feminicídio Roubo seguido de morte Lesão corporal seguida de morte Lesão corporal- violência doméstica Estupro Ameaça – violência doméstica Mortes a esclarecer Lesão corporal de natureza grave Importunação sexual 16.1 Assédio sexual Corrupção de menores Roubo Violência física Violência psicológica Violência sexual Mortes de policiais Mortes por intervenção policial Discriminação Racismo Porte ilegal de arma de fogo Posse ilegal de arma de fogo Desaparecidos

Metas	Palavras-Chave
16.2	Abuso de crianças e adolescentes Exploração de crianças e adolescentes Tráfico humano de crianças e adolescentes Tortura contra crianças e adolescentes Agressão física contra crianças e adolescentes Agressão psicológica contra crianças e adolescentes Violência sexual de crianças e adolescentes Negligência e abandono Violência física Violência psicológica Violência sexual Tráfico de pessoas Violência letal Afastamento do convívio familiar Privação de liberdade sem o devido processo legal ou por tipos de delitos que não justifiquem a medida socioeducativa em meio fechado Trabalho infantil Sub Registro de Nascimento Medidas socioeducativas Crianças e adolescentes desaparecidos Estado de direito Acesso à justiça Mediação/resolução de conflitos Presos provisórios Superlotação dos presídios Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura Violência policial Armas ilegais 16.4 Recuperação de recursos roubados Crime organizado Fluxos financeiros ilícitos



Metas	Palavras-Chave
16.5	Corrupção Suborno Sonegação fiscal
16.6	Instituições públicas eficazes Instituições públicas responsáveis Instituições públicas transparentes Transparência Accountability Efetividade Decisão estatal responsiva Decisão estatal inclusiva Decisão estatal participativa Participação (proporção de cargos) de mulheres nas instituições públicas Participação de negros nas instituições públicas 16.7 Participação de indígenas nas instituições públicas Participação de pessoas com deficiências nas instituições públicas Participação de LGBTQs nas instituições públicas Conselhos de políticas públicas Conferências nacionais de política pública Representação não governamental em conselhos 16.8 Instituições de governança global Identidade civil 16.9 Sub-registro de nascimento Nome social Acesso público à informação Liberdades fundamentais 16.10 Assassinatos, sequestros, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura de jornalistas, pessoal de mídia associado, sindicalistas e defensores dos direitos humanos Lei de acesso à informação

Metas	Palavras-Chave
16.a	Prevenção da violência Terrorismo Crime Violação de direitos humanos Ouvidorias de polícia Conselhos de Direitos Humanos Conselhos de Direitos da Mulher Conselhos de Promoção de Igualdade Racial Conselhos de Direitos do Idoso Conselhos dos Direitos de pessoa com deficiência Conselhos dos Direitos das Crianças e Adolescentes Conselhos dos Direitos dos LGBTQs Defensorias públicas Lei e políticas não-discriminatórias Discriminação Políticas afirmativas Acesso de negros e indígenas ao ensino superior Escarização líquida de negros e indígenas Negros e indígenas ocupados Negros e indígenas eleitos Terras e reservas indígenas Comunidades quilombolas certificadas Terras quilombolas e de outros povos tradicionais tituladas Uso do nome social
16.b	



A partir da identificação dos assuntos relacionados a cada ODS, foi possível construir indicadores, os quais serão utilizados, inicialmente, para a apresentação do diagnóstico da atuação do Poder Judiciário relacionada aos ODS.

Após a entrega do primeiro relatório de atividades do Comitê Interinstitucional da Agenda 2030, ocorrida em maio de 2019, no plenário do CNJ, foi iniciado o trabalho de construção dos indicadores específicos do Poder Judiciário relacionados diretamente à Agenda 2030.

Foi justamente nessa concepção que o trabalho evoluiu. Os primeiros passos foram desenhados nas reuniões LIODS, nas quais foram levantados os primeiros brainstorms de indicadores associados à Agenda 2030. Nessas reuniões, os atores desse processo (conselheiros, juízes, servidores) partiram das metas e dos indicadores dos ODS, relacionando-os direta ou indiretamente a uma possível atuação do Poder Judiciário que pudesse estabelecer alguma relação.

Trechos copilados na íntegra dos relatórios do Comitê Interinstitucional Agenda 2030 no Judiciário

Fontes de consulta:

- Relatório Justiça em números: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-justica-em-numeros2021-12.pdf>
- 1º Relatório do Comitê Interinstitucional Agenda 2030 no Judiciário: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Segundo-Relatorio-Comite-Interinstitucional-14022020.pdf>
- 2º Relatório do Comitê Interinstitucional Agenda 2030 no Judiciário : <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Segundo-Relatorio-Comite-Interinstitucional-14022020.pdf>





Referências

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. Dia da memória do poder judiciário: objetivos da Resolução CNJ nº 316/2020. **Revista Justiça e Cidadania**, n. 237, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/dia-da-memoria-do-poder-judiciario/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. **Territorialização e poder na América portuguesa: a criação de comarcas, séculos XVI-XVIII**. Tempo, Niterói, v.22, n. 39, p. 1-30. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20509/tem-1980-542x2016v223902>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 316, de 22 de abril de 2020. Dispõe sobre o Dia da Memória do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original205237202004295ea9e91534551.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Contatos

Maria da Conceição Alves Vieira
ceicavieira2@gmail.com

Marília Regina Costa Castro Lyra
marilialyra@recife.ifpe.edu.br

José Antônio Aleixo da Silva
jaaleixo@gmail.com